



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente Bashar al-Assad

Palácio Damasceno

Damasco – Síria, 03 de dezembro de 2003

É com grande satisfação que me encontro hoje na Síria. Minha satisfação é tanto maior porque sou o primeiro Presidente do Brasil a visitar esta terra dos antepassados de tantos brasileiros.

Não é por acaso que escolhi a Síria como primeiro destino da viagem que faço pelo mundo árabe.

Nossas relações têm uma dimensão humana única, que se expressa na comunidade de mais de dois milhões de descendentes de sírios que hoje vive no Brasil. Uma comunidade perfeitamente integrada, que tanto contribuiu e continua a contribuir para a construção da identidade social e cultural do meu país.

Somos países com a aspiração comum ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar de nossos concidadãos. Nossos governos estão empenhados na renovação da vida econômica e política

Minha visita tem como objetivo explorar essas afinidades e pontos de aproximação. Queremos ampliar nosso intercâmbio econômico-comercial, ainda muito aquém de seu potencial. Demonstração viva desta disposição é a expressiva comitiva de empresários que me acompanha.

Vamos expandir a cooperação em diversas áreas.

Os acordos que assinamos hoje, nos mais variados campos, reforçam nosso compromisso em trabalharmos juntos.

O Brasil é país de vocação global e, por isso, deseja estreitar suas relações com todas as partes do mundo.



Somos também um país empenhado em moldar políticas de desenvolvimento e de integração. Na América do Sul, estamos colhendo os primeiros resultados, que queremos compartilhar com nossos vizinhos árabes.

Tenho certeza de que teremos muito a aprender com nossas respectivas experiências para aumentar os fluxos de comércio, capital e tecnologia entre nossos países e regiões.

No seminário empresarial de que participei, há pouco, convidei os homens de negócios brasileiros e sírios a apostarem na integração econômica e comercial. Não tenho dúvida de que, em breve, veremos os benefícios deste empenho.

Estou convencido de que precisamos utilizar nossa voz conjunta, o nosso potencial como consumidores e como opinião pública para sermos ouvidos pelos países mais ricos.

Por essa razão entre outras, agradeço o apoio de Vossa Excelência à proposta de realização da Cúpula América do Sul – Países Árabes, no Brasil, em 2004.

Na verdade, nossos países não podem conformar-se com a lógica econômico-comercial dos últimos séculos, que gerou riqueza de maneira tão injusta e assimétrica.

Juntando forças nos fóruns internacionais e colaborando mais estreitamente entre nós, poderemos mudar em nosso favor a geografia comercial do mundo.

Queremos, naturalmente, aprimorar nossas relações com os países desenvolvidos, mas não podemos limitar nosso intercâmbio aos vínculos com os países ricos. Até mesmo para sermos respeitados por eles numa relação que não seja de dependência, mas de autêntica parceria.

Senhor Presidente,

Síria e Brasil também são a encruzilhada de povos das mais diversas origens e crenças, que forjaram identidades multiculturais e tolerantes.



No Brasil, somos orgulhosos de nosso patrimônio cultural árabe que é hoje, parte de nossa identidade nacional.

Acompanhamos com grande interesse e preocupação os acontecimentos no Oriente Médio.

Desejamos ver prevalecerem a paz e o entendimento no lar de tantos de nossos parentes e antepassados.

No Brasil, onde árabes e judeus convivem de forma harmônica e produtiva, estamos convencidos de que a paz é possível e urgente.

Apoiamos, portanto, com confiança e expectativa, os esforços em curso para alcançar a reconciliação entre os povos do Oriente Médio. Confiamos que a Síria, pelo seu papel estratégico na região, contribuirá para as iniciativas que possam levar a este objetivo.

Defendemos firmemente a criação de um Estado palestino.

Estamos convencidos de que o caminho à frente é o do diálogo e da negociação e nunca o da violência e do terrorismo. A continuada ocupação de territórios palestinos, a manutenção e expansão de assentamentos são inaceitáveis.

Confiamos que o Roteiro da Paz e a Iniciativa Árabe da Paz oferecem alternativas convergentes para o estabelecimento de um Estado palestino independente no mais breve prazo, ao mesmo tempo que atende as preocupações com a segurança de Israel.

O direito de um povo exercer soberania sobre seu território é inalienável.

Por isso, o Brasil está votando nas Nações Unidas em favor da Resolução que exige a devolução, à Síria, das Colinas de Golã.

Defendemos uma participação ativa das Nações Unidas na solução dos problemas da região e a efetiva aplicação de suas resoluções, enquanto expressão da vontade coletiva da comunidade internacional.

Lamentamos a guerra do Iraque. Entendemos que soluções por via diplomática são sempre as mais positivas e duradouras.



Queremos um maior envolvimento das Nações Unidas e dos estados árabes no esforço de reconciliação e reconstrução daquele país.

São esses os princípios e linhas de ação que nortearão a atuação do Brasil a partir do ano que vem, quando retorna ao Conselho de Segurança como membro não-permanente.

Além disso, estaremos dispostos a emprestar nosso apoio a iniciativas que busquem a paz, a justiça e a reconciliação.

Temos que lutar por uma ordem econômica e política no mundo que seja mais justa e mais democrática.

Por isso, defendemos a reforma das Nações Unidas, especialmente do Conselho de Segurança, que deve ser mais representativo das realidades do mundo de hoje, com países em desenvolvimento entre os seus membros permanentes. Somente assim terá a legitimidade indispensável para que suas ações sejam efetivamente respeitadas.

Queremos fortalecer o multilateralismo e a prevalência do Direito Internacional.

Estamos certos de que Brasil e Síria estarão juntos nessa empreitada.

Senhor Presidente,

Minha visita retrança a viagem que muitos sírios fizeram em direção ao Brasil, em busca de novas perspectivas de vida.

Estou aqui para trazer a mensagem de que queremos que essa relação seja, cada vez mais, uma via de duas mãos ligando nossos países.

Estou certo de que a generosa hospitalidade com que estou sendo recebido será a marca desse intercâmbio entre nossos países.

É dentro desse espírito que proponho um brinde à felicidade do presidente Bashar al-Assad, à prosperidade crescente do valoroso povo sírio e à determinação de seguir trabalhando para construir um futuro de paz duradoura e de desenvolvimento com justiça social para nossas nações.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Líbano

Beirute - Líbano, 05 de dezembro de 2003

Excelentíssimo senhor Eduardo Duhalde, ex-presidente da Argentina e presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil,
Senhores ministros do Líbano,

Senhor Adnan Kassar, presidente da Federação das Câmaras de Comércio, Indústria e Agricultura do Líbano,

Senhor Alfredo Cotait, presidente da Câmara de Comércio Brasil-Líbano,
Senhores empresários brasileiros e libaneses, empresárias brasileiras e libanesas,

Meus amigos, minhas amigas,

Meu caro ministro Luiz Furlan, ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil,

Meu caro companheiro Ciro Gomes, ministro de Estado da Integração Nacional do Brasil,

Meu caro Walfrido dos Mares Guia, ministro de Estado do Turismo do Brasil,

General Jorge Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República,

Senhor Marconi Perillo, governador do estado de Goiás,

Senhor Lúcio Alcântara, governador do estado do Ceará,

Senhor Paulo Hartung, governador do estado do Espírito Santo,

Senhora Wilma Faria, governadora do estado do Rio Grande do Norte,

Meu caro embaixador Marcus De Vincenzi, embaixador do Brasil no Líbano,



Senador Ney Suassuna,
Senador Ramez Tebet,
Deputado Paulo Pimenta,
Deputado Ricardo Izar,
Deputado Nelson Trad,
Deputado Simon Sessim,
Deputado Devanir Ribeiro,
Deputado João Herrmann,
Meu caro José Eduardo Dutra, presidente da Petrobrás,

Primeiro, quero falar dos empresários e dos governadores, do Brasil, que estão aqui. São governadores de estados muito importantes do meu país. Possivelmente São Paulo e Rio de Janeiro sejam mais conhecidos dos nossos queridos irmãos libaneses, mas, hoje, quem quiser pensar em negócios, agronegócio e turismo, os estados que estão aqui representados estão em um momento de desenvolvimento excepcional no Brasil.

Quero que os governadores possam manter contato com os empresários aqui presentes e possam ter a sorte de fazer bons e grandes negócios para os seus estados e, conseqüentemente, para o Brasil.

Quero agradecer a oportunidade de participar deste seminário empresarial, que congrega tantas e tão expressivas lideranças empresariais dos nossos países, para discutir temas de interesse direto do mundo da produção.

É uma honra estar aqui, com quem representa a economia real das relações Brasil-Líbano. Queremos que nossos laços de amizade e de sangue se transformem numa parceria efetiva, com benefícios concretos para nossos povos.



No passado, imigrantes libaneses contribuíram, com sua energia e denodo, para desenvolver o Brasil moderno. Em anos recentes, imigrantes brasileiros desenharam o caminho inverso, ajudando a construir um novo Líbano.

Hoje, estamos determinados a unir essas correntes de trabalho e solidariedade através do comércio e dos investimentos, fazendo do fluxo de bens e de pessoas uma fonte de progresso e bem-estar para os nossos concidadãos.

Este é o objetivo de minha vinda ao Líbano: mobilizar todos os setores de nossa sociedade em favor do relançamento de nossas relações. O Seminário Empresarial é uma oportunidade excepcional para buscarmos reforços para o que já fazemos. O nível de nosso comércio, de pouco mais de 50 milhões de dólares, é incompatível com a densidade de nossa história comum.

Sem dúvida, um dos principais desafios a enfrentar é o fato de que o comércio é muito desequilibrado em favor do Brasil. Um aspecto positivo a registrar é que esse desnível explica-se, em parte, pelo aumento significativo – aproximadamente 35%, só este ano – das exportações brasileiras. Cabe, agora, promover aumentos comparados às vendas libanesas no Brasil. Parte das respostas está na diversificação da pauta libanesa.

O Brasil está disposto a explorar maneiras de contribuir para esse esforço, ajudando a intensificar empresas brasileiras interessadas em importar produtos libaneses.

Queremos que nosso intercâmbio seja, cada vez mais, uma expressão das potencialidades e criatividade de nossas nações. Os acordos que estamos assinando, de cooperação no campo da educação, ciência e tecnologia, nos ajudarão a melhorar a condição de nossos países na economia mundial.

Senhoras e senhores,

Este seminário oferece ocasião para que se fortaleçam antigos contatos



e se avaliem novas oportunidades. Este encontro será uma excelente preparação para a visita ao Brasil do presidente Lahoud, no ano que vem. Faço votos de que ele se faça acompanhar de expressiva delegação empresarial. Esperamos poder contar com o continuado apoio da Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura de Beirute e Monte Líbano e da Câmara de Comércio Brasil/Líbano, em parceria com a comunidade empresarial brasileira, que poderá organizar a seqüência desses contatos no Brasil, em seminários de alto nível, possivelmente em 2004. Estou certo de que, sob a magistral presidência do dr. Adnan Kassar, a Federação contribuirá, mais uma vez, para aproximar empresários e facilitar negócios entre nossos países.

Entre as iniciativas que poderemos lançar, já no início de 2004, para imprimir uma dinâmica mais intensa e sistemática às nossas relações, quero ressaltar a importância da abertura de uma linha marítima direta e a abertura de vôos diretos entre Beirute e São Paulo.

Sabemos que nossas relações, em especial no terreno comercial, jamais serão fortes e duradouras se não dispusermos de meios de comunicação e transporte rápidos e eficientes. Tem toda razão o empresário que se queixa de que é muitas vezes mais rápido e mais barato viajar para o Extremo Oriente, por exemplo, do que para o Oriente Médio ou África, apesar de estarem bem mais próximos do Brasil.

Se quisermos que nossos ideais de cooperação e integração sejam mais do que um exercício de retórica temos que trabalhar para encurtar essas distâncias.

Na América do Sul, aprendemos essa lição e nos engajamos no ambicioso empreendimento de construir um espaço econômico e comercial integrado.

O Brasil, com os seus vizinhos, está implementando um programa de obras e infra-estrutura física que acelerará a transformação de uma zona de livre comércio no continente sul-americano.



Estamos derrubando barreiras burocráticas e tarifárias, ao mesmo tempo em que construímos pontes e melhoramos as comunicações. É, portanto, com toda convicção que posso afirmar ao empresariado libanês que o Brasil é mais do que um mercado amplo e diversificado de 170 milhões de consumidores. É também uma porta de entrada para o Mercosul, o terceiro maior bloco comercial do mundo, para a América do Sul e para a Associação Latino-Americana de Integração, que abarca todo o Continente.

Queremos compartilhar essa experiência com os países árabes e explorar, juntos, como melhor aproveitar as possibilidades que se abrem para uma integração econômica e comercial entre nossas regiões.

Para agilizar esse diálogo, convidei para participar desta viagem o ex-presidente da República Argentina, Eduardo Duhalde, que assumiu recentemente a Presidência da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul. Queremos o Líbano como parceiro privilegiado nesta empreitada.

Se hoje os números do nosso comércio bilateral são modestos, isso deriva do fato de grande parte de nossas trocas se processar por terceiros países. Este fato sublinha algo que precisamos valorizar.

O Líbano é um pólo de ligação entre o Ocidente e o Oriente, graças a uma economia certa e um meio empresarial e financeiro empreendedor, hábil na intermediação de negócios.

Vamos ampliar e aprofundar uma estratégia que faça de Beirute a ponta de lança das exportações brasileiras para o Oriente Médio e outros mercados do mundo árabe.

Já estamos pondo essa proposta em ação. Em terrenos que o governo libanês gentilmente doou será construída, numa parceria do setor público brasileiro e de empresários de origem libanesa, a Casa Brasil. Poderemos contar com o empresariado libanês, herdeiros de milenar tradição comercial e com profundas raízes na região.

Teremos, assim, condições para buscar parceiros, criar cadeias



produtivas, fazer prospecção conjunta de mercado, melhorar a imagem de nossas indústrias em terceiros mercados, potencializar os méritos da qualidade e da competitividade de nosso parque produtivo. Vamos consolidar o papel de Beirute como plataforma para os negócios brasileiros.

É dentro do mesmo espírito que meu governo propôs encontros de líderes dos países da América do Sul e países árabes, a realizar-se no ano de 2004 no Brasil. Esse exemplo levará adiante nosso esforço de aproximação. Poderemos estudar novas formas de coordenar posições sobre temas de agenda internacional.

Vamos usar nossas afinidades para multiplicar nossa cooperação, não apenas na área econômica e comercial, mas também nas esferas diplomática, científica, tecnológica, social e cultural. Desse esforço resultarão, estou seguro, mais negócios, mais riquezas para alcançarmos mais desenvolvimento e mais bem-estar para os nossos povos.

É com essa convicção que desejo a todos êxito em seus negócios, até nosso próximo encontro no Brasil

Meus amigos e minhas amigas, eu não poderia concluir o meu discurso sem lembrar o que disse aqui o Presidente da Federação: que o último chefe de Estado brasileiro que esteve no Líbano foi D. Pedro II, em 1876, no século XIX. Isso demonstra o quanto, muitas vezes, perdemos a noção da importância da relação humana para fazermos uma boa relação comercial.

Há muito tempo, milhões de irmãos libaneses escolheram o Brasil como sua segunda pátria. Alguns até já transformaram o Brasil na primeira pátria, porque lá nasceram, lá constituíram família, lá fizeram os seus negócios, lá estão criando seus filhos e ajudando o nosso querido Brasil a crescer economicamente, politicamente e socialmente.

Esta minha visita ao mundo árabe e ao Líbano tem como principal objetivo não apenas o fator comercial, que citei no meu discurso e que é muito importante, e queira Deus que muitos dos empresários brasileiros aprendam



com os empresários libaneses a arte de negociar, a arte de fazer negócio. Mas a viagem também tem o objetivo de recuperar a nossa relação política e cultural. Eu sou um político que não acredita que o ser humano possa ser tratado como se fosse uma coisa estática, uma coisa virtual. O ser humano é movido pelas relações humanas, é movido pela emoção, é movido pela sensibilidade do convencimento.

Nós estamos aqui para dizer para vocês: nós queremos, nesses próximos anos, fazer da relação Líbano-Brasil e Brasil-Líbano aquilo que poderia ter sido feito há quinze ou vinte anos. Fazer do Líbano e fazer de Beirute uma porta muito grande de entrada do comércio brasileiro para o mundo árabe. E, em contrapartida, queremos oferecer ao mundo árabe, através do Líbano, o Brasil como porta de entrada para uma boa relação com o Mercosul e com a América do Sul.

Estamos vivendo um momento tão excepcional na história do comércio mundial, que a nós, brasileiros e libaneses, está reservado o destino e, sobretudo, o compromisso de decidir se vamos querer continuar fazendo as coisas como sempre fizemos ou se vamos querer avançar, em poucos anos, mais do que avançamos nesses muitos anos das nossas relações.

O mundo rico, o mundo desenvolvido, quando se trata de negócios, age com muita dureza em defesa dos seus interesses. Por isso é que, na Organização Mundial do Comércio, temos tantas dificuldades para fazer com que os europeus e os americanos abram mão dos subsídios dos seus produtos, sobretudo os agrícolas, para que os países em desenvolvimento possam competir em igualdade de condições. Afinal de contas, o livre comércio precisa ser uma via de duas mãos. O livre comércio não pode ser apenas a possibilidade de nós comprarmos o que os ricos produzem e não conseguirmos introduzir os nossos produtos nos seus mercados.

Por isso, esta reunião, para mim, é histórica. Possivelmente muita gente não tenha a dimensão do significado da nossa viagem ao mundo árabe. Da



mesma forma que, durante muitos e muitos anos, o Brasil esteve voltado para a Europa e para os Estados Unidos, muitas vezes também os países árabes estiveram olhando apenas para um lado do Planeta. Está na hora de mudarmos a geografia comercial do mundo. Se, sozinhos, nenhum de nós pode competir com os países ricos, juntos nós teremos muita força para competir com igualdade e fazer com que os países ricos flexibilizem suas regras, para que nós possamos competir em igualdade de condições.

Mudar a geografia do comércio no mundo significa a América do Sul olhar para o mundo árabe, não apenas para os conflitos que a Imprensa ou a televisão dos nossos países mostram, mas vendo a possibilidade da relação política, da relação cultural, da relação econômica, com empresas dos países árabes investindo na América do Sul e no Brasil, e empresas da América do Sul e do Brasil investindo no mundo árabe. Afinal de contas, o bom comerciante não é aquele que quer levar vantagem em tudo, não é aquele que apenas quer vender e não quer comprar; o bom comerciante é aquele que depois do negócio sai feliz, mas o seu interlocutor sai feliz também, porque fez um grande negócio.

É assim que nós precisamos enxergar o mundo do comércio. Não é um país sufocando o outro, não é um país vendendo mais do que o outro. É preciso que haja uma relação equânime para que as duas, ou mais nações, possam sobreviver e melhorar a qualidade de vida do seu povo.

É com esse objetivo que eu estou aqui, para dizer aos companheiros empresários, políticos, homens, mulheres e crianças deste país: não estamos aqui apenas com uma visão comercial, com uma visão econômica, porque, antes de tudo, Brasil e Líbano são países irmãos. E os libaneses e os brasileiros podem dizer uma frase que vocês utilizam muito no Brasil: nós somos “primos” de verdade.

Muito obrigado.

/rss/cms



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente do Conselho de Ministros, Rafik Hariri

Beirute - Líbano, 05 de dezembro de 2003

É com muito prazer que visito o Líbano, pátria espiritual de gerações de brasileiros.

Alegra-me, também, estar nesta belíssima capital, Beirute, que está redescobrando seu passado vibrante e dinâmico.

Tenho igual satisfação em reencontrar meu amigo, o primeiro-ministro Rafik Hariri, que tive a honra de receber em Brasília, há poucos meses.

Vossa Excelência soube unir tino político, capacidade empresarial e vocação humana para lançar as bases do verdadeiro renascimento que atualmente vive o Líbano.

Sobretudo, Vossa Excelência trouxe esperança ao povo libanês.

Por meio de sua fundação filantrópica, estendeu apoio solidário aos desvalidos pelo conflito; através de bolsas de estudo, levou a jovens libaneses a promessa de um futuro melhor.

Recuperada a esperança, o povo libanês oferece hoje exemplo eloqüente do espírito empreendedor que tão bem conhecemos no Brasil.

Foram seus antepassados que, com enorme sacrifício pessoal, iniciativa e vontade de prosperar, deixaram seu país para ajudar a construir o Brasil de hoje.

Seus descendentes constituem uma bem sucedida comunidade, espalhada por todos os pontos do território brasileiro.

Esses nossos compatriotas herdaram o ânimo desbravador dos seus antepassados.

Por isso destacam-se o trabalho e o talento desses grandes políticos,



médicos, arquitetos, engenheiros, artistas e cientistas.

Senhor Primeiro Ministro,

O Brasil deseja saldar essa dívida de gratidão, como já vêm fazendo as comunidades de imigrantes brasileiros radicadas no Vale do Bekaa, onde estão dando sua contribuição para a construção do novo Líbano.

É com esse mesmo espírito que o Brasil acolhe aqueles libaneses que, mais recentemente, vêm buscar seu futuro no Brasil.

Lá encontram um lar e um povo acolhedor a todos que buscam uma vida de paz e convívio harmônico.

A minha visita, a primeira de um Presidente brasileiro ao Líbano, é sinal concreto de nosso firme compromisso em estreitar esses laços

Os acordos que assinamos nesta visita buscam agilizar nossa cooperação no campo técnico, cultural, educacional e de turismo.

São sinal do quanto avançamos desde nosso encontro em Brasília e das possibilidades que se abrem para o futuro de nosso trabalho conjunto.

A Comissão Bilateral de Alto Nível entre Líbano e Brasil simboliza, em particular, nossa determinação de dar maior consistência a esse esforço.

A presença de expressivo grupo de empresários brasileiros na minha comitiva permitirá identificar oportunidades para que o Brasil colabore no trabalho de reconstrução da infra-estrutura do país.

Senhor Primeiro Ministro,

Vemos o Líbano como porta privilegiada de acesso aos investimentos e ao comércio no Mundo Árabe.

Minha viagem é uma expressão de nossa confiança no futuro deste país e de nosso desejo de participar ativamente de sua reconstrução.

Vossa Excelência, senhor Primeiro-Ministro e caro amigo, pode estar seguro da eterna amizade do povo brasileiro com o povo libanês, e do nosso empenho na construção de relações cada vez mais fortes entre o Líbano e o Brasil.



Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da “Semana do Brasil em Dubai” e Encontro de Negócios Brasil-Emirados Árabes Unidos

Dubai – Emirados Árabes Unidos, 07 de dezembro de 2003

Excelentíssimo senhor ministro da Economia, Al Qasimi,
Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Dubai,

Ministros brasileiros,

Meus companheiros,

Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim,

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Furlan,

Ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia,

Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes,

Nosso querido companheiro, ex-presidente da Argentina e presidente da Comissão de Representantes do Mercosul, Eduardo Duhalde,

Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Félix,

Meu querido Marconi Perillo, governador do estado de Goiás, e sua esposa,

Meu querido governador do Ceará, Lúcio Alcântara,

Meu querido governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, e sua esposa,

Minha querida governadora do Rio Grande do Norte, Wilma Faria,

Senador Ramez Tebet e senador Ney Suassuna,

Deputados federais do Brasil, Paulo Pimenta, Ricardo Izar, Néelson Trad, Simon Sessim, Devanir Ribeiro, João Herman, Vicente Cascione,

Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos, Flávio Sapha,

Presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, Paulo Sérgio



Atallah,

Presidente da Apex, Juan Quirós,

Meus amigos e minhas amigas, empresários emiráticos,

Companheiros e companheiras, empresários brasileiros,

Meus amigos e minhas amigas do Brasil e do mundo árabe,

É uma satisfação participar da abertura da Semana Brasil nos países árabes e do Encontro de Negócios Brasil-Emirados Árabes Unidos. É, sobretudo, uma honra inaugurar as duas maiores exposições já montadas no mundo árabe dedicadas exclusivamente ao Brasil.

Esses exemplos mostram um pouco do Brasil e põem em evidência as possibilidades que se abrem para a nossa cooperação com os Emirados e com o mundo árabe.

Aqui, os visitantes conhecerão aspectos da cultura e da realidade brasileira. Poderão perceber o quanto temos em comum e o quanto poderemos realizar juntos. Descobrirão que o Brasil é um país cosmopolita, de vocação universal, mas que preserva e valoriza as suas raízes. Vão saber como mais de 10 milhões de brasileiros descendentes de árabes ajudaram a construir um país e a forjar nossa cultura e nossa história.

O número de visitantes e homens de negócios aqui presentes reforça essa minha convicção. É grande o interesse que os Emirados despertam na comunidade empresarial brasileira. São inúmeras as oportunidades que se abrem para o nosso intercâmbio com o mundo árabe.

Essa atração explica o dinamismo de nossas relações comerciais. Com importações anuais de cerca de 700 milhões de dólares, os Emirados já são o principal destino dos produtos brasileiros na região. A rapidez com que o intercâmbio aumentou nos últimos anos – era de apenas 100 milhões, no começo da década – nos permite sonhar ainda mais alto.

Ainda estamos longe de realizar o enorme potencial que resulta da forte



complementaridade entre nossas economias e de nossas posições estratégicas nos respectivos continentes. Os empresários que me acompanham vêem boas perspectivas para elevar ainda mais as nossas exportações de alimentos, açúcar e mobiliário e até mesmo petróleo.

Queremos explorar novas oportunidades de fornecimento de equipamentos brasileiros da mais alta qualificação nos campos da infraestrutura, dos transportes urbanos e aéreos, além dos sistemas de defesa.

Os Emirados sediam algumas das mais prestigiosas feiras internacionais, são uma verdadeira plataforma para alcançar toda a região. Mas essa deve ser uma via de duas mãos e, por isso, estamos empenhados em que nossas trocas possam ser mais equilibradas. Por meio da boa cooperação entre as Câmaras de Comércio de Abu Dhabi, Dubai e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira vamos encontrar as respostas para este desafio. Os bons negócios que o Brasil está fazendo nos Emirados resultam, em parte, de uma assídua e crescente participação de empresas, entidades brasileiras em feiras e eventos promocionais. Uma maior presença de autoridades e empresários dos Emirados em exposição em nosso país abrirá oportunidades comerciais para empreendimentos dos Emirados no Brasil.

Conhecemos o grande interesse do presidente Zayed por projetos agrícolas para conquistar o deserto. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa pode compartilhar sua experiência bem sucedida no plantio de soja em regiões semi-áridas e arroz em área irrigadas. Os Emirados constituem um dos maiores investidores no mercado internacional. Desejamos que parte desses recursos financeiros venha para o Brasil explorar as excelentes possibilidades para estimular o desenvolvimento do parque produtivo e gerar empregos e renda.

A Parceria Público Privada que nosso governo propõe pode exercer uma forte atração sobre investimentos dessa região. A iniciativa oferece garantias, anuncia boa remuneração e oferece segurança aos capitais produtivos. O



Brasil tem hoje uma economia estabilizada, as perspectivas de crescimento sustentável para os próximos anos são excelentes. Estamos avançando na definição de marcos regulatórios claros e confiáveis para investimentos em setores-chaves da nossa economia. Sabemos da importância dos laços de confiança quando se trata de tomar decisões sobre investimentos. Estamos estudando, nesse contexto, com todo interesse, a proposta do governo dos Emirados para negociar acordos de inversão de bi-tributação que tornem ainda mais atraentes as possibilidades de comércio e investimento entre nossos países.

Senhoras e senhores empresários,

O Brasil é mais do que um destino diversificado e dinâmico para bens e invenções estrangeiras. Oferece acesso privilegiado para o Mercosul, um mercado de 220 milhões de habitantes e produto interno bruto superior a um trilhão de dólares, a quarta maior economia do mundo. Quero que o empresário árabe conheça melhor as potencialidades desse bloco econômico. Por essa razão, convidei para participar dessa viagem o ex-presidente da República Argentina Eduardo Duhalde, que assumiu recentemente a presidência da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul.

Senhoras e senhores, penso que o Conselho de Cooperação do Golfo, que já dispõe de ampla experiência em iniciativas dessa natureza, seria um parceiro natural para lançarmos esse diálogo. Mas nossas ambições vão mais longe. Estamos fazendo do Mercosul uma poderosa plataforma para alcançarmos as prioridades – primeiras em meu governo – para construção, na América do Sul, de um espaço econômico e comercial integrado que nos una aos países da comunidade andina. Esses planos ambiciosos de integração jamais atingirão seus objetivos enquanto não tivermos suficiente fonte de energia, meios de comunicação e transportes eficientes entre nossos países. Estamos empenhados na construção e melhoria de obras de infra-estrutura física, tais como os portos, ferrovias, estradas e hidrovias.



Quero convidar os Emirados e os empresários árabes a engajarem-se na obra de construção da infra-estrutura sul-americana. Encontrarão nesse mercado regional, além do Brasil, as vantagens de escala e das potencialidades de um continente em desenvolvimento.

Queremos levar esse esforço de aproximação para todas as áreas de nosso relacionamento. Por essa razão, meu governo propôs um encontro de líderes de países da América do Sul e de países árabes, a realizar-se no ano de 2004, no Brasil. Examinaremos as modalidades de concertação, sobretudo em fóruns internacionais, e assuntos da agenda internacional. Buscaremos, sobretudo, uma cooperação mais intensa nas áreas econômico-comercial, diplomática, científico-tecnológica, social e cultural.

A posição destacada dos Emirados como centro regional comercial e de prestação de serviços abre amplas perspectivas em matéria de investimentos, associações empresariais e empreendimentos em terceiros mercados. Foi com o intuito de ajudar a identificar essas oportunidades que o Brasil abriu, no final de 2002, um escritório comercial em Dubai.

Senhoras e senhores,

Para atingirmos essas metas promissoras de expansão do comércio é fundamental que empresas e governos trabalhem juntos. Por isso, quero registrar a atuação eficiente da Câmara de Comércio de Dubai e da Câmara de Comércio Árabe-Brasileiro para tornar este encontro uma realidade. E quero também agradecer a participação das senhoras e dos senhores empresários.

Meus amigos e minhas amigas,

Durante muitos anos, Brasil e outros países em desenvolvimento se dedicaram quase que exclusivamente a manter relações econômicas e comerciais com o mundo desenvolvido. Por certo, essas relações são importantes e deverão ser ampliadas. Mas não podemos esquecer de nós mesmos. Não podemos subestimar nossa força, nossa capacidade de construir uma nova geografia econômica e comercial do mundo, unindo aqueles que, por



longo tempo, viveram de costas uns para os outros.

Essa aproximação dos países em desenvolvimento pode produzir um considerável incremento do nosso intercâmbio recíproco. Pode criar também, como já ficou provado em Cancun, um espaço comum de luta contra os subsídios praticados pelos países ricos e que golpeiam fortemente nossas economias.

Encerro minhas palavras conclamando os empresários árabes e brasileiros, aqui presentes, a seguirem o exemplo de nossos antepassados. O exemplo daqueles que cruzaram o oceano em busca de oportunidades. O exemplo daqueles que, com o seu trabalho, construíram não só suas vidas, mas um país forte e generoso como é o Brasil, mas, sobretudo, foram capazes de forjar uma amizade indestrutível como aquela que une nossos povos.

A todos que compartilham conosco este momento dou boas-vindas. Faço votos de excelentes negócios. E quero considerar aberta a feira Brasil-Emirados Árabes.

Muito obrigado a todos vocês pela presença.

/lrj/vpm



Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com o Presidente do Egito, Hosni Mubarak, no Palácio Presidencial de Heliópolis

Cairo – Egito, 08 de dezembro de 2003

Em primeiro lugar, quero dizer ao presidente Hosni Mubarak e ao seu governo da alegria que eu e a minha delegação estamos tendo ao visitar este país, berço da civilização humana.

Conversamos um pouco sobre o Oriente Médio e é com muita alegria que eu posso dizer à imprensa do Egito e à imprensa do Brasil que o presidente Mubarak e eu temos concordância em relação aos conflitos do Oriente Médio e queremos solucioná-los da melhor forma possível. Temos, inclusive, acordo de concordância sobre as questões do Iraque e as soluções para os seus problemas.

Eu vou repetir, pela quarta vez, que depois do Imperador D. Pedro II, último chefe de Estado brasileiro a visitar o Egito, em 1876, eu sou o segundo chefe de Estado brasileiro a visitar o Egito em quase um século.

O Brasil e o Egito podem ter contribuições científicas e tecnológicas extraordinárias, podem aumentar as compras e as vendas entre os outros países. O Brasil tem interesse em oferecer os seus produtos, mas também tem interesse em comprar os produtos do Egito. E poderemos estabelecer acordos em várias outras áreas de interesse dos dois países.

Vim, hoje, por também reconhecer o papel extraordinário que o presidente Mubarak tem no mundo.

Quem acompanha a política sabe que o presidente Mubarak é um homem preocupado com a paz no mundo, com o fim dos conflitos, com o desenvolvimento e com a justiça social.

Eu vim ao Egito para dizer ao Presidente e ao seu governo que a minha



esperança em aperfeiçoar e melhorar as nossas relações é tão grande que eu trouxe comigo quatro governadores de Estado, quatro ministros e o Presidente da Petrobrás, que é uma das mais importantes empresas de petróleo do mundo. E trouxe comigo a vontade de um chefe de governo que acredita na relação humana, que acredita no aperto de mão, que acredita no olho no olho para poder fazer das relações políticas um sucesso.

Por isso estou aqui, certo de que a partir desta nossa visita, no próximo ano estarei, se Deus quiser, recebendo o presidente Mubarak no Brasil, porque estaremos realizando um grande encontro de todos os chefes de Estado da América do Sul com todos os chefes de Estado árabes, para que possamos traçar uma nova rota do comércio internacional entre os países em desenvolvimento.

Nós achamos que ainda não exploramos metade do potencial das coisas que temos que fazer juntos. E a liderança do presidente Mubarak no mundo árabe (...) com que façamos a nossa relação andar nos próximos quatro anos mais do que andou nos últimos 20 anos. E a demonstração é mais forte ainda quando trouxemos conosco o ex-presidente Duhalde, que veio em nome do Mercosul, para dizer ao governo do Egito que o Brasil e o Mercosul estão de braços abertos para receber os seus produtos. Estou certo de que o Brasil encontrará neste país as portas e os corações dos egípcios abertos para receber o Brasil e o Mercosul.

Muito obrigado.

/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à Líbia

Trípoli - Líbia, 09 de dezembro de 2003

Companheiro e amigo Kadafi, presidente da Líbia,
Ilustríssimo companheiro Duhalde, ex-presidente da Argentina,
Nosso querido amigo Mandela,
Nosso companheiro e amigo Daniel Ortega,
Meus amigos do governo da Líbia,
Meus companheiros do meu governo do Brasil,
Meus companheiros deputados e senadores que chegaram atrasados,
Meus companheiros governadores dos estados brasileiros,
Meus ministros,

A primeira vez que eu vim à Líbia foi em 1982. Já faz 21 anos. Aqui, na Líbia, eu participei de um dos momentos mais importantes da minha vida, onde, além do presidente Kadafi e do Daniel Ortega, eu pude conhecer o Arafat e o Mandela. Foi uma reunião muito importante, onde eu tive bons ensinamentos. Hoje, quando recebo a condecoração das mãos do presidente Kadafi, eu fico muito orgulhoso. Orgulhoso pelo reconhecimento do governo da Líbia, orgulhoso por ter sido condecorado e muito mais orgulhoso porque esta medalha e esta faixa não pertencem a mim, mas sim àqueles que me fizeram chegar até aqui, que é o povo brasileiro.

Quero dizer ao presidente Kadafi que, ao longo dessa trajetória política, assumimos muitos compromissos públicos. Fizemos alguns adversários mas, certamente, fizemos muito mais amigos.

Hoje, como Presidente da República do Brasil, jamais me esquecerei dos amigos que eram meus amigos quando eu não era Presidente da



República. Sei dos compromissos que tenho com o meu país e sei também dos compromissos que temos com os povos do mundo inteiro. Entretanto, só vamos poder ajudar os outros se tivermos construído na nossa casa uma base sólida, que nos dê credibilidade para ganharmos respeitabilidade com outros povos.

Amanhã, teremos um dia de intenso trabalho aqui na Líbia. Vamos conversar sobre economia, sobre negócios, sobre política.

Eu quero dizer ao presidente Kadafi, eu quero encerrar as minhas palavras dizendo a ele que ainda temos muito por fazer para criar um mundo mais justo, mais solidário, um mundo que viva em paz. O que é importante é que estejamos determinados a dedicar cada segundo da nossa vida, cada hora, cada dia, cada semana ou cada ano, quem sabe dedicar a vida inteira, para que um dia possamos festejar um mundo onde todos possam comer três vezes ao dia, todos possam ter escola, todos possam ter saúde, todos possam ter empregos e todos possam viver com dignidade.

Eu tenho certeza que é mais fácil falar do que fazer. Tenho consciência das dificuldades que enfrentamos no mundo. A única coisa que eu posso afirmar é que enquanto eu estiver de pé, meu cérebro funcionar e o meu coração bater, eu estarei lutando para que o mundo seja mais justo, mais fraterno, mais solidário e possamos viver definitivamente em paz.

Muito obrigado.

/rss



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de encerramento de encontro empresarial na Líbia**

Trípoli-Líbia, 10 de dezembro de 2003

Meu caro amigo Eduardo Duhalde, ex-presidente da Argentina e
coordenador do Mercosul

Demais ministros líbios,

Ministros brasileiros,

Governadores de Estado do Brasil,

Deputados federais,

Deputados estaduais

Senadores do Brasil,

Companheiros diplomatas dos dois países,

Empresários aqui presentes,

É, para mim, um grande prazer participar do encerramento deste
encontro de negócios.

O seminário dá continuidade ao esforço que iniciamos em julho último,
com o envio da primeira missão empresarial brasileira, em mais de uma
década.

Estou certo de que esse encontro já representa um importante passo no
aprofundamento das relações econômicas e comerciais entre Líbia e Brasil.

O grande número de empresários brasileiros que me acompanham
nesta visita é símbolo do interesse que os negócios com a Líbia despertam em
meu país. Os empresários também percebem o genuíno interesse do meu
governo de intensificar os laços com a Líbia nesta nova fase de plena
integração desse país na economia mundial.

Os nossos países compartilham a herança cultural africana e árabe.



Enfrentamos o desafio do desenvolvimento e de uma ordem internacional com muito desequilíbrio. Compartilhamos o desejo de participar de um comércio internacional mais justo. Um comércio que não seja distorcido pelo arsenal de medidas protecionistas adotadas por muitos de nossos parceiros no mundo desenvolvido.

Tenho afirmado a importância de os países em desenvolvimento adotarem estreita coordenação das negociações internacionais. Foi o que o Brasil procurou fazer na reunião de Cancun, por meio do G-20, que hoje se afirma como um interlocutor indispensável nas organizações comerciais.

Senhoras e senhores, não temos tempo a perder. O comércio entre o Brasil e a Líbia encontra-se em um patamar muito inferior ao seu potencial. A recente recuperação econômica de nossas economias e o fim das sanções econômicas internacionais, que afetaram o comércio exterior líbio, criam as condições para que o comércio de investimentos bilaterais volte a crescer, superando os níveis que alcançamos no passado.

É desejo do meu governo desenvolver com a Líbia um relacionamento amplo, produtivo e equilibrado. Desejamos vender nossos bens e serviços. Estamos dispostos também a contribuir para o aumento do acesso dos produtos líbios ao mercado brasileiro.

É do nosso interesse que os fluxos de comércio e de investimentos intensifiquem-se nos dois sentidos, criando vínculos duradouros entre nossos países.

O potencial de nosso relacionamento não se limita às nossas economias domésticas. A Líbia pode ser excelente porta de entrada para o acesso de produtos brasileiros aos mercados do norte da África, da mesma forma que o Brasil pode ser a porta de entrada para os produtos líbios no Mercosul e na América Latina.

Na América do Sul, nos engajamos num ambicioso empreendimento: a construção de um espaço econômico e comercial integrado. O Brasil está



implementando, com seus vizinhos, um programa de obras de infra-estrutura física que acelerará a conformação de uma zona de livre comércio no continente sul-americano, que oferecerá interessantes oportunidades de investimento.

Para avançarmos, precisamos aumentar o conhecimento mútuo. Nós brasileiros, apesar da nossa herança árabe, ainda temos muito a aprender sobre a cultura local, suas práticas e convenções. O empresário brasileiro que quiser fazer negócios neste país enfrentará a concorrência de empresas locais estrangeiras, sobretudo européias, que atuam neste mercado há muito tempo.

Por isso, será preciso muita persistência, mas estou certo de que o esforço valerá a pena. Teremos de construir nosso relacionamento sobre a base da afinidade entre os nossos povos e do respeito mútuo. A área da construção civil, em que já há contratos assinados ou em fase de negociação, representa apenas uma, entre tantas outras, com grande potencial de desenvolvimento, desde a agricultura e a pecuária até a comercialização de máquinas e equipamentos, e até mesmo aeronaves.

Senhoras e senhores,

O comércio e os investimentos são formas efetivas de integração entre os países, mas a globalização, sozinha, não é capaz de trazer prosperidade econômica de forma equilibrada, com inclusão social e com geração de empregos.

A lógica econômica da globalização precisa ser complementada com a lógica social, capaz de distribuir renda e eliminar a pobreza. A relação entre o Brasil e a Líbia deve contribuir para aproximar não apenas os povos líbios e brasileiros, mas também os da América do Sul e do mundo Árabe.

Por isso tomamos a iniciativa de realizar em 2004, no Brasil, uma cúpula de países sul-americanos e árabes. Esta será uma grande oportunidade para aproximarmos as duas regiões, reforçar nossos esquemas de cooperação, melhorar nosso diálogo e criar novas e melhores oportunidades para o



relacionamento econômico.

Queremos que os empresários dos dois países participem ativamente de eventos ligados à Cúpula. Esperamos que os contatos mantidos no seminário possam florescer e criar novas oportunidades de negócios em benefício de ambos os países.

Muito obrigado.

/rss/cms



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de apresentação do novo modelo do setor elétrico**

Palácio do Planalto, 11 de dezembro de 2003

Bem, vocês me desculpem, mas eu ainda estou com a minha cabeça no fuso horário do Oriente Médio.

Quero cumprimentar o meu companheiro José Alencar,

O companheiro José Dirceu,

O companheiro Palocci,

Nossa querida companheira Dilma,

Nosso querido companheiro Jorge Samek, presidente de Itaipu,

Os deputados aqui presentes,

E cumprimentar todos os companheiros ligados ao setor elétrico,

Eu acredito que todos vocês, deputados e pessoas ligadas ao setor, estão há muito tempo esperando por este momento. Eu diria que esse momento é um momento histórico, porque estamos dando um novo padrão para o funcionamento do setor elétrico no nosso país.

Depois, a Dilma vai ficar aqui, numa entrevista, para responder às perguntas da Imprensa. Eu quero ressaltar alguns pontos que eu considero importantes.

Várias vezes eu disse que neste primeiro ano nós iríamos criar condições para que o país voltasse a crescer. E todo mundo sabe que país nenhum cresce sem energia elétrica. Ou seja, se tem um setor que tem que estar preparado e adaptado a uma nova visão e a uma nova política de crescimento é, exatamente, o setor elétrico de um país.

Eu duvido que alguém consiga convencer algum investidor brasileiro ou estrangeiro a aplicar dinheiro no Brasil se a gente não entregar para eles uma



boa condição de funcionamento do setor elétrico.

Este novo modelo do setor elétrico garante, em primeiro lugar, que tudo vai ser feito de agora em diante de forma muito bem planejada. O Brasil não comporta mais sobressaltos, sobretudo num setor como este.

Por isso, não vai faltar energia nem para o consumo atual nem para o desenvolvimento do país.

Os apagões e o racionamento de energia de 2001 e 2002, que causaram graves conseqüências para o consumidor, para a situação financeira das empresas e para o desenvolvimento econômico do Brasil, são agora uma página virada da nossa história.

Estão dadas, com essas medidas que acabo de assinar, e que eu espero que o Congresso aprove no tempo mais rápido possível, as condições para que não mais ocorram apagões e racionamento em nosso país.

Quero ressaltar que o novo modelo também exige que os novos projetos hidrelétricos sejam oferecidos à licitação com estudo de viabilidade técnico-econômica e licença prévia ambiental concedida.

É um problema que quem trabalha no setor conhece: muitas vezes se anunciou investimentos, muitas vezes se apresentou projetos. Só que tinham esquecido de avisar aos companheiros que dão a licença para que a obra fosse realizada. E, aí, muitas vezes, o projeto foi anunciado e não tinha licenciamento. Tem gente esperando licenciamento há 10, 12, 14 anos. Nós queremos, agora, fazer as coisas concomitantemente, para que não haja mais atrapelos na evolução do setor.

O novo modelo estabelece, ainda, que será assegurado um contrato de compra de energia aos vencedores dos processos de licitação para atender à expansão do mercado das distribuidoras.

E mais do que isso. O novo modelo respeita contratos, estimula os investimentos privados e também garante que tenhamos, além de segurança



no fornecimento de energia, o máximo de eficiência com as tarifas mais baixas possíveis.

É bom e necessário que tenhamos fatura de energia, mas é preciso também que o povo possa pagar a tarifa e as indústrias não percam competitividade devido ao custo da eletricidade.

O preço da energia não pode ser uma barreira para o bem-estar das famílias, nem um obstáculo ao crescimento do setor produtivo.

O novo modelo, portanto, protege o cidadão, incentiva as empresas do setor elétrico a fazer mais investimentos, fortalece e garante autonomia para as instituições do setor e abre horizontes para que o país cresça, tenha mais empregos e faça uma justa distribuição de renda – que é o principal objetivo do nosso governo e o sonho de todo o povo brasileiro.

O novo modelo institucional do setor elétrico tem os seguintes objetivos principais:

- promover a modicidade tarifária, que é fator essencial para o atendimento da função social da energia e que concorre para a melhoria da competitividade da economia;
- garantir a segurança do suprimento de energia elétrica, condição básica para o desenvolvimento econômico sustentável;
- assegurar a estabilidade do marco regulatório, com vistas à atratividade dos investimentos na expansão do sistema; e
- promover a inserção social por meio do setor elétrico, em particular dos programas de universalização de atendimento.

Os elementos fundamentais do novo modelo:

- a reestruturação do planejamento de médio e longo prazo;
- o monitoramento, no curto prazo, das condições de atendimento;
- o redirecionamento da contratação de energia para o longo prazo, compatível com a amortização dos investimentos realizados;



- a competição na geração com a licitação da energia pelo critério de menor tarifa;
- a coexistência de dois ambientes de contratação de energia, um regulado (Ambiente de Contratação Regulada - ACR), protegendo o consumidor cativo, e outro livre (Ambiente de Contratação Livre - ACL), estimulando a iniciativa dos consumidores livres;
- a instituição de um *pool* de contratação regulada de energia a ser comprada pelos concessionários de distribuição;
- a desvinculação do serviço de distribuição de qualquer outra atividade;
- a previsão de uma reserva conjuntural para restabelecimento das condições de equilíbrio entre oferta e demanda; e, por último, a restauração do papel do Executivo como poder concedente.

Estas são, na verdade, as bases para que o nosso setor elétrico venha a funcionar com a grandeza que nós entendemos que Brasil tem que dar a esse setor. Para nós, o setor elétrico é tão importante que não dá para ficarmos adivinhando o que vai acontecer nos próximos anos. Nós temos que planejar, estabelecer os marcos regulatórios, estabelecer os contratos e estabelecer uma política de duas vias, em que o governo estabeleça um alto grau de confiança nos investidores do setor e os investidores do setor tenham a confiança de que o governo não muda as regras no meio do jogo.

Dito isso, eu passo a palavra ao nosso querido companheiro Palocci.

/mcpro/lrj



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da 12ª Conferência Nacional de Saúde

Academia de Tênis, Brasília-DF, 11 de dezembro de 2003

Eu quero, primeiro, cumprimentá-los por esta extraordinária Conferência que se realiza em Brasília. Quero, sobretudo, dizer que é motivo de muito orgulho e muito carinho ver os nossos companheiros portadores de deficiência física sentados aqui, do nosso lado, inclusive o Chuchu. O Chuchu está em todas.

Quero dizer aos companheiros que vieram do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Espírito Santo, da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Piauí, do Maranhão, do Pará, do Amapá, de Roraima, do Amazonas, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, do Tocantins e de Brasília, e eu espero que tenha mais gente de Goiás aqui, porque Goiás está aqui, pertinho.

Vocês estão percebendo, eu ainda estou com o fuso horário dos países que visitei na minha cabeça. Para vocês são 8 horas da noite e para mim já é meia-noite, porque eu cheguei hoje, às 2 horas da manhã.

Eu quero dizer aos companheiros deputados e deputadas que estão aqui, aos ministros e ministras e, sobretudo, ao companheiro Humberto Costa.

Ah, primeiro eu quero chamar a nossa companheira Lúcia, nossa companheira que recebeu, aqui, em nome do nosso querido e saudoso Sérgio Arouca, as homenagens que uma pessoa como o Sérgio merecia, porque acho que pouca gente neste país se dedicou tanto como o Sérgio Arouca para que a saúde pública fosse de boa qualidade.

Olhe, eu vou ser breve. Quando eu convidei o Humberto Costa para ser ministro da Saúde foi porque eu tinha consciência e conhecimento de que o



companheiro Humberto Costa era um homem que, não só conhecia com profundidade os problemas da saúde no Brasil, como era um companheiro que tinha uma história dedicada, para que a gente pudesse fazer com que o SUS funcionasse da forma mais perfeita que um sistema de saúde pública pode funcionar no país.

E eu tenho clareza de que um ministro da Saúde que, junto com a sua equipe e os movimentos de saúde espalhados pelo Brasil inteiro, é capaz de realizar uma Conferência como esta e da forma mais democrática tirar as decisões, isso só faz com que o governo esteja cada vez mais comprometido a não inventar política de saúde, mas fazer aquela política de saúde que é um compromisso histórico do meu Partido, que é um compromisso da nossa campanha, é um compromisso que não tem ideologia, porque tem deputados, senadores, prefeitos de vários partidos políticos que têm uma belíssima política de saúde no seu município.

E nós achamos que este país tem que fazer muito mais do que já está sendo feito para que a gente possa ter a política de saúde que motivou vocês, ao longo de tantos anos, a acreditarem na organização social, sobretudo os companheiros e as companheiras agentes de saúde que tanto se dedicam neste país. Nós achamos que sem vocês a gente não conseguiria fazer dez por cento do que estamos fazendo. Vocês já sabem do compromisso do Ministério da Saúde, de aumentar o número de pessoas atendidas pelo sistema de médico de saúde da família. Vocês sabem perfeitamente bem que este país é muito complexo, porque há muitos lugares do Brasil que não têm nem médico, e nós precisamos fazer com que a saúde atenda a totalidade do povo brasileiro.

O Humberto me anunciava que vai, agora, colocar no Ministério da Saúde a questão do tratamento bucal, que vai aumentar a possibilidade de se cuidar melhor da saúde bucal do povo brasileiro. Possivelmente, em alguns lugares do Brasil as pessoas não sintam, mas em algumas outras regiões a



questão da saúde bucal é uma necessidade excepcional. Estamos cansados de ver meninas e meninos com 15, 16 anos sem poder dar um sorriso, porque não têm dentes na boca.

Eu vim aqui para dizer para vocês: nós estamos no governo e sabemos que o mandato do Presidente e dos ministros é uma coisa passageira. Vocês, que lutam pela boa qualidade da saúde pública neste país, não estão lutando porque o Lula está na Presidência, vocês já lutam há 5, 10, 15 anos. Tem gente, aqui, que luta há 20 ou 30 anos para que a gente tenha uma política de saúde realmente merecedora de respeito da sociedade brasileira.

Por isso, companheiro Humberto, eu quero te dizer uma coisa, meu querido: eu sei que no Ministério da Saúde, muitas vezes, as pessoas cobram aquilo que imaginam que devam cobrar; muitas vezes as pessoas cobram aquilo que é certo e, muitas vezes, você até tem vontade de fazer e não pode fazer. Entretanto, Humberto, estes companheiros e companheiras aqui, você, eu, e todo mundo que está aqui, nós convivemos com essa gente antes de ser governo, quando fomos governo nas prefeituras e em alguns estados.

E eu queria te dizer, meu companheiro Humberto, que um país que pode fazer uma Conferência de saúde como esta, que pode trazer gente de todo o território nacional, que pode trazer esta quantidade de portadores de deficiência física que estão aqui, que pode trazer mulheres que vieram aqui andando 30, 40, 50 horas de ônibus para discutir não o seu problema pessoal, mas o problema de milhões de brasileiros que querem ter acesso à saúde e não têm ainda; quando você consegue fazer uma Conferência como esta e trazer essa gente, que, depois de tantos dias, continua com a cara boa, animada, sabendo que vai ter que voltar de ônibus mais não sei quantas horas, eu queria te dizer, Humberto: toda vez que você estiver apertado, que tiver dificuldade financeira, que tiver algum problema, você tem que se lembrar sempre que este povo estará do seu lado todas as vezes que você estiver fazendo a política de saúde correta.



Portanto, eu quero agradecer a cada mulher, a cada homem. Quero agradecer a vocês. Eu não posso descer para dar um abraço em cada um, porque senão eu não saio daqui.

Mas eu quero Humberto, te dar os parabéns. E dizer para vocês uma coisa, gente: trabalhem com a certeza e com a convicção que nós sabemos os compromissos que assumimos com a saúde neste país. Não tenham medo, nunca, de cobrar do governo. Não tenham nenhuma preocupação de cobrar. Muitas vezes nós precisamos ser cobrados para não esquecermos os compromissos que nós temos com a saúde neste país.

Mas, ao mesmo tempo, eu estou convencido de que nós ainda vamos ter, na saúde, a grande imagem e a grande fotografia do Brasil, no mundo preocupado com a saúde. Porque essa foi a melhor política nas prefeituras onde nós governamos, essa tem sido uma política excepcional em muitos estados da Federação.

E eu não tenho dúvida: depois de perder três eleições, depois de ganhar, a gente não pode decepcionar esses milhões e milhões de brasileiras que acreditaram que a gente ia fazer e cumprir os compromissos.

Eu quero agradecer a você, Humberto. Agradecer a todo mundo que organizou esta Conferência e, sobretudo, desejar que vocês regressem para seus estados com a convicção de que vocês têm, na Presidência, não um Presidente apenas, mas vocês têm um companheiro que foi companheiro antes de ser Presidente, é companheiro agora, como Presidente, e pretende ser companheiro depois que deixar a Presidência da República.

Muito obrigado e boa sorte para todos vocês.

/mcpro/vpm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no evento de comemoração da abertura da conta CAIXA Aqui nº 1.000.000

Edifício Matriz da Caixa Econômica Federal

Brasília-DF, 12 de dezembro de 2003

Meu caro companheiro, Antonio Palocci, ministro da Fazenda,

Meu caro companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Minha querida companheira Marisa, que eu espero que logo, logo, abra uma conta na Caixa Econômica Federal para depositar,

Meus caros companheiros e companheiras, deputados e deputadas, senadores e senadoras,

Meus caros prefeitos,

O Jorge não falou, mas eu tive o prazer de inaugurar a “Sala dos Prefeitos”, e quando os prefeitos vierem a Brasília para solicitar dinheiro à Caixa não precisarão ficar andando de gabinete em gabinete de deputado, vêm direto à Caixa Econômica, onde têm a sua sala, com gente especializada para acompanhar a realidade de cada município. Aí, vocês vão conseguir pegar o dinheiro de vocês, sem precisar ficar devendo favor a ninguém, apenas os agradecimentos pelos bons serviços prestados pela Caixa Econômica Federal do nosso querido país.

Minhas senhoras e meus senhores, correntistas da Caixa Econômica Federal,

Meus amigos e minhas amigas,

Meus queridos companheiros e companheiras funcionários e funcionárias da Caixa Econômica Federal,



Antes de fazer o meu pronunciamento, quero dizer que um programa como este só pode dar certo se o corpo de funcionários da instituição que se propõe a um projeto dessa magnitude aceitar isso como uma tarefa, porque se não for assim, será muito difícil colocar um projeto destes em execução. Até porque, no Brasil, durante muitos e muitos anos, além do povo pobre não ter acesso ao sistema financeiro, em muitos setores, os próprios funcionários não estavam mais preparados para tratar com essa parcela de pessoas pobres, excluídas do Sistema Financeiro brasileiro.

Quero aqui, de coração, reiterar o agradecimento ao companheiro Jorge Mattoso, às mulheres e aos homens que dedicam boa parte da sua vida à Caixa Econômica Federal, como funcionários. Meus parabéns a vocês. E, obviamente, quero estender isso ao nosso companheiro Jorge Mattoso, porque depois que as coisas estão prontas é muito fácil as pessoas ficarem apresentando outros caminhos, mas na hora de colocar o guizo no pescoço do gato, tem sempre que haver alguém com mais coragem.

Eu me lembro de uma discussão que fizemos no meu gabinete sobre a questão dos juros e sobre a questão da inclusão bancária. E o companheiro Jorge Mattoso e o companheiro Cássio, do Banco do Brasil, assumiram a responsabilidade de dizer: “é possível fazer.”

Vocês não sabem o orgulho que eu tive quando participei daquele outro ato, quando fomos entregar a conta nº 500 mil. Não faz três meses e estamos entregando, hoje, à nossa companheira – o nome dela deve estar no fim do meu discurso - que virá aqui para receber a conta de nº 1 milhão. Hoje, é capaz de chegar alguém e perguntar para o Jorge: por que não 2 milhões? Por que não 3 milhões?

O dado concreto é que há seis meses, um ano atrás, eu duvido que tivesse no Brasil, alguém entendido de banco, que imaginasse que nós pudéssemos chegar a um milhão em tão pouco tempo e atender à diversidade de gente que nós estamos atendendo



Aqui não há pergunta sobre origem social, sobre quanto se ganha, porque o que a gente percebe no fim, é que está sendo atendido exatamente o povo que a gente queria atender e que não passava na porta do banco. Eu acho isso um fato inusitado, Jorge, e eu quero reconhecer aqui que você e outros milhares de funcionários que não estão aqui, anônimos, que a gente nem sabe onde se encontram, estão fazendo deste programa um sucesso extraordinário.

É bom lembrar que a Caixa, hoje, graças ao sistema de correspondentes bancários feito da parceria com pequenos varejistas de todo o interior brasileiro, está presente, como disse o Jorge, em mais de 5,5 mil municípios deste país.

Não faz muito tempo eu fui à Caixa, em várias cidades do interior do Brasil, em campanha, e era comum, às vezes, um trabalhador ter que viajar quilômetros, durante horas, para receber alguma coisa ou para abrir uma conta bancária.

O fato da Caixa Econômica Federal ter feito os acordos de parcerias e estar presente em todos os lugares demonstra que as pessoas mais pobres deste país serão tratadas com dignidade também pelo Sistema Financeiro brasileiro. E isso facilita, amplifica e acelera a execução de programas sociais diretamente ligados às comunidades.

As pessoas, como todos sabem, vivem em locais concretos, vivem nos municípios, nos bairros, nas vilas, não vivem todos aqui em Brasília ou no centro das capitais. Portanto, a ação do governo tem que se fazer sentir exatamente aí. E para isso é preciso ampliar a capilaridade da democracia e dos instrumentos de política econômica.

Este evento fecha com chave de ouro o trabalho da Caixa em 2003.

Eu quero ressaltar uma coisa importante. Em fevereiro, tivemos uma reunião com dois mil prefeitos ou mais num hotel aqui em Brasília. Naquele tempo, eu anunciei que nós iríamos liberar 1 bilhão e 400 milhões para



saneamento básico. Passados alguns dias, eu vi uma matéria no jornal dizendo que esse era um dinheiro que todo mundo anunciava e nunca liberava, que nós estávamos proibidos de liberar esse dinheiro por conta do superávit. O dado concreto é que nós vamos terminar o ano, meu caro Marcelo Deda, liberando a totalidade desse dinheiro, contra 262 milhões que foram liberados no ano passado.

Isso é extremamente importante porque a gente não fica chorando o que não tem. A gente não fica chorando pelo ideal, a gente tenta fazer aquilo que é possível, dentro das nossas limitações. Além de fechar com chave de ouro o ano de 2003, esse trabalho da Caixa deve servir de exemplo para outras instituições financeiras, em outros países da América do Sul. Não apenas por antecipar em um mês a meta de estender a um milhão de brasileiros, antes sem acesso a banco, a sua primeira conta corrente, mas também porque reforça o eixo prioritário das políticas públicas deste governo, que é acelerar a inclusão social.

Sabemos que a construção de uma verdadeira República democrática é um desafio em aberto em nossa sociedade. Boa parte da história brasileira é a história de acertos privados feitos à margem do interesse público. Foi assim que se cristalizou uma hierarquia social rigidamente estruturada, que elitizou os instrumentos de política econômica e estreitou a margem de ação do Estado. Essa hierarquia produziu uma das sociedades mais desiguais do Planeta que nós, juntos, estamos tratando de corrigir.

A noção de direitos republicanos sempre teve enorme dificuldade para vencer essa muralha que se reforça pela dinâmica do privilégio, não da igualdade. E a exclusão bancária é uma das facetas desse desequilíbrio histórico.

Mudar o Brasil, portanto, transformando-o numa República de iguais requer, entre outras providências, a democratização do acesso ao crédito. E o



primeiro passo para isso é incorporar milhões de cidadãos e cidadãs que sequer têm conta bancária.

Trata-se da popularização do mercado e da massificação do crédito a custos baixos, o oposto do que tem sido a lógica vigente, feita de clientela elitizada e lucro cativo gerado pelo endividamento público. Esse círculo vicioso não poderia ser superado do dia para a noite, era preciso um esforço concentrado para revertê-lo. Foi para isso que tomamos as medidas necessárias, duras e que exigiram sacrifícios neste nosso primeiro ano de governo, para termos condições agora de reduzir as taxas de juros, como já estamos fazendo de forma significativa e persistente, levando as instituições financeiras a fazerem o mesmo.

Minhas amigas e meus amigos,

Esse é o papel insubstituível do Estado num país em construção: sinalizar rumos pavimentar caminhos e descortinar o horizonte do interesse coletivo. A maciça democratização do acesso bancário promovida pela Caixa e pelo Banco do Brasil exemplificam esse papel precursor.

Há pouco mais de três meses comemoramos, aqui, na Caixa, a conta nº 500 mil e deslocamos o desafio para um novo patamar: dobrar o número de correntistas até o final do ano. Ainda não chegamos ao final do ano e isso já foi feito. Abrimos mais meio milhão de contas simplificadas em um trimestre e, o melhor de tudo, 83% dos seus titulares têm renda até R\$ 500,00.

São brasileiros e brasileiras humildes, dignos, trabalhadores. Homens, mulheres, jovens em grande maioria, como a detentora da conta um milhão, a nossa – falei que o nome estava no meio aqui – querida Jacirene, injustamente apartados do acesso ao crédito até hoje.

O sucesso da Conta Caixa Aqui quebra o preconceito que existia em relação a essa parcela do país formada, na verdade, pela maioria da população. A adesão maciça à conta simplificada desmente a suposta falta de interesse.



As estatísticas estão aí para provar: o menor risco do mercado é o pobre. Ele deixa de comprar, se for preciso, para saldar um débito antigo. Até outubro deste ano, 73% das pessoas que tinham conta em atraso quitaram suas dívidas, uma taxa superior aos 50% de 2002 e quase o dobro da média dos anos anteriores. Por isso, nossa meta é oferecer essa oportunidade a milhões desses brasileiros até o final do meu mandato.

Eu não vou citar o número aqui, de 13 milhões, porque fica sempre a marca, se vai ser possível cumprir ou não, porque podemos chegar a 14 ou a 12 milhões. O que importa é que, neste país, as pessoas deixaram de passar na porta do banco como se fossem estranhos, como se aquilo não tivesse nada a ver com eles. E essa é a idéia geral, que a gente possa abrir o maior número de contas possível a cada ano. Quem sabe no próximo ano a gente esteja aqui, comemorando muito mais do que o novo milhão de contas.

Alcançado esse objetivo, toda população economicamente ativa das cidades brasileiras terá conquistado um acesso para obter empréstimos, movimentar recursos e ampliar seu leque de oportunidades.

Não podemos nos esquecer, ainda, que mais de 10 milhões de brasileiros que hoje vivem abaixo da linha da pobreza passarão também a ter acesso aos serviços bancários, através de cartões magnéticos como o do Bolsa Família.

É importante lembrar que só a unificação dos programas sociais deu uma economia ao governo de mais de 200 milhões de reais, o que significa que a gente vai ter, então, um pouquinho mais para beneficiar mais gente com um programa de política social.

Sabemos que não é a ferramenta que faz a política. Mas sem ela nenhuma idéia sai da teoria e chega à prática. Portanto, estamos diante de um cenário verdadeiramente inovador para 2004. Trata-se de uma combinação inédita na história econômica recente do nosso país: uma política monetária de juros declinantes e sem retrocesso; um ambiente de estabilidade de preços; um



avanço sustentável no comércio exterior; e uma estratégia vigorosa de massificação e expansão do crédito popular.

O horizonte internacional também é favorável, mas não se trata apenas de uma convergência fortuita. Trabalhamos metodicamente para isso. E digo, aqui, ao nosso querido companheiro Palocci, que se não fosse a paciência de um médico que trata com carinho de um doente enfermo de gravidade, talvez a gente não estivesse aqui, agora, festejando com a tranqüilidade que estamos festejando. Isso aqui é – eu comparo sempre ao futebol – como um time que estava com medo de perder o jogo, entrou, marcou um, marcou dois gols, e agora o técnico pode dizer: vamos para o ataque agora que dá para a gente fazer mais e, quem sabe, até golear os adversários. Como disse o companheiro Jorge Mattoso, essa engrenagem poderosa apenas começa a girar.

Só a Caixa tem 199 mil pequenos empréstimos pré-aprovados que somam mais de R\$ 40 milhões de reais. Trata-se de um crédito concedido quando a conta simplificada completa três meses. Portanto, o que estamos vendo é a maturação da primeira leva de novos correntistas, razão pela qual o número de créditos pré-aprovados deve crescer continuamente a partir de agora.

O crédito para o consumo é uma alavanca indutora do investimento, que multiplica o emprego, expande a renda e gera nova poupança para realimentar a cadeia sustentável da economia. Por isso a inclusão bancária tem que seguir na frente. Mas não só por isso. A verdade é que a exclusão financeira é também uma das responsáveis pelo agravamento da distribuição de renda.

O fosso entre ricos e pobres no Brasil é maior do que revelam as estatísticas. Elas não contabilizam a fatia importante da renda literalmente sugada pelas prestações escandalosas e crediários abusivos a que o povo pobre é submetido. É isso que estamos mudando: o recurso financeiro deve servir à produção e ao consumo de massa.



Meus companheiros e minhas companheiras,

Caminhamos para o desenvolvimento com justiça social, baseado na expansão do comércio exterior, no alargamento cada vez maior do consumo popular, no investimento em saneamento e habitação para as camadas mais pobres e no avanço da infra-estrutura brasileira.

Eu não poderia deixar de dizer ao meu companheiro Jorge Mattoso, aos funcionários e funcionárias da Caixa, à toda a Direção da Caixa Econômica Federal e para aqueles que são pessimistas, que se levantam todo dia sem esperança e sem credibilidade em si próprios, eu quero dizer: meus parabéns à Caixa Econômica Federal, porque ela é um exemplo de gente que pensa positivo e pensa para a frente. Se a Caixa pode fazer esse milagre, certamente, o Brasil poderá fazer muito mais.

Meus parabéns por esse sucesso extraordinário, meu companheiro Jorge Mattoso.

/rss



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com delegações da reunião ministerial do G-20

Palácio do Planalto, 12 de dezembro de 2003

Bem, primeiro, quero dar os parabéns a todos vocês, chefes de delegação do G-20, embaixadores, pessoas que viajaram muitas horas para participar de um dia de debates sobre o futuro dos nossos países e das nossas relações comerciais.

Como acabo de voltar de uma viagem aos países árabes e ainda estou com o fuso horário alterado na minha cabeça, eu sei como é que vocês estão.

Tenho plena consciência das dificuldades de deslocamento e agenda que muitos dos senhores enfrentaram para chegar até Brasília. Mas estou seguro de que regressarão às suas capitais ainda mais confiantes na importância de nossa coordenação para um desenlace equilibrado da Rodada de Doha e para o próprio futuro da Organização Mundial do Comércio.

A força do G-20 reside em seu compromisso com um mandato negociador da Rodada de Doha, em suas propostas construtivas e em sua legitimidade política. Nossos países representam mais de 22% da produção agrícola mundial e neles vivem mais de 70% dos agricultores do mundo. Os países do Grupo respondem por cerca de 60% da população do Planeta.

Imbuído dessa legitimidade e representatividade, o G-20 está mudando a dinâmica da diplomacia comercial multilateral. Graças à firmeza da atuação individual de seus membros e de sua visão coletiva, o G-20 tem contribuído para que os parâmetros de discussão da questão agrícola na OMC deixem de ser impostos pelos interesses protecionistas de alguns poucos atores.

O G-20 conseguiu transpor para a pauta de discussões a perspectiva dos produtores competitivos do mundo em desenvolvimento e os interesses



dos trabalhadores rurais que vivem da pequena agricultura e desempenham um papel social fundamental nas nossas economias.

O G-20 busca uma combinação equilibrada entre a agricultura familiar e o agronegócio, entre os interesses sociais e empresariais. Para os países em desenvolvimento, equilibrar essa equação é fundamental e indispensável em qualquer discussão comercial. Precisamos de um comércio internacional verdadeiramente aberto e equilibrado. Não podemos abrir mão da promoção do desenvolvimento com justiça social.

As posições definidas pelo G-20 conduzem ao fim das atuais distorções do comércio agrícola e trarão melhores condições de vida para bilhões de agricultores em todo o mundo. Lutamos pela eliminação dos subsídios à exportação e medidas equivalentes, bem como os subsídios internos à produção, que distorcem o comércio.

Queremos também melhorar as condições de acesso aos mercados dos países desenvolvidos. Para tanto, contamos com que todos os membros da OMC estejam efetivamente dispostos a assumir as responsabilidades inerentes ao mandato de Doha. Afinal, já esperamos muito.

Em nome dos setores mais vulneráveis de nossas sociedades, dos que ainda passam fome em nossos países, precisamos nos unir para que as regras do comércio internacional sejam mais justas e para que nossa competitividade se traduza em benefícios reais.

A demonstração de engajamento que o G-20 está dando nas negociações da Rodada de Doha é motivo de satisfação e orgulho para todos os seus integrantes. Certamente, este é o sentimento do meu país. Estamos certos de que nossa articulação inspirará outras ações, não só para a defesa de interesses comuns em fóruns internacionais, mas também para o nosso intercâmbio recíproco, especialmente para a intensificação do comércio Sul-Sul.



Teremos na 11ª reunião da UNCTAD, que será realizada em junho de 2004, em São Paulo, uma oportunidade para explorar novas idéias e planejar novos projetos. Podemos aproveitar a Conferência para lançar uma nova rodada de negociações sob o marco do Sistema Geral de Preferências entre os países em desenvolvimento, o SGPC.

Mas creio que podemos ser mais ousados e pensar no lançamento de uma área de livre comércio ente os países do G-20 aberta a outros países em desenvolvimento. Afinal, muitos de nossos países já estão engajados individualmente e coletivamente em processos desse tipo na América do Sul, na África e na Ásia.

Nós mesmos, do Mercosul, já estamos negociando com a Índia e a África do Sul, afora, obviamente, as iniciativas no interior de cada uma de nossas regiões. Por que, então, não tentar levar essa lógica às suas conseqüências naturais e tratar de termos uma grande área de livre comércio dos países do Sul? Não para que deixemos de lado os mercados dos países desenvolvidos, que continuarão a ser fundamentais. Mas para explorar plenamente o potencial que existe entre nós e que não depende de concessões dos países ricos. Peço que reflitam com carinho sobre essas idéias e, quem sabe, poderemos fazer na 11º UNCTAD uma Conferência verdadeiramente histórica para os países em desenvolvimento.

Graças à nossa reunião a voz do G-20, além de se fazer ouvir na OMC, ganha ressonância em todos os debates sobre o aperfeiçoamento do multilateralismo. São muitos os nossos aliados, inclusive no mundo desenvolvido, onde um número crescente de organizações e interlocutores não-governamentais apóia o nosso trabalho e se associa às nossas plataformas.

De mãos dadas, conquistaremos novas e importantes vitórias em benefício não somente de nossos próprios interesses, mas da democratização das relações internacionais como um todo.



Meu muito obrigado. E espero que consigamos avançar até o ponto de chegarmos a conquistar um comércio efetivamente livre e que o povo mais pobre seja o beneficiário dessa relação comercial entre os nossos países.

Muito obrigado e boa sorte!

/lrj/vpm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação dos oficiais-generais promovidos em 25 de novembro de 2003

Palácio do Planalto, 15 de dezembro de 2003

Meu caro José Alencar, vice-presidente da República,

Meu caro embaixador José Viegas, ministro da Defesa, e sua senhora Erica Stockholm,

Meu caro general Jorge Armando Félix, ministro de Estado, chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e senhora Letícia de Andrade Félix,

Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, comandante da Marinha,

General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do Exército, e senhora Maria Antonina de Albuquerque,

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, comandante da Aeronáutica, e senhora Sonia Bueno,

Senhores oficiais-generais promovidos no dia 25 de novembro de 2003,
Senhoras e senhores,

É com especial satisfação que venho apresentar os meus cumprimentos aos oficiais-generais promovidos.

As nossas Forças Armadas carregam, como um dos seus traços distintivos, a marca da excelência.

Reconhecemos todos, na Marinha, no Exército e na Aeronáutica qualidades exemplares.

O espírito público, o profissionalismo e a abnegação do nosso militar são louvados, com justa razão, por todos aqueles que estão familiarizados com o



trabalho levado a cabo pelas Forças Singulares em prol da segurança e do desenvolvimento do nosso país.

Essas virtudes são exaltadas por todos aqueles que sabem que, para os nossos oficiais e praças, nada passa na frente do interesse nacional, nada está acima do Brasil.

A grandeza das instituições às quais os senhores pertencem e em cujas carreiras ascenderam a postos tão elevados nos dá a medida exata da responsabilidade representada pelos novos galões que ostentam.

Os senhores foram considerados como legítimos portadores dos valores que sedimentam a tradição das nossas Forças Armadas.

E isso significa que têm, diante de si, o desafio de seguir honrando o patriotismo e a lealdade que não faltam ao militar brasileiro, o desafio de continuar à altura do importante acervo de serviços prestados ao Brasil por cada uma das nossas três Armas. Esse acervo inclui, sobretudo, as atividades de defesa do Brasil, de garantia da sua soberania e da sua integridade territorial.

Se pensamos na vastidão do nosso país, nas riquezas que ele possui e nos vazios demográficos nele existentes, percebemos que essas não são atividades simples.

Ao contrário, trata-se de um conjunto de medidas extremamente complexas, que apenas são executadas de forma eficaz graças ao profissionalismo dos integrantes das nossas Forças Armadas.

Esse fato é particularmente evidente na Amazônia. Nessa enorme região as nossas Forças Armadas dão de si tudo o que têm, não raro com grandes sacrifícios de ordem pessoal, pela defesa da nação brasileira.

Não creio que seja o caso, aqui, de me estender sobre as várias vertentes do trabalho que as Forças Armadas concebem e implementam sob o comando do Ministério da Defesa.



Ao ressaltar as linhas gerais dos conhecidos atributos das nossas Forças Armadas pretendo apenas chamar a atenção dos senhores, uma vez mais, para a dimensão de responsabilidade que está presente neste importante momento de suas vidas pessoais e profissionais.

Desejo, tão somente, defrontá-los com o peso que recai sobre os seus ombros.

Nesta hora em que lhes renovo os meus cumprimentos pela merecida promoção, conclamo os senhores a continuarem afinados nas suas novas posições com o objetivo maior do governo, que é o de construir um país mais rico e mais justo socialmente: um país melhor para todos.

Senhores oficiais-generais,

Como já tive a oportunidade de afirmar, espero, dos meus oficiais-generais, que preservem e promovam as várias qualidades que reúnem as três Forças Singulares.

Quero, ainda, destacar a importância da contribuição que tem sido dada pelas Forças Armadas aos programas sociais do governo, prioridade fundamental para o nosso povo.

A sociedade brasileira espera que, dentro do espaço de atuação das Forças Armadas, os senhores sigam colaborando para o permanente engrandecimento do nosso país.

E não tenho dúvidas: os senhores saberão corresponder às expectativas e às esperanças que depositamos no seu futuro.

Eu quero terminar dando os parabéns a todos os senhores e dizendo que não apenas o Presidente da República, mas acho que a mesma expectativa que o povo brasileiro tem sobre o Presidente da República, ele tem sobre cada um dos senhores que foram promovidos. Que Deus possa permitir que os senhores cumpram as suas funções com a maior dignidade, com a maior lisura e com o maior compromisso com o nosso país.

Meus parabéns e muito obrigado.



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República**



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de premiação das revistas IstoÉ, “Brasileiro do Ano”; IstoÉ Dinheiro, “Empreendedor do Ano”; IstoÉ Gente, “Personalidade do Ano”

São Paulo - SP, 15 de dezembro de 2003

Eu quero, primeiro, dizer ao companheiro Domingos Alzugaray que a entrega desse prêmio toma um jeito definitivo no Brasil e no estado de São Paulo, não pelo valor econômico do prêmio, porque ninguém vai sair daqui com nenhum centavo, mas porque é sempre importante as pessoas serem lembradas. E cada um que recebeu o seu prêmio, na sua categoria, certamente dedicou 365 dias no ano – já que só ficam 6 horas com a família – para tentar fazer o melhor para a sua empresa, para a sua vida política, o seu estado, a sua cidade.

Eu quero dizer para vocês que quem tem experiência, aqui, sabe que montar um governo não é difícil quando a gente se cerca de companheiros que nos permitem deitar, toda noite, tendo a certeza de que os que estão com você são companheiros de verdade e não companheiros com quem se faz negócios ou negociatas, mas companheiros de caminhada.

Eu me lembro quando convidei o Palocci para ser ministro da Fazenda, e isso criou um certo choque nos meios políticos brasileiros pois como era possível eu chamar uma pessoa que não era economista para ser ministro da Fazenda? Afinal de contas, não era essa a cultura do Brasil durante tantos anos, de ter a predominância dos economistas na Fazenda.

E eu tive a certeza de que eu precisava de alguém que não fosse economista. Vocês podem hoje, depois de um ano, achar graça. Mas eu acho que se ele fosse um economista, não teria tido a tranquilidade e a serenidade que somente um médico, diante de seu paciente moribundo, poderia ter. Se o Alckmin estivesse aqui poderia falar o mesmo, ou qualquer outro que conhece



o Palocci, pois não teve um único momento, nessa nossa trajetória de quase 20 anos, em que eu tenha visto o Palocci perder a calma. Não sei se perde com a Margareth, de vez em quando, mas na política não.

E a verdade nua e crua é que eu, de vez em quando, fico analisando as coisas que se fala da economia brasileira, sem querer ofender nenhum economista, porque eu tenho muitos amigos economistas e gosto de todos eles. Mas a verdade é que economista, quando está na oposição é melhor do que quando está na situação. Na oposição eles têm todas as fórmulas para todos os problemas, mas quando estão no governo, não há nenhuma fórmula para nenhum dos problemas.

E eu acho que a economia brasileira, hoje, merece até ser julgada, porque exatamente nessa mesma data, no ano passado, muitos de vocês estavam com medo do que poderia acontecer no nosso país. Eu tenho certeza de que vocês passaram o Natal e o Ano Novo, mesmo depois da transição tranqüila entre o nosso governo e o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, com muito medo, com muita incerteza.

E, hoje, eu estou aqui muito à vontade para dizer a vocês que aquilo que falávamos no final do ano passado, que a esperança tinha vencido o medo, vocês podem ter certeza de que o Brasil não tem porque ter medo. Este país tem condições, este país é grande, este país tem uma base intelectual, tem uma base empresarial no campo e na cidade. Este país precisa apenas se respeitar. As pessoas precisam acreditar em si mesmas, para fazer com que os outros acreditem.

Não há caminho de volta na nossa economia. Nós vamos continuar fazendo o juro baixar, na medida em que for possível, sem sobressaltos. Nós vamos continuar fazendo o controle e eu disse ao Palocci que vamos fazer porque é preciso.

Eu e Marisa somos casados há trinta anos e a gente só compra quando pode comprar. Se não puder comprar, a gente espera o ano que vem ou outro



ano, porque nós aprendemos a não viver de dívidas. E isso tem que ser levado para a política com muito mais força porque o dinheiro do Estado não é nosso, o dinheiro do Estado tem que ser devolvido para o povo, com a maior responsabilidade, fazendo aquilo que é possível fazer, até porque as pessoas são honestas, as pessoas não esperam um milagre.

Nós tomamos uma decisão: nós não vamos fazer aquela política que parece milagrosa e que todo mundo festeja por três meses e depois de quatro meses está todo mundo chorando porque festejou. Nós queremos dar os passos do tamanho da perna, para que a gente não tenha distensão. O Raí sabe, por mais preparado fisicamente que esteja, que se fizer um esforço exagerado vai ficar um mês sem jogar.

Como eu tenho dito que nós não temos o direito de errar, não podemos errar, porque nós não temos o direito de causar uma frustração na sociedade brasileira. Vocês podem ficar tranquilos que a economia brasileira vai voltar a crescer e os estados vão melhorar.

Imaginem vocês uma coisa: se eu falasse de fazer a reforma da Previdência e tributária, em outubro do ano passado, quem de vocês acreditaria? Os outros não conseguiram, então, como é que esses meninos vão conseguir? E o dado concreto é que eu dei entrada, no dia 30 de abril, num projeto extraordinário, com a concordância dos 27 governadores dos Estados, mesmo um ou outro tendo divergências em algum ponto. Pela primeira vez, na história deste país, 27 governadores foram com o Presidente da República no Congresso dar entrada na reforma e, sete meses depois, se Deus quiser, na sexta-feira, vamos promulgar a nova política tributária deste país e a nova política de Previdência Social do nosso país.

E isso graças à compreensão da sociedade brasileira, graças à compreensão dos governadores, graças à compreensão ao trabalho do Congresso Nacional.

Eu acho que esse é um feito que não tem volta. Por isso, vocês podem



ficar tranquilos. Eu dizia para o dr. Lázaro Brandão, antes de entrar aqui, que os bancos podem se preparar porque vão ser motivados, se depender do governo, a ganhar dinheiro investindo em coisas que signifiquem geração de empregos, geração de riquezas e distribuição de renda. E para que isso aconteça, o governo não pode ser o maior incentivador dos bancos a ganharem sem investir no setor produtivo, oferecendo títulos a juros exorbitantes.

Então eu acho que nós vamos fazer a nossa parte. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o Sistema Financeiro fará a dele. E não tenho dúvida nenhuma, Benjamin, que nós vamos estar juntos nesses próximos três anos, para ver a economia brasileira voltar a crescer e colher aquilo que é o sonho de todos nós.

Por último, quero dizer para dona Marisa Letícia da Silva que eu, possivelmente, não tive a sensibilidade dos homens da IstoÉ, dos jornalistas e diretores que não te conheciam pessoalmente, porque nós dois já fomos vítimas de muita humilhação. Eu me lembro, na campanha de 1989, que diziam assim: “O Lula não pode ganhar as eleições, porque tem muito vidro para dona Marisa limpar”. Nós ganhamos as eleições e eu não tenho dúvida nenhuma de que, com a sua simplicidade, a dona Marisa passou a ser um exemplo de mulher a ser seguido neste país. Por isso, meus parabéns dona Marisa Letícia. Eu vou criar um prêmio para dar para a Marisa: a mulher que tem mais paciência no mundo, para me aturar, porque eu realmente sou muito ranhento e ela me atura há 30 anos. Ela é uma espécie de equilíbrio do que eu devo fazer ou não fazer, se eu devo ir ou não ir. E como já faz 30 anos que deu certo, Marisa, eu vou criar um prêmio para eu mesmo entregar a você.

Muito obrigado e meus parabéns a todos os premiados aqui.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do terminal internacional de passageiros do Aeroporto Internacional de Brasília “Presidente Juscelino Kubitschek”

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2003

Quero cumprimentar o governador Joaquim Roriz, governador do Distrito Federal,

Nosso querido Jorge Viana, governador do estado do Acre,

Minha mulher, Marisa Letícia,

O embaixador José Viegas, ministro da Defesa,

Meu companheiro Guido Mantega, ministro do Planejamento,

A mulher que cuida das mulheres no Brasil, Emília Fernandes, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres,

Os deputados aqui presentes, Paulo Delgado, Sigmaringa Seixas, Tadeu Filippelli, José Roberto Arruda, Homero Barreto,

O senador Paulo Octavio,

O meu companheiro Carlos Wilson, presidente da Infraero,

Os futuros passageiros, que vão utilizar essa nova área do Aeroporto Juscelino Kubitschek,

Os funcionários que, daqui para a frente, irão prestar os bons serviços que a comunidade espera que sejam prestados,

Quero dizer ao companheiro Carlos Wilson que a única razão da minha fala, aqui, é para dar os parabéns a ele.

Em política, de vez em quando você consegue juntar a fome e a vontade de comer. A escolha do companheiro Carlos Wilson para presidente da Infraero é uma dessas situações em que você junta, ao mesmo tempo, o técnico e o jogador. O Carlos Wilson tem sido de uma dedicação exemplar, de uma



vontade empreendedora invejável.

E vocês, quando viajarem pelo Brasil, vão perceber que não vai ficar, no nosso país, nenhum aeroporto – sobretudo das principais cidades, que ainda não foi reformado – que não passe por uma grande reforma.

Até porque o aeroporto é a marca registrada de uma cidade importante. Quando uma pessoa desce num aeroporto e não tem a comodidade que necessita para se sentir bem, certamente ela poderá até falar bem da cidade, mas sairá fazendo críticas ao aeroporto.

Eu, por exemplo, viajava muito para a América do Sul e havia lugares onde, às vezes, a gente chegava às 11 horas da noite, só ia pegar o outro vôo às 4 horas da manhã e não tinha um lugar para sentar, não tinha um lugar para tomar banho, não tinha um restaurante para jantar.

No Brasil, se nós quisermos fazer do turismo uma das grandes fontes de receita do nosso país – porque há potencial para isso, há coisas a serem mostradas, tanto ao povo brasileiro quanto ao povo de outros países – temos que oferecer aeroportos cada vez mais modernos e cada vez mais condizentes com a aspiração e a vontade dos viajantes do nosso país.

Eu perguntava ao Carlos Wilson: vai ter um chuveiro nesse aeroporto? E ele me disse que vai ter chuveiro. Tem um exemplo vivo, viu, Roriz: o governador Jorge Viana, que mora num estado que tem apenas um ou dois vôos por dia, normalmente de madrugada, às vezes tem que chegar e tomar banho no aeroporto, para poder cumprir a sua agenda que, às vezes, começa muito cedo.

Este aeroporto aqui passa a fazer parte de um conjunto de aeroportos que, possivelmente, passem a ser exemplos de modernidade no atendimento à plenitude do desejo dos viajantes deste país. Porque vai ter restaurante, vai ter cinema, vai ter salão de ginástica, vai ter cento e poucas lojas, anunciadas pelo Carlos Wilson. Eu acho que Brasília ganha mais um centro de lazer.

E o que é mais importante: as pessoas que tiverem que viajar e trocar de



avião aqui em Brasília terão, pelo menos, algumas horas de melhor conforto, poderão assistir a um bom filme, poderão fazer a sua corrida matinal. As pessoas não terão mais do que reclamar, a não ser que reclamem do preço da passagem. Eu acho que a comodidade no Aeroporto vai permitir que as pessoas viajem com uma certa tranquilidade.

É por isso que nós não medimos nenhum esforço para dar a este aeroporto de Brasília a qualidade que ele precisa. Afinal de contas, é a capital do nosso país, é aqui que vem grande parte dos chefes de Estado do mundo inteiro. E eu acho que passar por um aeroporto bonito, limpo, com funcionários – espero que ganhando um salário bom, para as pessoas trabalharem rindo, porque ninguém consegue rir se estiver ganhando pouco – é uma qualidade que Brasília oferece e que nós queremos oferecer no Brasil inteiro.

Por exemplo, não é possível São Paulo continuar com o Aeroporto de Congonhas inibido daquele jeito, como não é possível o Rio de Janeiro continuar com duas anormalidades, o Aeroporto Santos Dummont, acanhado daquele jeito que é, e o Galeão praticamente esvaziado. Nós precisamos reestruturar os dois aeroportos, para que o Rio de Janeiro tenha não apenas a quantidade de aviões, mas a quantidade de passageiros que uma cidade bonita como o Rio de Janeiro merece ou uma cidade bonita e de negócios, como São Paulo, merece.

Eu quero terminar dizendo ao companheiro Carlos Wilson: o que você está conseguindo fazer no comando da Infraero é de tamanha grandeza que espero que você convença – não posso fazer *merchandising* aqui – mas que você convença os empresários, num futuro bem próximo, a construir um hotel aqui, encostado ao Aeroporto, para que os passageiros que vão passar quatro ou cinco horas aqui possam aproveitar e dormir aqui mesmo, próximos ao Aeroporto. Eu sei que isso virá com o tempo, porque todas as cidades importantes terão que ter isso, se quiserem motivar as pessoas a viajar.

Quero, portanto, Carlos Wilson, não como Presidente da República, mas



como seu companheiro de longa data, dar os parabéns a você, dar os parabéns a toda a sua equipe, sobretudo ao pessoal que trabalha nas Superintendências espalhadas por este país afora. O pessoal está fazendo um trabalho excepcional. E não é apenas um trabalho de obra, mas um trabalho de humanização do tratamento que tem sido dado às pessoas nos aeroportos do Brasil.

Meus parabéns a Brasília, porque ganha um aeroporto que merece. Isso aqui não é nenhum favor. Isso aqui é, na verdade, pagar ou dar a Brasília aquilo que Brasília merece porque é a nossa capital, porque é uma cidade tombada pela Unesco. Um Patrimônio da Humanidade tem que ter um aeroporto à altura da sua grandeza e beleza. E, ao mesmo tempo, porque acho que o povo que transita por Brasília merece o melhor.

Eu quero, portanto, lhe dizer, meu caro: vá em frente, porque, se depender do Presidente, você vai fazer e eu vou inaugurar muitos aeroportos por este país afora. E irei com muito prazer.

Não tenho dúvida de que o Aeroporto de Brasília passa a ser mais um cartão-postal para esta cidade extraordinária.

Meus parabéns, Carlos Wilson.

/mcpro/lrj



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da XXV Reunião do Conselho do Mercado Comum – Mercosul**

Montevidéu-Uruguai, 16 de dezembro de 2003

Sejam minhas primeiras palavras para agradecer ao presidente Jorge Battle a acolhida na capital da irmã República Oriental do Uruguai.

Desejo saudar muito especialmente a incorporação do Peru como mais novo estado associado do Mercosul.

A conclusão dos entendimentos para o acordo entre o Mercosul e três países da Comunidade Andina – Colômbia, Venezuela e Equador – é um fato histórico que devemos celebrar com justa razão.

Alegra-nos, também, que o Conselho do Mercado Comum tenha decidido aprovar o aprofundamento dos laços da Bolívia com o Mercosul, equiparando seu status com o da outra nação-irmã associada ao Mercosul, o Chile.

O Mercosul é, hoje, reconhecido como um ator internacional relevante.

Por essa razão, nos honram com suas presenças aqui, em Montevidéu, o primeiro-ministro de Angola, Fernando Piedade Dias dos Santos e o ministro das Relações Exteriores da Federação Russa, Igor Ivanov.

Registro também a presença do comissário Pascal Lamy, que participou há poucos dias de produtivo diálogo com o G-20, em Brasília.

Naquela ocasião, sugeri aos ministros do Grupo que estreitássemos nossos vínculos por meio de preferências comerciais ou mesmo da criação de uma ampla área de livre comércio, o que seria ainda melhor.

Esta pode ser a extensão natural dos entendimentos em curso com Índia e África do Sul, aos quais quer se associar o Egito, conforme me foi dito há dias, no Cairo.

Renovo aqui a sugestão para que reflitamos sobre essas idéias e



tomemos uma decisão durante a XI UNCTAD, que se realizará em junho, em São Paulo.

Também poderemos aprofundar essa discussão na Cúpula que reunirá Presidentes da América do Sul e dos países árabes no Brasil. A iniciativa de convocar essa Cúpula foi muito bem recebida pelos países árabes que visitei recentemente, e, na realidade, por todos os membros da Liga Árabe.

Instruí meu Ministro das Relações Exteriores a iniciar imediatamente entendimentos com os chanceleres dos demais países envolvidos. Espero que possamos ter uma reunião preparatória de altos funcionários já no final de janeiro, possivelmente em Genebra.

Senhores Presidentes,

Ao assumir a Presidência do Brasil, atribuí prioridade máxima ao Mercosul. Ele deve ser um instrumento da expansão do comércio e da integração produtiva. O projeto político do Mercosul exige um permanente esforço de negociação, atento às necessidades das economias menores.

Registro com satisfação os acordos obtidos nesta Reunião do Conselho do Mercado Comum de Montevideu, que será considerada como um marco em nossa evolução.

Reafirmo meu compromisso de trabalhar para que o Mercosul represente um fator de desenvolvimento para todos os países membros, inclusive para que as economias menores encontrem respostas para o desafio do crescimento.

Para isso, temos que buscar soluções criativas e pragmáticas que não percam de vista o objetivo maior de conformação de uma união aduaneira, base do mercado comum previsto no Tratado de Assunção.

Foi com esse espírito que propus na reunião de Cúpula de Assunção, em junho passado, que o Mercosul adotasse um programa de trabalho com metas claramente definidas.



O fruto dos trabalhos intensos que desenvolvemos nos últimos seis meses está no Programa de Metas que estamos aprovando para o período 2004-2006.

Esse Programa prevê um conjunto de ações e metas ambiciosas: implantar um Parlamento do Mercosul, ampliar a dimensão cidadã do bloco, completar a união aduaneira, avançar nas bases para o Mercado Comum e iniciar a nova agenda de integração nos campos da produção e do desenvolvimento tecnológico.

É esse o espírito, presente em Assunção, em 1991 e em Ouro Preto, em 1994, que queremos recuperar com a aprovação desta agenda de trabalho.

O Brasil deseja insistir nesse caminho reforçando as dimensões social, política e cultural do nosso empreendimento, sem esquecer que a base dessa construção tem que ser uma autêntica integração econômica.

Estou convencido de que há, hoje, uma firme e renovada disposição de todos os sócios de seguir no aprofundamento e na consolidação do Mercosul.

Prova disso são decisões de grande importância sobre o Protocolo de Compras Governamentais do Mercosul e a nova Rodada Negociadora do Grupo de Serviços.

Aprofundar o Mercosul significa fortalecer suas instituições.

A entrada em vigência do Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias é passo fundamental nessa direção.

Quero saudar, muito especialmente, a designação de meu amigo Eduardo Duhalde como presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul.

Com sua experiência e sabedoria política, o presidente Duhalde trará novas idéias para este Foro. Encaminhará, com equilíbrio e visão, as grandes questões que estaremos tratando nos próximos dois anos. Por isso, convidei-o a participar da visita que fiz a cinco países árabes. A presença do presidente



Duhalde à frente do Mercosul contribuirá para reforçar seu papel como um interlocutor cada vez mais relevante junto a outros países e regiões.

Senhores Presidentes,

Uma das prioridades de meu governo está na ampliação do processo decisório no Mercosul.

Saúdo, portanto, o acordo firmado entre o Conselho do Mercado Comum e a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em outubro passado.

Considero essa iniciativa um passo importante no sentido da ampliação da cidadania no processo de consulta e definição das políticas de integração.

Neste mesmo sentido, desejo sugerir que a Comissão de Representantes Permanentes realize um levantamento de todos os avanços já alcançados pelo Mercosul em matéria de interesse direto e imediato dos cidadãos. O trabalho formaria uma boa base para a elaboração de uma “cartilha do cidadão do Mercosul”. Esse seria um passo a mais para o reforço da sua dimensão social.

Da mesma forma, devemos dar continuidade ao fortalecimento do Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul.

Isso garantirá um sistema permanente de consultas às nossas sociedades, seus trabalhadores, empresários, estudantes e entidades da sociedade civil.

O Foro constitui um dos principais mecanismos para valorizar a dimensão social do Mercosul, o que distingue o processo de integração de um simples bloco comercial.

Senhores Presidentes,

Um dos desafios mais urgentes que enfrentamos é a redução dos desequilíbrios que caracterizam nossa região.

Devemos aperfeiçoar as formas de financiamento do desenvolvimento na América do Sul. Isso exige aproveitarmos as fontes existentes, nacionais e



multilaterais, e criar novos mecanismos capazes de financiar atividades de infra-estrutura e de integração de cadeias produtivas.

Estou plenamente convencido da importância de o Brasil continuar estimulando investimentos brasileiros na região por meio, inclusive, de uma participação crescente do BNDES.

Por isso, revoguei medidas que impediam um uso maior dos Convênios de Créditos Recíprocos (CCR), vitais para nossas trocas comerciais e relações econômicas.

Precisamos tomar decisões urgentes sobre os projetos de integração física pré-selecionados, como resultado do seminário realizado no Rio de Janeiro entre o BNDES e a Corporación Andina de Fomento.

Senhores Presidentes,

O Mercosul representa processo irreversível de integração, com um patrimônio de realizações que aumenta sua capacidade de enfrentar, com flexibilidade e realismo, os desafios internos e externos.

Para isso, conta com a firme vontade política de seus líderes de realizar a ambiciosa, porém realista, meta de construção de um mercado comum.

O meu governo está profundamente empenhado nesse objetivo. Por isso quero, mais uma vez, saudar a todos os presentes e, muito especialmente, o Uruguai e o presidente Battle por estarem presidindo esta reunião que, repito, passará para a história como um grande passo em direção à consolidação do Mercosul e da integração da América do Sul.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de entrega das chaves da cidade de Montevidéu**

Montevidéu-Uruguai, 16 de dezembro de 2003

Eu não tinha a chave da cidade de Montevidéu. Essa cidade projetada com as suas portas abertas para centenas de brasileiros que, em momento histórico e muito ruim para o nosso país do ponto de vista da democracia encontraram aqui, em Montevidéu, um lugar para se refugiar, repensar suas vidas e trocar idéias.

Agora, com a chave eu fico imaginando que poderemos mandar muito mais gente, e eu espero que não seja por problemas políticos, mas para conviver com este povo extraordinário do Uruguai, com este povo extraordinário de Montevidéu, para sempre aprender um pouco mais.

Eu quero, meu caro prefeito Mariano Arana, dizer da minha alegria de receber esta chave, junto com o presidente Kirchner, junto com o presidente Carlos Mesa e o nosso companheiro Nicanor Duarte, do Paraguai, que teve que ir embora.

Este é um momento em que nós tivemos uma extraordinária reunião do Mercosul, na capital do Mercosul, que é Montevidéu, em que fizemos um acordo histórico, na medida em que o Mercosul e a comunidade andina fizeram um acordo que certamente mudará, e muito, as relações que nós tínhamos até agora. É um momento em que temos, aqui, nesta cidade, dezenas ou centenas de companheiros dirigentes sindicais de todo o Mercosul, e temos dezenas de prefeitos e prefeitas das cidades mais importantes, além de parlamentares dos vários países que compõem o Mercosul.

Por si só este já seria um momento excepcional. Mas nós temos aqui algumas personalidades que eu gostaria de citar, para que o meu querido Mariano Arana possa saber que estão aqui: o governador de Santa Catarina,



nosso companheiro Luiz Henrique; o nosso companheiro Zeca do PT, governador do estado de Mato Grosso do Sul; o nosso companheiro Antonio Palocci, ministro da Fazenda do Brasil. Depois, o Kirchner apresentará os ministros da Argentina que estão com ele.

Eu não tenho o equilíbrio emocional do presidente Carlos Mesa, que consegue controlar os seus três minutos de improviso. Eu fico nessa de improviso e vou me empolgando. Eu temo que o dia de hoje seja muito longo, mas eu estou feliz. Eu estou feliz pela chave da cidade, eu estou feliz pelo carinho que eu tenho recebido de homens e mulheres do Uruguai, onde quer que eu os encontre, seja no Brasil, na Argentina, no Peru ou em qualquer outro lugar do mundo.

Eu estou feliz porque este encontro de hoje, do Mercosul, é para minha cabeça uma coisa muito gratificante, porque durante muito tempo alguns dirigentes políticos do meu país e alguns dirigentes políticos da América Latina e da América do Sul diziam que eu não podia ser eleito Presidente da República do Brasil, porque eu iria acabar com o Mercosul. Houve até quem fosse no meu país falar isso.

Quando tomamos posse, já durante a campanha, tínhamos assumido um compromisso de que o Mercosul seria a base da construção da nossa política externa e, como primeira demonstração disso, fiz uma visita à Argentina. Tive o primeiro contato com o presidente Duhalde e, ali, firmamos um pacto de que era preciso trabalhar muito para que nós pudéssemos reconstruir o Mercosul. Até porque o Mercosul não tinha acabado, o Mercosul não tinha fracassado, o que tinha fracassado era a economia do Brasil, a economia da Argentina e a economia dos outros países.

Resolvemos reconstruir o Mercosul. Tomamos consciência, meu querido Prefeito, que para a reconstrução de um fórum como o Mercosul era preciso, antes de tudo, ter a confiabilidade política das pessoas que dele participam. Era preciso que não houvesse desconfiança entre os dirigentes dos nossos



países, que não houvesse disputas menores e que nós pensássemos sempre de forma positiva no que poderíamos ganhar com essa integração.

Em 11 meses, me reuni com todos os Presidentes dos países da América do Sul. Com alguns, mais de uma vez. Em 11 meses, tivemos muitos contatos com a Argentina, quando não, com o Presidente da República. Os ministros têm se encontrado. Com o Uruguai, foi a mesma coisa. E não conversamos apenas com aqueles de quem gostamos, conversamos com aqueles que exerciam o papel de chefe de Estado, na ocasião.

Quando eu vou a um país eu não quero saber se o Presidente é ou não afinado ideologicamente comigo. Eu quero saber se ele é o Presidente do país e eu tenho que tratá-lo como chefe de Estado e fazer a política que um chefe de Estado tem que fazer com outro.

Quando eu tiver que me reunir com aqueles de quem eu gosto, aí eu não farei a visita como chefe de Estado mas, sim, como companheiro de um partido político.

E essa reunião de hoje, para mim, foi o coroamento de uma tarefa que nós nos propusemos fazer, a Argentina, o Brasil, o Uruguai e o Paraguai. Nós nos propusemos a trabalhar, a vencer todas as divergências que pudessem existir entre nós, as históricas e as contemporâneas. E eu acho que, hoje, nós consolidamos o Mercosul. E a partir dessa consolidação, sem que nenhum país perca a possibilidade de fazer os seus acordos bilaterais com outros países, nós queremos fazer mais.

Nós queremos que o Mercosul não perca de vista a sua relação com a União Européia e com os Estados Unidos, que são os nossos maiores parceiros comerciais. Nós não podemos perder de vista, nunca, a importância que a China tem na relação com o Mercosul e com a América do Sul. Nós não podemos perder de vista o que a Índia pode representar na relação com o Mercosul. Nós não podemos perder de vista o que poderemos ganhar numa



aliança entre o Mercosul e a África, entre o Mercosul e países árabes, entre o Mercosul e outros países asiáticos.

O importante é que nos decidimos que não vamos ficar esperando alguém vir ao Mercosul para saber o que é o Mercosul. Nós vamos viajar o mundo mostrando o que somos, o que temos e o que queremos. É por isso que, na última viagem, eu tive o prazer de ter a companhia do companheiro Duhalde, ex-presidente da Argentina, que é o presidente da Comissão Permanente do Mercosul.

E vamos continuar fazendo isso porque acreditamos que nós não nascemos para ser pobres a vida inteira, nós não nascemos para ser país em desenvolvimento a vida inteira, mas também não nascemos para ficar de fórum em fórum chorando o fato da vaca leiteira não ter passado na porta da nossa casa. Eu digo sempre que não é possível fazer uma boa política se quem a está fazendo não tem auto-estima.

Primeiro, nós temos que acreditar no que estamos fazendo. Segundo, nós temos que fazer as pessoas acreditarem que aquilo que está sendo feito é importante naquele momento histórico. Eu não posso falar por outro país, mas como eu tenho muitos amigos na Argentina, como eu tenho muitos amigos no Paraguai e tenho alguns amigos no Brasil, eu poderia falar, inclusive, por meus companheiros da Bolívia.

Eu acho que em poucos momentos da sua história este Continente viveu uma auto-estima tão elevada com agora. Porque em poucos meses aconteceu, neste Continente e na América do Sul, uma coisa que muito cientista político, com pós-doutorado na Sorbonne ou em outra universidade qualquer, não imaginava que pudesse acontecer.

O Kirchner não estava nos prognósticos daqueles que previam o resultado eleitoral. O Lula, vindo de onde veio e tendo a formação que tem, não estava predestinado a ser Presidente do Brasil. E o Carlos Mesa era vice. O Nicanor representa o rompimento com a cultura tradicional dos partidos



centenários do Paraguai. O Chávez é a mesma coisa. E tem mais coisa para mudar.

Sobre nós pesa uma responsabilidade que pode não pesar nos ombros de um político tradicional, porque um político tradicional se eleger e, se não deu certo, ele volta para sua atividade profissional ou vai fazer qualquer coisa não sei onde. Nós temos uma responsabilidade muito maior, porque o que está em jogo não é o nosso mandato, é a nossa história. E quando isso acontece, aumenta a nossa responsabilidade e a nossa eficácia para não errar.

Eu tenho discutido quase todo santo dia no Brasil. De vez em quando eu tenho companheiros que querem dar passos mais rápidos, outros menos rápidos, e eu digo sempre o seguinte: a gente não pode nem dar um passinho muito devagar, nem dar um passo muito grande, porque até os grandes jogadores de futebol, que treinam todo dia, quando forçam demais têm distensão e ficam muito tempo sem jogar.

Na política nós temos que dar passos medidos, calculados, pensando estrategicamente no que vai acontecer no mês seguinte, no ano seguinte, porque um erro pode ser fatal para alguém que quer contribuir com a queda da tradição oligárquica que, durante tantos anos, governou o nosso Continente.

Por isso eu estou feliz, porque acho que já fizemos muito nesses poucos meses de Kirchner, nesse quase um ano de Lula, nesses poucos dias de Carlos Mesa. Quando eu fui à Bolívia, a Santa Cruz de La Sierra, para uma reunião, eu falei: olha, ele tem cara boa. Eu acho que será um bom Presidente, eu acho que a Bolívia estava precisando de uma pessoa equilibrada, não de um populista daqueles que falam coisas que nem eles acreditam, mas falam porque é mais fácil falar do que fazer. E como eu já tinha perdido três eleições no Brasil, eu já sabia o quanto era duro perder

Eu quero que o meu querido Prefeito saiba que nós não jogaremos fora esta oportunidade de fazer com que o povo do meu país e que os outros Presidentes, nos seus países, façam com que o nosso povo recupere não



apenas a auto-estima, mas a dignidade de viver bem.

E com essa chave, certamente tudo será mais fácil.

Muito obrigado.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em
cerimônia de contratação de recursos do FGTS para saneamento
ambiental**

Palácio do Planalto, 17 de dezembro de 2003

Meu caro companheiro Antônio Palocci, ministro da Fazenda,

Meu caro companheiro Jaques Wagner, ministro do Trabalho e
Emprego,

Meu caro companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Meu caro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal – é
importante que vocês não saiam daqui sem esquecer que o companheiro Jorge
Mattoso é o único banqueiro do mundo que, no dia do seu aniversário, ao invés
de receber presente, libera dinheiro para saneamento básico,

Meu caro Joaquim Roriz, governador do Distrito Federal,

Meu caro Paulo Souto, governador da Bahia,

Meu caro Simão Jatene, governador do Pará,

Meu caro Geraldo Alckmin, governador do estado de São Paulo,

Meu caro Cássio Cunha Lima, governador da Paraíba,

Meu caro Wellington Dias, governador do Piauí,

Meu caro João Alves, governador de Sergipe,

Meu caro Eduardo Braga, governador do Amazonas,

Prefeitos aqui presentes,

Deputados,

Meus companheiros membros do Conselho Curador do Fundo de
Garantia do Tempo de Serviço que estão presentes,

Minha querida companheira Izalene Tiene, prefeita de Campinas,

Prefeito de Juazeiro,

Diretores de empresas de saneamento,



Eu vou ler um trechinho do discurso que eu fiz para os prefeitos, em fevereiro, quando houve aquele grande encontro no Hotel Blue Tree. O Jorge Mattoso pediu e eu anunciei que nós iríamos destinar 1 bilhão e 400 milhões de reais para gastar em saneamento básico. E eu dizia que era todo o dinheiro que nós tínhamos para gastar este ano, achando que era pouco.

E nós pretendemos, no final do ano, saber se gastamos aquilo que tínhamos para gastar. Porque uma coisa é um prefeito gastar mais do que tem, outra coisa é você ter um pouco e não gastar aquilo que tem. Então, não é possível que alguém fique com dinheiro em caixa, mesmo que seja um real, com tanta necessidade que o país tem.

Eu me lembro que depois que anunciei 1 bilhão e 400 eu recebi, na mesa, um papelzinho me alertando que não era a primeira vez que alguém anunciava 1 bilhão e 400 e que, no final do ano, esse dinheiro não saía, ora por problemas orçamentários, ora por problemas de contabilidade com o Tesouro, ou seja, por qualquer razão.

E o que me deixou mais preocupado foi que o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso tinha anunciado, também no começo do ano de 2002, 1 bilhão e 400 milhões, a mesma quantia que eu tinha anunciado, e só tinha liberado, ao final do ano, 262 milhões.

Eu me lembro que chamei o Mattoso e perguntei: “Espere aí, esse dinheiro é o dinheiro que você está sempre anunciando e nunca sai? Porque eu estou anunciando a mesma quantia que o Fernando Henrique Cardoso anunciou”. Foi aí que nós detectamos que havia problemas, que vocês, prefeitos e governadores, sabem.

Tivemos uma conversa com o Mattoso e com o Palocci e chegamos à conclusão de que era uma questão de honra liberarmos todo esse dinheiro, até porque se não liberássemos, quando anunciássemos outra quantia de dinheiro para o ano que vem, ninguém iria mais acreditar. E também porque sabíamos



que liberar dinheiro para saneamento básico é liberar, indiretamente, dinheiro para a saúde; é liberar, indiretamente, dinheiro para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Portanto, todo evento é importante na rotina de um homem público, porque a sua primeira obrigação é prestar contas ao povo de forma transparente e sistemática. Mas alguns eventos são mais importantes e mais estratégicos do que outros. Isso acontece quando ilustram a prioridade de uma administração e reafirmam o eixo de uma política aprovada durante o processo eleitoral.

É o caso desta assinatura de contratos de saneamento, que vai beneficiar mais de 332 municípios, em onze estados da Federação, mais o Distrito Federal, com água potável, esgoto e drenagem para 7 milhões e 600 mil brasileiros.

Em fevereiro deste ano tivemos um encontro com mais de dois mil prefeitos e pude constatar, com satisfação, a alegria, o sorriso de cada prefeito, quando anunciamos um crédito de R\$ 1 bilhão e 400 milhões de reais.

A contratação desse dinheiro demorou mais do que vocês desejavam, mais do que nós desejávamos. Mas o dado concreto é que em nenhum momento o ministro das Cidades, as pessoas que trabalham com ele, os prefeitos que vinham sempre a Brasília para reivindicar, os governadores e eu próprio nunca esquecemos que tínhamos feito a promessa de liberar 1 bilhão e 400 milhões.

Hoje, eu tenho o orgulho de dizer que a palavra dada é uma palavra que está honrada. Os estados e municípios já podem requerer esse dinheiro imediatamente. E não apenas aquele 1 bilhão e 400 milhões de reais anunciados mas, na verdade, 1 bilhão e 700 milhões de reais. Portanto, um adicional de 300 milhões de reais a mais para saneamento básico.

Com essa decisão, vamos encerrar o primeiro ano do meu governo investindo em saneamento seis vezes mais que o total liberado nos últimos



quatro anos através do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

E os governadores, os prefeitos, os deputados e nós todos precisamos estar felizes porque, ontem, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço aprovou o maior orçamento de toda a sua história para saneamento básico: 7 bilhões e 450 milhões – saneamento, habitação e transporte – 7 bilhões e 450 milhões de reais são a maior quantidade de verba liberada em toda a história do Fundo de Garantia. Portanto, meus parabéns, companheiros curadores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Em 2004, o dinheiro para saneamento será recorde outra vez.

E teremos, ainda, R\$ 2 bilhões e 900 milhões de reais para aplicar, independente do ajuste fiscal.

Assim, tudo somado entre gastos da União, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do BNDES e das operadoras do setor, investiremos mais de R\$ 6 bilhões em tratamento de água, esgoto, drenagem, coleta e processamento de lixo.

No Plano Plurianual previmos R\$ 18 bilhões de reais para esse fim até 2007. Mesmo assim, o Estado, sozinho, não terá fôlego para fazer tudo.

Por isso, aceleramos a definição de marcos regulatórios que vão permitir a união de esforços entre governo e iniciativa privada para expandir a infraestrutura nacional. É bem mais do que tudo o que se fez nos últimos tempos, no Brasil.

Senhores governadores,

Prefeitos e prefeitas,

Meus amigos e minhas amigas,

Para se credenciar ao futuro o Brasil tem que ampliar o alicerce do presente. Ao contrário do que muita gente pensa, obra não feita também tem um custo e ele é alto. Muitas vezes, é mais alto do que a economia obtida com o adiamento do projeto.



Porque o que se deixa de fazer na hora certa cobra seu preço mais adiante na forma de doenças, mortalidade infantil e epidemias que atingem, principalmente, as populações mais humildes do nosso país.

Cada real não aplicado em saneamento básico, por exemplo, gera despesas três a quatro vezes superiores em saúde pública. Essa conta de chegada, portanto, não leva a lugar nenhum. Todavia, foi a aritmética que predominou nos últimos anos e traçou no país um *apartheid* sanitário desolador.

A economia brasileira teve a maior taxa média de crescimento no século XX e, no entanto, por falta de disposição política, entramos no século XXI com 30 milhões de pessoas que ainda não têm sequer um banheiro dentro de casa. Significa dizer que o povo brasileiro padece em condições de vida injustificáveis para o nosso nível de renda.

O ministro Olívio Dutra esteve ontem em Guaribas, onde iniciamos o programa Fome Zero e que hoje já beneficia 1.227 municípios no semi-árido nordestino.

Ele foi inaugurar um sistema de tratamento de água numa cidade pequena, onde foram atendidas 200 e poucas casas, cuja vida mudou em um ano. Quem é de Guaribas pode contar o que uma migalha faz num lugar em que a miséria é muita. Só para os governadores terem uma idéia, Guaribas nunca tinha tido um salão de beleza. E, depois do programa Fome Zero, Guaribas já tem, não apenas água, mas já tem um salão de beleza. Ou seja, as pessoas descobriram que é possível, já que não moram numa grande capital para fazer uma plástica, ir a um instituto de beleza, que não é estatal, não é público, é privado, para ficarem mais bonitas.

E numa república de iguais, todos têm direito de comer, vestir roupa nova, beber água tratada, estudar, se divertir, ir ao cabeleireiro, ter banheiro em casa, participar de comitês gestores e, acima de tudo, direito de encarar a vida com a esperança de fazer do amanhã um tempo melhor que hoje.



Meus amigos e minhas amigas,

Nada gera empregos de forma mais rápida e massiva numa cidade do que obras de saneamento básico. Somente os recursos anunciados hoje serão suficientes para criar 276 mil novos postos de trabalho, em curtíssimo prazo.

O que nos faltou, historicamente, foi a repactuação do Brasil consigo mesmo, vale dizer, com um projeto de desenvolvimento que tenha no povo o seu fim, e nas riquezas territoriais e econômicas, o seu meio.

Se assim for feito, nenhum investidor no mundo irá desperdiçar essa chance. A chance de ser parceiro de um povo que fez do desenvolvimento um modo de vida sustentável; e da prosperidade coletiva, a principal fronteira da sua soberania.

Acreditar em nós é o passo fundamental. E acreditar em nós só depende de nós. Por isso, eu queria terminar dizendo a vocês que em nenhum momento, nenhum governador, prefeito, deputado ou qualquer ser vivo desta Terra verá sobrar um centavo em caixa se não houver um impedimento legal para sobrar, porque eu continuo dizendo para vocês que gerar empregos deve ser não só a minha obsessão, acho que deve ser a obsessão de cada um de nós, porque é o emprego que garante a dignidade do ser humano.

Por isso é que estamos tratando essa questão do saneamento básico com o carinho que merece, não só porque melhora a vida das cidades e das pessoas, mas porque gera parte dos empregos que precisamos gerar.

Espero que os governadores, os prefeitos e as empresas que assinaram o acordo aqui hoje tenham a bênção de Deus para que cada centavo investido possa contribuir para a geração de um posto de trabalho para um brasileiro que precisa trabalhar.

No mais, desejo a todos vocês um feliz Natal, um feliz Ano Novo. Por favor, descansem mas não exagerem, porque no ano que vem teremos, além das eleições, muito trabalho neste país.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de cumprimentos à Delegação Brasileira dos Jogos
Parapanamericanos de Mar del Plata**

Palácio do Planalto, 17 de dezembro de 2003

Quero cumprimentar o meu companheiro ministro do Esporte Agnelo Queiroz,

Cumprimentar o companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Cumprimentar o Vital, presidente do Comitê Paraolímpico,

Cumprimentar os familiares dos atletas, os técnicos,

E cumprimentar esses homens e mulheres maravilhosos, sobre quem o ministro Anderson Adauto disse tudo. Acho que muito mais do que a medalha, que é importante – não vamos, agora, esnobar uma medalha – eu acho que o que vocês estão fazendo pode ser uma coisa extraordinária para o Brasil, como um exemplo para milhões de homens e mulheres portadores de algum tipo de deficiência e que, muitas vezes, não têm a motivação necessária para compreender que o fato de terem uma deficiência física não os torna inferiores a ninguém e não os faz ter menos auto-estima do que qualquer outro ser humano.

Muito mais do que a medalha, eu penso que vocês podem, numa combinação com o Ministério do Esporte e com o governo, servir de exemplo para que milhões que estão dentro de casa, achando que o mundo acabou, abram a porta e comecem a fazer o que vocês fizeram.

Muitas vezes, não o fazem porque não estão motivados; porque há incompreensões; porque são vítimas de preconceitos ou porque têm preconceitos. E eu acho que nós precisamos, numa parceria com vocês,



discutir como utilizar a força e a coragem de vocês, para que possamos, por meio da imagem de vocês, fazer com que as pessoas vivam intensamente a vida, independentemente de um pequeno defeito que a natureza fez nascer.

Eu estou orgulhoso. Estou orgulhoso porque tive a oportunidade de conversar com vocês há 20 dias. Naquela época, só o Clodoaldo era meio “papudo” e dizia que ia ganhar medalha, o restante estava aqui “numa boa”, dizendo: “Vamos lá. Vamos lá para competir”. O Clodoaldo veio aquele dia, aqui, mais para tirar foto. Vocês estavam aqui com espírito de esportistas, com espírito de brasileiros, com espírito de homens e mulheres que queriam, antes de tudo, provar que não são inferiores a ninguém. E, pela cara de vocês, a gente percebe que vocês estão com a auto-estima mais elevada do que qualquer outro ser humano na face da Terra.

Eu quero dizer para vocês que não faltará, da nossa parte, esforço para que a gente possa concretizar, a cada dia, a cada mês, a cada ano, uma melhora nas condições para que vocês possam treinar melhor, para que vocês possam viajar para disputar o que vocês tiverem que disputar sem precisar ficar mendigando uma passagem de terceira classe.

Enquanto, às vezes, os atletas vão de ônibus coletivo, alguns dirigentes vão de primeira classe. Acho que cabe a nós, do governo, e cabe à sociedade brasileira também, não apenas ao governo, reconhecer que vocês estão se transformando, a cada dia que passa, num patrimônio deste país.

Ou seja, todo mundo é importante, mas há pessoas que vão fazendo tanta coisa que terminam sendo mais notadas, tendo mais importância, tendo mais visibilidade, até que as pessoas viram um patrimônio, viram uma referência para outras pessoas, para crianças, para adolescentes e para adultos.

Então, estou orgulhoso porque vocês foram e deram um “banho”. Ou seja, se tivéssemos a quantidade de atletas que o México tinha, nós teríamos mais medalhas que eles, certamente. Vocês ganharam o que tinham que



ganhar, se emocionaram ouvindo o Hino Nacional 81 vezes. Deve ser uma coisa emocionante subir ao pódio e ouvir o Hino Nacional. O grandão, aqui, o Guto, nem ouve o Hino Nacional, de tão alto que é. O Hino passa por baixo do pescoço dele.

Mas acho que vocês são motivo de orgulho para nós. Quero que vocês saibam que vocês têm no companheiro Agnelo Queiroz um companheiro de todas as horas. Vocês têm no Presidente da República um parceiro nessa empreitada. Vocês têm na Caixa Econômica Federal uma parceira que aprendeu que fazer propaganda da Caixa não é apenas colocar na propaganda gente nova e bonita, que a beleza do ser humano não é medida apenas pela estética, mas pela alma, pela cabeça, pelo esforço que as pessoas fazem.

E podem ficar certos de que vamos estar juntos nessa empreitada das Olimpíadas da Grécia, vamos estar juntos na empreitada das Olimpíadas da China e vamos estar juntos em todas as empreitadas de que vocês forem participar, porque nós achamos que vocês são motivo de orgulho para o nosso país e para a nossa gente e, mais do que isso: vocês são a possibilidade que temos de fazer com que outros milhões de brasileiros, que são portadores de deficiência, sintam vontade de sair de casa e procurar o seu espaço, a sua cidadania, o seu trabalho, procurar, na verdade, o direito de dizer: “Vale a pena viver, mesmo com uma pequena deficiência”.

Meus parabéns. E que Deus abençoe todos vocês!

/mcpro/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração do Centro Internacional de Neurociências e
Reabilitação – Rede Sarah**

Hospital Sarah Kubitschek – Brasília-DF, 17 de dezembro de 2003

Quero cumprimentar o presidente do Senado, nosso querido senador José Sarney,

Cumprimentar todos os senadores aqui presentes, porque hoje, finalmente, foi definitivamente aprovada a reforma tributária que nós tanto sonhávamos, mais a reforma previdenciária,

Quero parabenizar, porque quando os homens públicos do Brasil resolvem trabalhar as coisas acontecem, como aconteceu na Câmara e no Senado. Eu acho que os senadores e deputados brasileiros estão de parabéns.

Quero cumprimentar o ministro Maurício Corrêa, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Quero cumprimentar o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz,

Quero cumprimentar o Humberto Costa, ministro da Saúde,

Os demais ministros do meu governo, que estão aqui,

Quero cumprimentar minha companheira Marisa,

Meu amigo ministro Sepúlveda Pertence,

O doutor Aloísio Campos da Paz, que não preciso dizer quem é,

A nossa querida companheira, doutora Lúcia,

A doutora Anne-Lise Christensen, que falou em nome dos cientistas convidados,

Cumprimentar os funcionários desta Casa,

Os pacientes, que estão passando por uma experiência extraordinária na sua vida,

E cumprimentar o nosso amigo Leleco – viu, Humberto? – porque



quando entramos aqui, ou em qualquer hospital da Rede Sarah, a gente se depara com alguma coisa diferente da estrutura arquitetônica que, habitualmente, vemos nos hospitais do Brasil.

Eu acho que quem entrar aqui e não vir pacientes, dificilmente vai dizer que está num hospital. Vai pensar que é um clube chique de Brasília, que só os mais chiques podem freqüentar no final de semana.

Eu acho que a grandeza do que acontece na Rede Sarah é exatamente essa: a diferença.

Eu queria dizer uma coisa, antes de ler algumas palavras aqui. No Brasil, normalmente, as pessoas exigem que quase tudo seja nivelado por baixo. Pelo fato de você não poder fazer o melhor, porque custa caro, vamos fazer uma quantidade de piores, porque custa mais barato. E, normalmente, o barato termina ficando caro.

Eu penso que será ideal o dia em que nós pudermos ter um centro de excelência como este e outros que existem no Brasil, para toda a população. Como seria ideal se nós tivéssemos acesso a bons empregos e acesso a boas universidades, para toda a população.

Mas, na medida em que isso não é possível, pelo menos num curto espaço de tempo, é preciso que a gente vá construindo centros de excelência para que possamos, cada vez mais, permitir que pessoas humildes, que pessoas pobres possam ser atendidas por um centro de excelência financiado pelo poder público. Porque, senão, só terão acesso a centros de excelência aqueles que podem pagar um plano de saúde a um preço exorbitante, equivalente, muitas vezes, a uma mensalidade de 20 ou 30 salários mínimos por pessoa.

Eu penso que o poder público, na medida das suas possibilidades, tem que ir fazendo o que pode e o que não pode, fazendo obrigatoriamente, o possível e o impossível.

Eu já tinha vindo aqui, há alguns anos, visitar um amigo sindicalista que



caiu de um cavalo, em Minas Gerais, e ficou paraplégico ou tetraplégico, o companheiro Dazinho, e tive o primeiro contato com a Rede Sarah. E muitas vezes, vejo meus amigos dizerem: “Não, mas é muito caro, porque não pode fazer, porque não-sei-das-quantas, aqui é para pouca gente.” É verdade. Mas tem outras coisas no Brasil que são para pouca gente.

Agora, quando nós investimos numa rede pública que pode prestar um serviço como esse, é verdade que é para pouca gente, mas para pouca gente que pode, inclusive, ser pobre e ser tratada aqui, porque em outros lugares, às vezes, o pobre não consegue entrar.

Então, eu quero dizer que o Brasil tem que ter mais centros de excelência. Não é pelo fato de não podermos oferecer para todo mundo que a gente não pode ir criando os nossos centros de excelência para receber os elogios que recebemos aqui, de uma cientista da Dinamarca e, quem sabe, sermos reconhecidos por outras instituições que cuidam da saúde.

Quem sabe um dia, Leleco, você fará um projeto para uma escola, um projeto para uma casa de cultura para fazer a fábrica de Ribeirão Preto voltar a funcionar. Mas, de qualquer forma, não podemos prescindir das coisas boas que temos no Brasil. O Brasil, se quiser ser um país de auto-estima no nível da nossa consciência, tem que primar pela qualidade. A gente não pode se contentar em ter apenas aquilo que é possível. Temos que brigar pelo melhor, pelo impossível. E somente assim nós iremos conseguir.

Por isso, participar da inauguração de mais uma unidade da Rede Sarah, em Brasília, é um momento de grande satisfação, que nos faz lembrar da importância da pesquisa e da medicina para a qualidade de vida das pessoas. É também uma oportunidade de conhecer de perto uma experiência de gestão pública, de dedicação ao serviço público. E a Rede Sarah é um exemplo para o nosso país, exemplo de persistência e de competência.

Quero parabenizar todos os homens e mulheres que trabalham aqui e tornam este hospital tão especial. São médicos, enfermeiros, trabalhadores da



saúde, educadores e pesquisadores que exercem seu ofício com dedicação, valorizando o ser humano.

Vocês bem sabem que os seus trabalhos influenciam e estimulam diretamente a recuperação e o retorno desses pacientes ao ambiente familiar e ao mercado de trabalho.

Mas a Rede Sarah de Hospitais para Reabilitação, que nasceu aqui em 1980 e que, aos poucos, vai ganhando o país, já inaugura a sua rede em outras capitais do país. E é, sem dúvida, um tratamento médico humanizado, o que torna o Sarah um modelo tão elogiado dentro e fora do Brasil.

Vou contar um pequeno caso. Meu companheiro Célio de Castro, prefeito de Belo Horizonte, possivelmente, um dos melhores clínicos gerais que este país tem, porque são raros os clínicos gerais hoje. O Célio de Castro sofreu um derrame e teve dificuldade de andar e falar. Desde o primeiro dia em que fui visitar o Célio, eu falei: “Célio, eu acho que você deve ir para Brasília se tratar na Rede Sarah.” Ele, talvez por ser uma pessoa politicamente importante, achava que não deveria vir. Ficou muito tempo em casa. Não foi por falta de insistência. Eu tinha certeza de que aqui ele iria avançar. Eu ia visitar o Célio, ele tinha vontade de falar comigo, ele chorava, tentava falar e saía um grito, não saía uma palavra. Ele tentava se mover com dificuldade, ficava emocionado. Eu tinha certeza de que aqui ele melhoraria. Eu acho que ele demorou para vir aqui. Mas já ouvi notícias, antes de chegar aqui, depois ouvi de vocês que ele já melhorou muito. Então, eu acho que é um fato que merece elogios.

Por isso, é preciso aproveitar este momento e fazer uma homenagem ao doutor Aloísio Campos da Paz e à sua equipe de trabalho. Porque não é só o dinheiro que produz os resultados que vocês estão colhendo. Se não houver o projeto na cabeça e no coração as coisas não acontecem. Porque se fosse só o dinheiro, nós não teríamos muitos dos problemas que temos no mundo. Foi o doutor Campos da Paz quem orientou, desde o início, a administração deste



hospital, pelo princípio de que o paciente deve ser visto como um indivíduo completo e não apenas pelas suas doenças. E que a reabilitação deve buscar o aumento da independência desse paciente, a melhora da qualidade de vida, a integração familiar e o convívio social, além do combate ao preconceito.

Quem não tem nenhum problema, muitas vezes, não sabe o que estou falando. O preconceito contra quem tem um problema qualquer, num certo membro qualquer, se não houver um tratamento, é muito grande. Eu, quando perdi este dedo aqui, andava no ônibus, durante muito tempo, com a mão no bolso, com vergonha das pessoas perceberem que eu não tinha um dedo. Naquele tempo não tinha o Sarah, nem eu jamais imaginei vir a Brasília, muito menos ser o Presidente da República. Mas o dado concreto é que eu sei como é que essas pessoas se sentem. E o que é gratificante, num hospital como este, é que não se trata apenas o problema do pé ou o problema da mão, trata-se da plenitude do corpo das pessoas e, sobretudo, da cabeça das pessoas.

E eu já estou duplamente gratificado: por vir aqui e ver os pacientes se movimentando e por ter recebido, hoje, os atletas brasileiros portadores de deficiência física que foram disputar o Parapanamericano. E, só de ouro, cento e poucos atletas ganharam 81 medalhas. Nós tínhamos muito menos atletas do que o México e ficamos em segundo lugar. Se tivéssemos o mesmo número teríamos conquistado muito mais medalhas de ouro. E foi interessante, porque abracei um jovem que estava lá, chamado Clodoaldo, que tinha um problema de deficiência mental e ganhou quatro medalhas de ouro.

Então, o tratamento médico não é apenas curar a dor. É abrir a mente e o coração das pessoas para o fato de que a vida vale a pena ser vivida, independente de qualquer seqüela que a gente possa ter. Ela será maior se for a seqüela do preconceito ou da ignorância de tratar os nossos problemas. E o Sarah, indubitavelmente, ensina as pessoas a tratarem do preconceito e dizer: “Nós somos cidadãos. Andando ou não andando, em pé ou de cadeira de rodas, eu sou cidadão, posso contribuir para o meu país, posso trabalhar,



posso ser gente de bem”, porque ninguém quer ficar em casa como se fosse um estorvo para a família. As pessoas querem se sentir úteis e eu acho que aqui as pessoas acontecem porque descobrem que são úteis, apesar dos pesares.

Nós sabemos que não basta ter aparelhos com tecnologia de ponta ou equipamentos mais caros, se o paciente não receber atenção, cuidados especializados e se o médico não estiver satisfeito com o seu trabalho. Todo mundo sabe que a razão básica do bom tratamento é o compromisso que o médico tem com o paciente ou com as causas do paciente. Se os médicos brasileiros continuarem, ao longo de suas vidas, tendo que ter seis ou sete empregos para poder sobreviver, pulando de emprego para emprego, cinco ou seis vezes por dia... e o ministro da Saúde é médico, o ministro do Esporte é médico... nós precisamos caminhar para atingir uma outra qualidade, para que se possa melhorar não apenas a qualidade do trabalho, mas a qualidade do salário dos profissionais, porque quanto mais o médico estiver próximo do paciente, mais ele pode contribuir com esse paciente.

Oferecer um atendimento de saúde eficaz, gratuito e de qualidade é, sem dúvida, um dos desafios que impulsionam o nosso governo. O nosso objetivo é ter uma política de saúde que seja motivo de orgulho para todos os brasileiros. Por isso, durante este ano, trabalhamos muito para apresentar novos programas e, ao mesmo tempo, ampliar e melhorar a assistência prestada à nossa população.

Eu disse para o Humberto Costa, antes de ele ser ministro: “Humberto, nós não precisamos construir nenhum novo hospital. Antes, temos que fazer funcionar bem todos os que existem, porque num hospital não adianta criar a estrutura, se você não tiver os profissionais bem formados e não tiver os instrumentos para que o hospital possa funcionar.” O Brasil está cheio de hospitais construídos, inaugurados, com as placas descerradas e, há anos, não podem funcionar porque não teve dinheiro nem para contratar os profissionais,



nem para equipar o hospital. Então, nós temos que fazer funcionar todos os que existem, com muita qualidade.

A inauguração deste Centro Internacional de Pesquisa em Neurociência é, também, fruto de um papel de destaque que a Rede Sarah ocupa no cenário internacional, que hoje se traduz em convênios e parcerias firmados com mais de trinta países.

Os hospitais da Rede têm prestígio junto à comunidade científica internacional e são excelência em pesquisas, atendimento e uso de tecnologias, o que reforça ainda mais o potencial que o nosso país tem de produzir conhecimento próprio, a partir de um qualificado sistema de pesquisadores, universidades, agências de fomento e laboratórios.

Nossos esforços estão voltados para que um número cada vez maior de homens e mulheres, idosos e crianças, tenha acesso a serviços com a qualidade e a eficiência de atendimento que são oferecidos na Rede Sarah e em tantos outros hospitais brasileiros.

Estamos certos de que o fortalecimento do serviço público e a universalização dos direitos contribuem para a construção de um Estado mais solidário e de uma sociedade mais justa.

Portanto, meus companheiros e companheiras, meus parabéns pela inauguração deste centro de excelência da saúde brasileira.

Um grande abraço!

/mcpro/lrj/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Ato de
Prestação de Contas do Ano de 2003**

Palácio do Planalto, 18 de dezembro de 2003

Eu quero começar cumprimentando o meu querido e incansável
companheiro José Alencar, nosso querido vice-presidente da República,

Quero cumprimentar o presidente do Senado e do Congresso Nacional,
o senador José Sarney,

O nosso companheiro João Paulo Cunha não está presente porque a
Câmara está votando,

Quero cumprimentar os meus companheiros ministros,

Quero cumprimentar os deputados aqui presentes,

Os prefeitos,

Quero cumprimentar os membros do nosso querido Conselho de
Desenvolvimento que estão participando desta solenidade,

Quero cumprimentar os meus companheiros Presidentes das centrais
sindicais,

Quero cumprimentar os representantes dos movimentos populares,

Quero cumprimentar a minha querida companheira Marisa, pela
paciência que ela demonstrou neste primeiro ano de governo,

Em especial, quero cumprimentar os deputados e senadores pelo
trabalho excepcional que fizeram este ano,

Um leigo pode não se dar conta, mas o que o Congresso Nacional fez
em sete meses para votar a reforma da Previdência Social e a reforma
tributária, eu penso que em poucos momentos na história da Instituição foi
feito. Inclusive o trabalho construtivo, mesmo daqueles que eram contra a
proposta inicial enviada pelo Poder Executivo.



Eu acho que poucas vezes os homens públicos deste país trabalharam com tanta dedicação e com tanta vontade de fazer o melhor. Por isso eu quero, presidente Sarney, que o senhor saiba que o Poder Executivo tem, na memória, o trabalho inestimável que vocês prestaram. Acho que o Brasil saberá reconhecer isso.

Eu quero também dizer ao companheiro Carlos Lessa, do BNDES, à nossa Caixa Econômica e ao nosso Banco do Brasil, que está depositada na mão de vocês parte do que nós queremos fazer nos próximos anos. E vocês sabem que podem fazer muito mais do que o Brasil vinha fazendo e muito mais do que fizemos este ano.

Mas, eu acho que o trabalho que vocês fizeram este ano já dá uma demonstração de como uma empresa pública pode estar, realmente, a serviço do público.

Quero agradecer, nestes primeiros 11 meses de governo, aos nossos três comandantes das Forças Armadas, porque conseguimos mostrar que as Forças Armadas brasileiras não estão divorciadas do restante da sociedade. Pelo contrário, são parte viva e integrante dos 176 milhões de brasileiros e nós, certamente, na palavra do ministro Agnelo Queiroz, não conseguiríamos fazer parte do que fizemos no esporte se não fosse a disposição de vocês de nos ajudarem a fazer o que fizemos, sobretudo, em outras políticas sociais como a saúde na Amazônia e a ajuda ao programa Fome Zero.

Eu disse, no começo do meu mandato, que era preciso resgatar os valores nacionais e que o 7 de Setembro não poderia ser um desfile dos militares para os militares. A independência do Brasil é uma coisa do Brasil e, portanto, todos teriam que participar, e tivemos um grandioso 7 de Setembro.

O mais importante é que nós estamos construindo, nestes 11 meses, um Brasil em que o preconceito não está sendo jogado embaixo do tapete, mas está sendo estirpado da nossa sociedade.

Aos prefeitos que estão, aqui, eu quero agradecer a paciência, porque



não foram poucos os momentos em que vocês vieram atrás de dinheiro e não foram poucos os momentos em que nós tivemos que dizer que não tínhamos dinheiro. Eu sei que, muitas vezes, o prefeito volta para casa chateado com o Presidente da República, menos com o Presidente da República e mais com os ministros, mas de qualquer forma eu acho que os prefeitos sabem que quando a gente diz não, é porque somos obrigados a dizer não, e quando pudermos dizer sim, vamos dar o dinheiro para vocês levarem para a cidade de vocês.

Eu quero agradecer à imprensa por estes 11 meses. A imprensa com que muitos de nós, durante muito tempo, às vezes, ficamos magoados, porque nem sempre as notícias falam bem da gente. E eu aprendi uma coisa: notícia é aquilo que nós não queremos que seja publicado, o resto é publicidade.

Portanto, se nós falarmos menos e apenas o necessário, certamente, ficaremos mais felizes a cada manhã, quando abrirmos as páginas dos jornais ou as páginas da revista. Imprensa, na verdade, é como coração de mãe: por mais que a gente brigue com ela, a gente sabe que precisa dela. Então, ao invés de brigar, eu quero dizer aos meus companheiros ministros: é bom estabelecer uma política de boa convivência com a imprensa, que todo mundo ganhará muito mais.

Nós estamos fazendo esta prestação de contas, hoje, dia 18, porque vamos entrar numa época em que todo mundo conquista o direito de ficar uns dias com a família. É normal que do dia 23 ao dia 4 ou dia 3, as pessoas, mesmo aquelas que têm mais tarefas, tenham o direito de passar o Natal e o Ano Novo com a sua família, e nós não teríamos como exigir que as pessoas trabalhassem para prestar contas no dia 5 de janeiro. Já chega a posse, que é no dia 1º de janeiro, e, se Deus quiser, nós vamos mudar essa posse para um dia melhor, em que as pessoas possam participar.

Vocês vão perceber que eu não vou citar todos os assuntos no meu pronunciamento porque não daria, mas vocês vão receber uma cartilha que está bonita na forma e no conteúdo, e só eu tenho este exemplar até agora,



desse material, que é uma espécie de anais do que nós fizemos neste primeiro ano. E isso vai para a Internet a partir de segunda-feira, eu não sei se a partir de amanhã. Mas, de qualquer forma, esse material tem tudo o que foi feito nestes 11 meses de governo. E neste aqui temos uma síntese bem feita, que vocês irão receber no final do meu discurso. Eu espero que a imprensa leia com muito carinho este material.

Estou aqui para prestar contas à sociedade do meu primeiro ano de governo. Numa democracia, este é um dever sagrado.

Em outubro de 2002, o povo brasileiro decidiu votar em um governo de mudanças, um governo capaz de construir, junto com a sociedade, um país melhor e mais justo, com desenvolvimento e emprego, com melhores condições de vida para o nosso povo, principalmente para os mais humildes. Um país capaz de crescer de modo sustentado e de distribuir a renda e a riqueza, respeitado internacionalmente e integrado ao mundo de maneira soberana. Um país sem fome, do qual nós, brasileiros e brasileiras, possamos sentir cada vez mais orgulho.

Ao final de um ano de mandato, nosso governo pode apresentar os resultados do compromisso assumido com o Brasil naquelas eleições. Foi um período de sacrifício e de reconstrução, que nos permite reafirmar a confiança num futuro melhor para todo o povo brasileiro.

Recuperamos a estabilidade da economia para o país crescer, construímos a base política e parlamentar para aprovar reformas justas e necessárias, ampliamos o diálogo com a sociedade para governar com mais democracia. Criamos um modelo mais justo e abrangente para responder às demandas sociais. Fizemos do Brasil um interlocutor respeitado na diplomacia e no comércio internacional.

Hoje, posso afirmar, com muita segurança, que os alicerces de um novo projeto de nação foram firmemente estabelecidos em 2003. Cabe a nós, nesses próximos anos, aproveitar plenamente a oportunidade histórica que



estamos vivendo, a oportunidade de combinar crescimento estável e sustentado com uma agenda de desenvolvimento e justiça social.

Para avaliar corretamente o que foi feito e compreender o que está sendo construído é necessário, primeiro, analisar com objetividade a situação em que o país se encontrava quando assumimos o governo.

O Brasil estava em profunda crise, uma das mais graves crises da história republicana. Os prognósticos que se faziam eram os piores possíveis. No final do ano passado, o país havia perdido a estabilidade econômica, uma das conquistas mais importantes de nosso povo. Muitos acreditavam, e com fortes motivos, que o Brasil não resistiria à crise.

A inflação, que penaliza, sobretudo, os assalariados e os mais pobres beirava o descontrole. O câmbio estava sujeito a forte especulação, com nossa moeda extremamente depreciada. O chamado risco-país encontrava-se em patamares absurdos, afugentando os investimentos. As linhas internacionais de crédito, vitais para as exportações, estavam cortadas. Os títulos públicos brasileiros, no exterior, eram negociados por menos da metade de seu valor de face. Todo o cenário indicava que o Brasil poderia quebrar.

A principal razão do desequilíbrio e da falta de confiança no país era a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto. Nos oito anos da administração passada ela mais que duplicou, passou de 30% para 63% do PIB. E com boa parte dos compromissos firmados em dólares, o que nos deixava ainda mais vulneráveis.

Naquelas condições, nossa margem de manobra era mínima, mas atuamos com toda firmeza para debelar a crise, utilizando critérios e instrumentos disponíveis e respeitando os contratos assumidos pelo país. Estávamos preparados para enfrentar os graves obstáculos que havíamos diagnosticado na Carta ao Povo Brasileiro, de junho de 2002.

O novo governo teve que exercer, portanto, rígido controle das contas públicas, tomou a drástica decisão de elevar o superávit primário para 4,25 do



PIB. E foi uma medida de extremo sacrifício, que obrigou a um corte de 14 bilhões de reais no Orçamento da União. Também foi preciso exercer rigorosa política monetária, com taxas de juros restritivas à atividade econômica. As decisões amargas foram tomadas de forma consciente e soberana, com os olhos voltados para o futuro.

Quero, aqui, expressar o meu profundo agradecimento e de todo o governo à população brasileira, principalmente, aos homens e às mulheres mais humildes que participaram conosco desse enorme esforço. A sociedade compreendeu que o governo tomou as decisões mais seguras e não cedeu à tentação de criar bolhas de crescimento que se desmanchariam em pouco tempo.

A maioria da população não apenas compreendeu, mas também defendeu nossa opção e trabalhou para o país voltar a crescer.

Em todos os momentos, como aqui e agora, procurei explicar claramente as dificuldades e o significado das opções que fizemos. É, portanto, com o sentido de humildade diante dos desafios à frente, mas também com orgulho das tarefas cumpridas que venho aqui, ao final de um ano de governo, anunciar: o tempo da incerteza passou. Revertemos as expectativas pessimistas, reconquistamos a confiança em nossa economia e na capacidade de crescimento do país.

Os títulos brasileiros no exterior estão cotados, hoje, a quase 100% do valor nominal. O chamado risco-país, que passava dos 2.400 pontos, já está abaixo dos 500 pontos e continua caindo.

As linhas de crédito internacionais foram inteiramente restabelecidas. O real se fortaleceu, contra todos os movimentos especulativos. Reduzimos e dominamos a inflação, que era projetada em mais de 40% para este ano. Fechamos 2003 na casa do 8, e o índice será menor ainda em 2004. Nosso esforço foi acompanhado pelos agentes da produção, que continuaram acreditando no Brasil.



O notável desempenho das exportações e, particularmente, da agricultura e do agronegócio permitiu o inédito superávit, até o final do ano, de 24 bilhões de dólares na balança comercial, que vamos alcançar, se Deus quiser, até o final do ano. Isso foi fundamental para o enfrentamento das vulnerabilidades externas. Conquistamos, como não ocorria há dez anos, um saldo de mais de 3 bilhões de dólares no balanço de transações correntes.

A produção industrial cresceu 6,5% entre junho e novembro, com destaque para o setor de bens de capital, que sinaliza novos investimentos de outros setores.

Negociações coletivas de importantes categorias de trabalhadores como metalúrgicos, bancários, químicos, petroleiros, pessoal dos Correios, geraram recomposição e ganhos reais de salário, confirmando a confiança do setor produtivo na recuperação do país.

Isso ocorreu também porque, apesar de todas as limitações, o governo agiu para impulsionar a economia, destinando 32 bilhões e 500 milhões de reais ao crédito rural, 26% acima do ano anterior.

Os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste aplicaram 1 bilhão e 800 milhões de reais em investimentos produtivos. O BNDES emprestou cerca de 10 bilhões de reais em diversas linhas e está sendo capitalizado para emprestar mais ainda ao setor produtivo. O nível da atividade econômica foi sustentado também pelas políticas de incentivo ao microcrédito e ao crédito popular.

Começamos por reduzir o recolhimento compulsório dos bancos sobre os depósitos à vista, para aumentar a oferta de dinheiro. Demos novas e melhores condições para as cooperativas abertas de crédito. Vieram, em seguida, os empréstimos para a compras de eletrodomésticos e as operações com desconto em folha de pagamento.

Os bancos privados, rapidamente, aderiram às iniciativas da rede pública para diminuir o custo do crédito popular. A Caixa Econômica Federal,



além de ampliar seus financiamentos em habitação e saneamento, abriu contas simplificadas para mais de 1 milhão de cidadãos e cidadãs, antes excluídos dos serviços bancários. Eles puderam contratar empréstimos de até mil reais para investir em pequenos negócios ou resgatar dívidas. Ganharam, enfim, cidadania.

Essas e outras medidas significaram muito para as empresas e os trabalhadores, que voltaram a ter crédito acessível. Para o país, elas trouxeram a reativação do consumo e da atividade econômica. É por isso que digo: vencemos a primeira batalha. O Brasil já pode crescer com segurança.

Meus amigos e minhas amigas,

Nosso primeiro ano também foi de vitórias no campo político. As grandes reformas da Previdência e tributária, que tantos governos tentaram sem sucesso, foram aprovadas pelo Congresso Nacional em apenas sete meses. Essa transformação do Estado brasileiro só se tornou possível com tanta profundidade e em prazo tão curto porque chamamos ao diálogo todos os governadores eleitos em 2002, porque tivemos a ousadia democrática de debater e construir consensos com lideranças de todos os partidos, inclusive os da oposição.

Nosso método sempre foi este, do diálogo e da negociação em torno de objetivos concretos. Sem abrir mão de convicções e princípios, o governo optou pelo entendimento ao invés de impor ao Congresso a lógica da maioria contra a minoria.

Essa é uma diferença fundamental nas práticas políticas do novo Brasil. Para nós, democracia pressupõe o reconhecimento da diferença e a busca da convergência em nome do interesse geral e republicano.

O Congresso Nacional respondeu de maneira digna, responsável e patriótica ao sentimento de mudanças. Por isso declaro aqui, publicamente, o meu reconhecimento aos deputados e senadores pela aprovação das reformas imprescindíveis ao futuro do Brasil.



É importante lembrar que não fomos eleitos com maioria na Câmara e no Senado, a nossa maioria foi construída sob a coordenação da Casa Civil para dar um novo rumo ao país.

A reforma da Previdência tornará o sistema de aposentadorias e pensões mais justo, abolindo privilégios, reduzindo as desigualdades entre aposentados do serviço público e os do INSS, além de dar maior sustentação ao sistema, enfrentando grave desequilíbrio entre as receitas e o volume de benefícios pagos. Ela garante a proteção social, hoje e no futuro.

A reforma tributária cria condições para o país crescer mais rapidamente, regenera as exportações, torna mais barata a cesta básica do trabalhador e vai acabar com a guerra fiscal entre os Estados. Estabelecemos, na prática, um novo pacto federativo. Nosso diálogo com os prefeitos, com todas as entidades nacionais, abriu caminho para conquistas inéditas dos municípios, a participação nos recursos da Cide, um aumento expressivo no Fundo de Participação dos Estados e Municípios, a participação no Fundo de Desenvolvimento Regional e de Compensação de Exportações, entre outros avanços.

Meus companheiros e minhas companheiras, a participação da sociedade na definição de políticas públicas foi outra marca importantíssima do nosso governo em 2003. Pela primeira vez, foi estabelecida, na administração federal, uma interlocução permanente e sistemática com as entidades e movimentos da sociedade civil, coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República. A sociedade brasileira nunca se mostrou tão generosa e disposta a participar de um projeto de nação. Os desafios de retomar o crescimento com justiça social, geração de emprego e distribuição de renda estão unindo as mais diversas organizações sociais e mobilizando energia em todo o país.

São o resultado do diálogo social este ano, desde o crédito com desconto em folha de pagamento, que nasceu no Fórum Nacional do Trabalho,



até a elaboração do novo Plano Nacional de Reforma Agrária. Pela primeira vez, na administração federal, o planejamento do futuro do país foi definido em ampla consulta à sociedade. A elaboração do Plano Plurianual, o PPA 2004/2007 resultou de debates que envolveram, em todos os estados, representantes de 2 mil e 170 entidades de trabalhadores e empresários, da cidade e do campo, dos movimentos populares, de cientistas, ambientalistas, de mulheres e negros, das Igrejas, da cultura, enfim, da diversa e plural sociedade brasileira.

As propostas de grandes reformas foram discutidas, antes de as enviarmos ao Congresso, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Consea, debateu políticas de combate à fome e deu grande contribuição ao plano de safra da agricultura familiar.

Nestes primeiros 12 meses visitei ou recebi, no Planalto, as mais expressivas entidades da sociedade brasileira. Estive na assembléia da CNBB, em Itaiçi; no Congresso Nacional da CUT, em São Paulo; na marcha da reforma agrária, em Brasília. Abrimos o Palácio do Planalto para a diretoria da UNE, que aqui não entrava havia dez anos; e também para a Associação Brasileira de ONGs, a ABONG, que aqui jamais havia entrado para falar com o Presidente da República.

Recebi as lideranças de todas as instituições religiosas e também do MST, do Grito da Terra, da Contag, da Marcha das Margaridas e, praticamente, de todas as entidades nacionais de empresários dos diversos setores. Minha agenda de trabalho tem sido um permanente encontro com a sociedade brasileira.

Considero essa atitude ainda mais relevante quando recordo governos que tentaram até criminalizar alguns movimentos sociais. Nosso governo reconhece a sociedade organizada como sujeito ativo e fundamental na



construção da cidadania.

Meus companheiros e minhas companheiras, falo agora de nosso compromisso histórico com a reforma agrária, sobre o que já fizemos e o que estamos prontos para fazer pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo, pelos espoliados da terra em nosso país.

Meu governo terá honrado as esperanças do povo depois de realizar uma reforma agrária de massa e de qualidade. E vamos fazê-la. Nós últimos anos, a título de reforma agrária, milhares de famílias brasileiras foram simplesmente jogadas em áreas rurais imprestáveis para a agricultura, sem água, sem energia elétrica, sem assistência técnica, longe das estradas, sem serviço de saúde e sem escola para as crianças.

Em quase 80% dos assentamentos que encontramos não havia condições de produzir; as pessoas praticamente sobreviviam e muitos ainda sobrevivem, exclusivamente, às custas das políticas sociais do governo.

Antes de avançar de fato, com os novos assentamentos, decidimos recuperar os antigos, com o plano de safra da agricultura familiar que lançamos no início do governo.

Reservamos ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – Pronaf, 5 bilhões e 400 milhões de reais para financiar a assistência e produção de 1 milhão e 400 mil famílias que vivem e produzem em pequenas propriedades. Elas respondem por significativa parte do abastecimento interno e incluem milhares de assentados da reforma agrária.

Determinamos aos bancos oficiais que esse volume inédito de recursos, 75% maior que os da safra passada, fosse, de fato, emprestado aos pequenos proprietários. E os bancos estão, realmente, cumprindo a sua obrigação. Até novembro, foram assinados 714 mil contratos, mais da metade do previsto, no valor acumulado de cerca de 2 bilhões de reais. Isso jamais aconteceu antes. Até junho, quando termina o ano agrícola, a meta deverá ser rigorosamente cumprida.



O nosso Plano Nacional de Reforma Agrária garante, até o final de 2006, terra para 530 mil famílias. Para 400 mil vamos destinar terras desapropriadas ou do poder público. As outras 130 mil receberão crédito fundiário para se estabelecerem em áreas onde não é legalmente possível fazer desapropriações. Também vamos regularizar a posse de mais de meio milhão de pequenas propriedades, principalmente no Nordeste.

O fundamental é que nosso modelo de reforma agrária estabelece um vínculo sólido entre a família e a propriedade rural. Vamos assentar, de maneira racional, em regiões que permitam o desenvolvimento associado da produção, o escoamento e o mercado de consumo. Com assistência técnica, saúde e educação. Vamos garantir a terra, a capacidade de produzir e a dignidade.

Em novembro, mais de três mil trabalhadores e trabalhadoras do campo e sem-terra marcharam até Brasília. Fui pessoalmente encontrá-los para anunciar nossas metas e garantir que teremos recursos para executá-las. A maneira calorosa, carinhosa e sincera com que fui recebido confirma a confiança dos movimentos do campo em nosso compromisso.

É assim que enfrentamos a tensão no campo: fazendo a reforma agrária pacificamente, dentro da lei.

Em todas as políticas sociais, apesar das dificuldades do país e das limitações orçamentárias, fizemos o máximo esforço para cumprir nosso compromisso de ampliá-las, melhorando a sua qualidade.

O programa Fome Zero, prioridade do nosso governo, superou as dificuldades iniciais, se consolidou e já está implantado em 1.227 municípios, beneficiando um milhão e 70 mil famílias, cerca de 5 milhões de pessoas, especialmente no Norte e Nordeste do país.

Combinando medidas emergenciais e estruturais, os resultados têm sido imediatos. Todos os indicadores nutricionais e sanitários melhoraram. Na maioria dos municípios atendidos pelo Programa, a mortalidade infantil



retrocedeu drasticamente. Em Guaribas e Monsenhor Hipólito, no Piauí, por exemplo, assim como em São Bento do Norte e Tenente Laurentino Cruz, no Rio Grande do Norte, não houve mais nenhum óbito de crianças menores de um ano.

Vamos estender o Fome Zero para todas as regiões do país. O engajamento entusiasmado da sociedade brasileira no combate à fome me emociona e me motiva.

Assumimos o compromisso de melhorar a qualidade das políticas de inclusão social. Nosso desafio era unificar diversos programas de transferência de renda para torná-los mais eficientes e mais justos.

Criamos, então, o Bolsa Família, que reuniu os programas Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, unificando os cadastros e triplicando o valor médio dos benefícios pagos, que pularam de 29 para 75 reais por mês.

Lembrando que a unificação desses programas fez com que a Caixa Econômica economizasse, para os programas sociais, mais de 200 milhões de reais, só por conta da unificação.

Quando foi lançado, no dia 30 de outubro, a meta do Bolsa Família era alcançar 3 milhões e 600 mil famílias até o final deste ano. Quero dizer a vocês, com muita satisfação, que daqui a quatro dias, no dia 22, vamos ultrapassar a meta estabelecida: atingiremos 3.615.596 famílias, com um volume mensal de recursos de 263 milhões de reais, beneficiando ao todo cerca de 13 milhões de pessoas.

Na área educacional, decidimos priorizar a solução de um problema com o qual o Brasil não pode mais conviver: o analfabetismo. Temos que alfabetizar milhões de brasileiros e brasileiras nos próximos anos. Mais de 3 milhões já estão em processo de alfabetização, graças ao programa Brasil Alfabetizado, que se espalha pelo país através de uma rede de parcerias e convênios com



estados, municípios, empresas, Igrejas e entidades da sociedade civil. O Brasil Alfabetizado gera, ainda, emprego e renda para 106 mil professores.

Além disso, demos um salto de qualidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar, que atende 37 milhões e 500 mil alunos. O valor per capita repassado a quase 5 milhões de crianças da pré-escola pública e filantrópica teve um aumento de 116%. Desde junho, o governo federal passou a atender também crianças de 0 a 3 anos, o que nunca tinha acontecido nos 49 anos de existência da Merenda Escolar em nosso país.

Criamos ainda 71.800 vagas para o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, das quais 55 mil já contratadas. E elaboramos um novo sistema, mais justo e abrangente, de avaliação da educação superior, o Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior, já encaminhado ao Congresso Nacional.

Propusemos a renegociação do Crédito Educativo, permitindo que 200 mil estudantes possam regularizar sua situação, ofertando descontos, em média, de 53% em suas dívidas.

Na área da saúde, implantamos mais 2 mil novas Equipes de Saúde da Família, chegando a 18.700 responsáveis pela cobertura de 35% da população brasileira, cerca de 62 milhões de pessoas. Além disso, contratamos 7.700 novos Agentes Comunitários de Saúde, totalizando um contingente de 182.750 agentes responsáveis pela cobertura de 53,8% da população, cerca de 94 milhões de brasileiros e brasileiras.

Outro avanço muito significativo, e a população pobre sabe o quanto isso é importante, foi o incremento de 1.617 Equipes de Saúde Bucal no Programa Saúde da Família. Completamos, assim, 5.878 equipes responsáveis pela cobertura de uma população de mais de 32 milhões e 400 mil pessoas.

Transferimos, até outubro, 6 bilhões e 500 milhões de reais aos estados e municípios para o custeio da atenção ambulatorial especializada e hospitalar.



Ou seja, um acréscimo de 25% em relação aos recursos repassados, nesta modalidade, em igual período de 2002.

Fortemente inovador é o Serviço Móvel de Atendimento de Urgência – SAMU, que levará 800 ambulâncias com serviço de UTI-Móvel a todo o país.

Nosso governo resgatou a discussão sobre a cultura e o seu papel na busca do desenvolvimento, da inclusão social e da valorização da identidade nacional. Os seminários “Cultura para Todos” contaram com a participação de 5 mil profissionais da área cultural em todas as regiões do país e serviram de base à revisão da lei de incentivos fiscais à cultura. Esforços conjuntos do governo federal e do Congresso Nacional possibilitaram a elevação do teto de renúncia fiscal em projetos culturais, de 160 milhões de reais, para R\$ 401 milhões.

Um dos marcos nessa área foi a vinculação da Agência Nacional do Cinema ao Ministério da Cultura e a redefinição de sua estrutura para incorporar também o Setor Audiovisual, superando a divisão artificial entre cinema de arte e cinema de mercado e aproximando duas categorias historicamente distantes: os realizadores independentes e as emissoras de televisão.

Na área de Memória e Patrimônio Cultural, priorizamos intervenções de caráter emergencial em monumentos tombados pela União em 17 estados brasileiros, totalizando quase 13 milhões de reais.

Nos esportes, o programa Segundo Tempo beneficiou 312.500 crianças e jovens, em cerca de 1.500 núcleos escolares, ampliando sua permanência num ambiente saudável, oferecendo-lhes alimentação adequada e a possibilidade de prática esportiva orientada. Para isso, foram aproveitadas praças de esporte, inclusive militares, em parceria com o Ministério da Defesa, e também clubes sociais que abriram solidariamente suas portas para crianças e jovens que não têm condições financeiras de ser associados.



Mantivemos também o projeto Pintando a Liberdade, que funciona em 53 núcleos, dos quais 50 instituições carcerárias distribuídas por 26 estados. Até novembro, detentos e adolescentes infratores produziram 650 mil produtos de material esportivo, atendendo a 6.082 escolas públicas e outras 52 instituições não-governamentais. Apoiamos, ainda, a participação do Brasil nos Jogos Pan-Americanos, nos Jogos Parapanamericanos, Jogos dos Povos Indígenas e Jogos da Juventude, através do patrocínio de empresas públicas como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios e Petrobras.

O turismo é uma das atividades mais rentáveis e que mais geram empregos, no Brasil e no mundo. Por isso, criamos um Ministério específico para desenvolver o enorme potencial do setor. Começamos a implementar em abril um Plano Nacional com metas coerentes e adequadas a um novo modelo de desenvolvimento. Fomentamos linhas de crédito em parceria com instituições financeiras, como o programa Turismo é Emprego junto com o Codefat, com recursos de R\$ 200 milhões de reais, e implantamos o programa de Certificação em Turismo Sustentável.

Na área de transportes, realizamos muitas obras de infra-estrutura, com destaque para o programa de Manutenção da Malha Rodoviária Federal. Encontramos cerca de 51 mil quilômetros de estradas deterioradas, inviabilizando a circulação de mercadorias e pondo em risco a vida das pessoas. Neste ano, mesmo com poucos recursos, já recuperamos a trafegabilidade de 31 mil quilômetros de estradas. Além disso, restauramos completamente 3.251 km e sinalizamos 12.781 km em 20 estados.

A Infraero aplicou mais de 450 milhões de reais na ampliação e modernização de aeroportos que estão sob sua responsabilidade.

O Fundo da Marinha Mercante investiu este ano na indústria naval 640 milhões de reais, mais 160% do que os 250 milhões de reais investidos em 2002.



Criamos a Secretaria Nacional de Aqüicultura e Pesca para inaugurar um novo tempo no setor pesqueiro em nosso país. Construimos, com os empresários do setor e os pescadores artesanais, um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para a Aqüicultura e Pesca, específico para cada uma das regiões brasileiras.

Estamos ampliando a infra-estrutura de desembarque, beneficiamento, armazenamento e comercialização do pescado. Subvencionamos o preço do óleo diesel para embarcações. Liberamos R\$ 300 milhões do Fundo da Marinha Mercante para construção de frota nacional para pesca oceânica e R\$ 600 milhões para a modernização da pesca artesanal.

Na área da assistência social, o programa de Erradicação do Trabalho Infantil atendeu, este ano, quase 810 mil crianças e adolescentes entre 12 e 14 anos que estavam trabalhando ilegalmente e passam a receber bolsa para se manterem na escola. E reforçamos a fiscalização, regularizando a situação de mais de 14 mil adolescentes entre 14 e 18 anos contratados como aprendizes.

Também criamos o programa de Atendimento Integral à Família, que já atende 55 mil jovens, e sancionamos o Estatuto do Idoso, que assegura ampla proteção legal aos nossos idosos, garantindo-lhes o direito de viver de forma digna e com cidadania.

Demos status de Ministério à Secretaria de Políticas para as Mulheres, vinculando-a diretamente à Presidência da República. A democracia contemporânea não pode se limitar aos direitos econômicos e políticos. A igualdade de gênero é uma dimensão inalienável da justiça social no mundo de hoje. Lançamos, nacionalmente, o programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher. Garantimos às mulheres a titularidade dos benefícios do governo federal, como o cartão do Bolsa Família, por exemplo, além do crédito exclusivo para a trabalhadora rural, com o Pronaf Mulher. Implantamos igualmente o Disque-Saúde-Mulher.



Da mesma forma, foi com muita convicção que criei a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para articular, no conjunto do governo, iniciativas e ações integradas de combate ao racismo.

A defesa dos direitos das populações negras exige mais do que nunca ações afirmativas que favoreçam uma verdadeira mudança de mentalidade, de atitude, levando à superação do preconceito e da discriminação. Como exemplo, o decreto que assinei em 20 de novembro para regularizar as terras dos remanescentes das comunidades de quilombos no nosso país.

Nossa política indigenista investiu 90 milhões de reais em ações para garantir a proteção das terras, gestão territorial e o desenvolvimento dos povos indígenas. Homologamos este ano 23 áreas indígenas, num total de 1 milhão e 182 mil hectares. E encontra-se em fase adiantada o processo de homologação de outras 18 áreas indígenas, totalizando mais de 5 milhões de hectares.

Nossa política de Direitos Humanos tem sido vigorosa. Lançamos, já no início do ano, o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Ampliamos a fiscalização de norte a sul do país e garantimos aos trabalhadores libertos o pagamento do Seguro-Desemprego. Em menos de um ano, foram libertados mais de 4 mil trabalhadores, mantidos em regime de escravidão e trabalho degradante, que receberam cerca de 5 milhões de reais em verbas rescisórias.

Demos um passo muito importante para o fortalecimento da democracia com a Mobilização pelo Registro Civil de Nascimento. Queremos que, em dois anos, todos os brasileiros tenham os documentos de certidão de nascimento e o registro civil.

Para ser sustentável, o desenvolvimento tem que ter por base a harmonia entre o ser humano e a natureza. A política ambiental do nosso governo é preventiva. Ela não corre atrás dos efeitos colaterais do crescimento, mas está inscrita, previamente, na dinâmica de cada projeto, através de



agendas bilaterais entre o Ministério do Meio Ambiente e os demais Ministérios. É o caso, por exemplo, das iniciativas para exploração florestal em assentamentos elaboradas com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O mesmo ocorre com a nova abordagem sobre infra-estrutura, envolvendo os Ministérios dos Transportes e o Ministério de Minas e Energia, entre outros.

Foi essa convergência de esforços que reuniu 11 Ministérios para elaborar o Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Brasileira, que privilegia o desenvolvimento sustentável da região, concentrando-se, preliminarmente, numa área mais crítica de 60 municípios, no chamado Arco do Desflorestamento.

Outra política iniciada este ano condiciona a exploração do mogno à existência de planos de manejo sustentável. É importante lembrar, ainda, a criação pelo governo das Reservas Biológicas da Mata Escura (MG) e a do Batoque (CE), bem como a ampliação da Estação Ecológica do Taim (RS). Sem esquecer que, depois de 11 anos, graças a um esforço conjunto de todos os partidos, em especial da base do governo, conseguimos aprovar a legislação que preserva a Mata Atlântica para as futuras gerações.

Recriamos as Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, e a da Amazônia, Sudam, bem como estamos preparando a nova Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Não se trata, porém, de uma volta ao passado. Redesenhamos esses organismos para torná-los mais democráticos e acessíveis a pequenos e médios empreendedores. Ao mesmo tempo, blindamos sua estrutura contra a fraude do passado. Os financiamentos agora serão compartilhados com instituições financeiras privadas, obrigadas a devolver o recurso público em caso de malversação.

Outra diferença para os financiamentos nessas regiões é a exigência de participação dos trabalhadores nos resultados dos projetos, que também terão que comprovar sua sustentabilidade ambiental.



Para isso, providenciamos ainda uma profunda reformulação dos atuais fundos constitucionais, incentivos e agências regionais. E incluímos na reforma tributária a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, um instrumento indutor, ao lado de marcos regulatórios consistentes, para atrair os indispensáveis capitais privados.

O Ministério das Cidades, também criado no nosso governo, era uma antiga demanda dos municípios e dos movimentos sociais brasileiros. Organizamos também o Comitê de Articulação Federativa, composto por representantes do governo federal e por todas as entidades nacionais de representação de prefeitos. A agenda do Comitê contempla temas importantes como a regularização fundiária, a atuação dos municípios na área de segurança pública, a modernização administrativa, a previdência pública, o transporte público e a revisão das políticas de transferência de renda. Sancionamos, ainda, a Lei Complementar do ISS, a Lei do Transporte Escolar e a Lei do Salário-Educação. Essas três leis compunham a pauta de reivindicações do movimento de prefeitos desde a 1ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em 1997.

Dos recursos disponíveis este ano para a habitação, 5 bilhões e 300 milhões de reais foram destinados a famílias com renda de até cinco salários mínimos. Em novembro, já havíamos executado 66,5% das operações previstas, num total de 215 mil financiamentos habitacionais, equivalentes a R\$ 3 bilhões e 450 milhões de reais, o que indica que vamos encerrar o ano atingindo a meta estabelecida de 300 mil famílias.

Revisamos e ampliamos o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, beneficiando 63 mil famílias, três vezes mais que no ano de 2002. O Programa de Arrendamento Residencial também deve aumentar seu atendimento em 50% em relação a 2002, de 30 mil para 44 mil famílias.



Avançamos também na construção de um marco jurídico inédito para a questão fundiária urbana, criando o programa Papel Passado para apoiar a regularização de áreas de favelas no Brasil.

Demos absoluta ênfase ao programa Habitar-Brasil, em parceria com o BID, alocando, em 2003, 78 milhões e 700 mil reais em favor do Programa, mais do que os R\$ 63 milhões de reais aplicados de 1999 a 2002. Ao final da sua implantação, essas obras vão beneficiar diretamente 99 mil famílias.

Na área de infra-estrutura urbana estabelecemos nova Política de Saneamento, integrando ações até então dispersas em oito Ministérios. Criamos condições para a execução, sob gestão colegiada, de cinco programas unificados de saneamento ambiental no PPA 2004/2007.

Pela primeira vez em dez anos, a Caixa Econômica Federal disponibilizou todos os recursos financeiros previstos para saneamento, num total de 1 bilhão e 700 milhões de reais, seis vezes mais do que foi liberado no ano passado.

E lançamos o programa Luz para Todos, em parceria com todos os estados, para levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas até 2008 e acabar de vez com a exclusão elétrica no país, com prioridade para as comunidades rurais. O principal avanço em relação aos programas anteriores de expansão é o fato do consumidor estar isento de participar financeiramente do investimento para construção das redes de distribuição rural.

Na área da Justiça e Segurança Pública, a prioridade foi o fortalecimento das instituições policiais, penitenciárias. O governo implantou o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, que articula as ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança. Inicialmente, foram investidos R\$ 285 milhões de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para a estruturação do SUSP. O projeto-piloto de informatização da atividade carcerária já foi adotado por 21 estados, visando a melhor gestão das unidades



prisionais e a inclusão da população carcerária em programas educativos e sociais.

Também intensificamos o combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, com a criação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, atuando de forma integrada com outros órgãos, em especial a Controladoria-Geral da União.

A Controladoria-Geral da União celebrou convênios com o Ministério Público Federal, com os Ministérios públicos de todos estados da Federação e com a Polícia Federal para o desenvolvimento de ações conjuntas de auditoria, fiscalização, investigação e apuração de desvios de recursos públicos.

A ação mais inovadora nessa área foi a criação do Programa de Fiscalização dos Municípios, a partir de sorteios públicos, que fiscaliza a aplicação de todos os recursos federais em âmbito municipal. O Programa usa o sistema de sorteio das loterias da Caixa Econômica Federal para definir, de forma isenta, os municípios a serem fiscalizados.

Já foram fiscalizados 181 municípios por meio desse Programa, envolvendo recursos da ordem de 1 bilhão e 300 milhões de reais repassados pela União, com mais de 10 mil ações de fiscalização e a geração de 2.500 relatórios encaminhados aos diferentes órgãos públicos responsáveis pelas ações corretivas, como os Ministérios gestores, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União, entre outros. Até o final do ano serão fiscalizados mais 50 municípios, totalizando 231 municípios visitados.

O novo modelo do setor elétrico garante que não vai faltar energia nem para o consumo atual nem para o desenvolvimento do país. Estão dadas as condições para que nunca mais ocorram apagões no Brasil. O novo modelo respeita contratos, estimula os investimentos privados e também garante que tenhamos, além de segurança no fornecimento de energia, o máximo de eficiência com as tarifas mais baixas possíveis. Enfim, o novo modelo protege o cidadão e a cidadã, incentiva as empresas do setor elétrico a fazer mais



investimentos, bem como fortalece e garante a autonomia das instituições do setor.

No setor das telecomunicações, elaboramos uma nova política para a adoção do Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Queremos estimular a pesquisa nacional e transformar a TV Digital brasileira em uma importante ferramenta de inclusão social e digital.

Um dos maiores motivos de orgulho do nosso governo e do povo brasileiro é a nossa política externa, que começamos a exercer este ano. Soberana, ativa e criativa, está à altura dos maiores valores do Brasil.

Pela voz do Presidente da República ou pela ação do nosso Itamaraty, através do ministro Celso Amorim, o governo brasileiro posicionou-se de maneira clara contra o terrorismo e pela paz, unindo-se a países que, com o mesmo espírito, condenaram tanto a barbárie dos atentados terroristas quanto a reação militar e unilateralista que a ela se seguiu.

Em todos os países que visitei como chefe de Estado reafirmei a convicção do povo brasileiro de que é necessária e possível uma nova relação entre os países, mais democrática e multipolar.

Na abertura da Conferência das Nações Unidas, em setembro, expressei o combate à fome como tema de preocupação e ação internacional. Fiz o mesmo nos encontros de chefes de Estado e de Governo em Evian, e em todas as oportunidades que tive de falar em nome do Brasil. Ao longo do ano, defendemos soberanamente os interesses comerciais e estratégicos do nosso país.

A partir da iniciativa de recuperação política e comercial do Mercosul, o governo brasileiro reforçou e ampliou as relações com a Argentina, Paraguai, Uruguai e os vizinhos do continente sul-americano. Entendo que só a partir de uma presença forte do Mercosul e do continente sul-americano no mundo nos faremos respeitar. Parece óbvio, mas é uma atitude com a qual nem todos os nossos interlocutores estavam habituados, assim como os que daqui mesmo



pregam a subserviência e a tibieza como se fossem valores diplomáticos.

Ninguém respeita um país que não se respeita, um povo que não tem estima por si mesmo e por seu país.

Nossos interesses comerciais estão sendo tratados com a devida firmeza em todas as instâncias de negociação, da Alca à Organização Mundial do Comércio. Com ousadia e criatividade, nossa diplomacia articulou o G-20, que estabeleceu um novo e importante pólo de referência na OMC. O mesmo pode ser dito da atuação do Brasil nas negociações visando a constituição da Alca, onde garantimos o respeito aos nossos interesses, respeitando os dos demais países envolvidos.

Para o sucesso dessa política, a aproximação com grandes países como Índia, China, África do Sul e Rússia reforçou nosso peso político internacional, além de abrir novos e promissores mercados. Também estamos resgatando, com dignidade, os laços seculares que nos unem ao continente africano e abrindo portas para o Oriente.

Aqui, eu queria fazer uma ressalva: a nossa política externa, sob a coordenação do Itamaraty, tem uma participação tripartite excepcional. O Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, junto com o Celso Amorim, formam um tripé de negociadores – o mascate político, o mascate agrícola e o mascate industrial – que eu não tenho medo de soltá-los em nenhuma arena do mundo, para enfrentar qualquer adversário porque, certamente, os três sairão vencedores.

Lutamos, persistentemente, pela superação de barreiras artificiais no comércio internacional. E não há como recusar esse combate para aumentar nossas exportações. Mas há outras frentes a trabalhar. O superávit comercial obtido este ano está diretamente relacionado à abertura de novos mercados em países só agora incluídos, com o devido destaque, no mapa da diplomacia brasileira. Prova disso é a expressiva multiplicação de nossas relações comerciais com a china, que se transformou este ano em nosso segundo maior



parceiro, com um aumento na conta-corrente comercial de U\$ 4 bilhões para mais de U\$ 6 bilhões. Minha recente visita de Estado a cinco nações do Oriente Médio teve esse sentido, de desbravar o Oriente Médio e muitos países árabes para os negócios brasileiros.

Também defendemos, em todas as oportunidades, uma profunda e democrática reforma nos organismos internacionais, notadamente nas Nações Unidas. Uma reforma que faça prevalecer a convivência pacífica entre as nações, o combate à fome e à injustiça em escala planetária e a predominância do entendimento multilateral entre os países. O apoio explícito de diversos países e chefes de Estado à ampliação do Conselho de Segurança da ONU, muitos deles referendando a indicação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, também confirma o acerto da política externa que adotamos.

Meus amigos e minhas amigas,

Depois de recuperar a estabilidade perdida, o desafio do Brasil é voltar a crescer. Crescer de forma sustentada e com distribuição da renda e da riqueza. E crescer de forma equilibrada entre as regiões diversas do país.

Entendo que a única e definitiva resposta ao desafio da inclusão social é o desenvolvimento sustentado, com geração de emprego e renda. Sei, também, que esse salto de qualidade não vai acontecer pela simples vontade do governo e da população.

Por isso, estamos criando os instrumentos e regulamentos capazes de reconstruir a poupança interna e atrair os investimentos produtivos de empresas nacionais e estrangeiras.

A aprovação, pelo Congresso, da nova Lei de Falências foi um grande passo nesse sentido. A nova Lei dá garantias consistentes aos credores e foi aprovada, o que é muito significativo, preservando os legítimos direitos dos trabalhadores na liquidação de massas falidas.

Outro dos mais importantes avanços para a atração de investimentos



produtivos também foi encaminhado ao Congresso este ano. Trata-se do projeto de lei das Parcerias Público-Privadas. Com esse instrumento, o governo poderá oferecer garantias reais aos parceiros, de forma a assegurar um fluxo sustentado de investimentos em infra-estrutura, fundamentais para a geração de empregos e também estratégicos para o desenvolvimento.

A definição dos modelos reguladores do setor de telecomunicações, em estágio avançado, e do setor elétrico, recentemente concluído, é essencial para nossa política de atração continuada de investimentos. No caso da energia, já havíamos conseguido excelentes resultados este ano. Para citar apenas um exemplo: o leilão de sete lotes com 11 linhas de transmissão em todo o país foi um completo sucesso. Resultará em investimentos de 1 bilhão e 700 milhões de reais e vai gerar 11 mil empregos diretos e indiretos em 144 municípios.

Com tudo isso, podemos assegurar que 2004 será melhor que 2003.

Não faltarão recursos para financiar os novos empreendimentos que se multiplicarão pelo país. Somente o BNDES vai dispor de R\$ 47,3 bilhões que, somados aos R\$ 41 bilhões da Caixa Econômica Federal e aos R\$ 103 bilhões do Banco do Brasil, mais os recursos do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste, representam um dos maiores volumes de crédito público já liberados neste país. A Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES já está em 10% ao ano e poderá cair ainda mais.

A política científica e tecnológica e a política industrial darão um impulso decisivo para o fortalecimento de nossa cadeia produtiva. O Orçamento de 2004 possui recursos suficientes para um avanço expressivo das políticas sociais e para alavancar investimentos em infra-estrutura, a serem complementados com as parcerias com o setor privado.

Nosso povo já deu mostras, ao longo da história, de sua capacidade, generosidade e vocação para o desenvolvimento. E dessa vez, como nunca no passado, vamos crescer para mudar, para distribuir riqueza e fazer justiça social.



Eu queria, meus companheiros e minhas companheiras, dizer a todos vocês que grande parte das coisas que fizemos não seria possível de ser feita, se não fosse a dedicação individual de cada companheiro ministro.

Eu sei que não foi fácil para o Ricardo Berzoini os enfrentamentos com os nossos companheiros sindicalistas, com as pessoas das corporações, que tanto têm medo de mudança. Eu sei o quanto foi difícil um dirigente sindical dos bancários ir dizer a outro sindicalista que era preciso fazer mudanças de coisas que as pessoas já estavam acostumadas.

Penso que o companheiro Palocci, possivelmente a figura mais citada por todos aqueles que precisam de dinheiro do governo, teve a maestria, teve a competência de não permitir que em nenhum momento desses 11 meses e meio de governo ele pudesse ceder a qualquer pressão que colocasse em risco a estratégia de construir um país com base mais sólida, com a economia mais segura e sustentável e com a certeza de que nós só poderemos dar um mundo melhor à nossa família de 176 milhões de brasileiros se a gente tiver coragem de fazer o que tem que ser feito e, muitas vezes, dizer não é mais difícil do que dizer sim.

Muitas vezes, negar uma coisa a alguém que reivindica uma coisa é muito difícil e o Palocci, nesses meses de governo, preferiu dizer não do que dizer sim e depois não poder cumprir.

Não foram poucos os momentos em que companheiros, mesmo os do PT no Congresso Nacional, ficavam se perguntando se o companheiro Palocci não estava errando. E eu quero, aqui, nesses 11 meses e meio de governo, dizer na presença de todos vocês: não tem política do Palocci, não tem política do Lula, não tem política do José Dirceu, não tem política do José Alencar, não tem política do Gushiken, não tem política da Marina. Tem política de governo. Portanto, a política econômica não é a do Palocci, não é a do Meireles. A política econômica é a que nós, do governo, entendemos que era possível fazer.



Se na vida pessoal da gente é assim, na vida e no trato da coisa pública também tem que ser assim. Nós só poderemos prometer aquilo que pudermos cumprir, só poderemos gastar aquilo que pudermos arrecadar e só poderemos fazer dívidas de acordo com a nossa possibilidade de pagamento.

Nós temos a convicção de que estamos no caminho certo, e temos a convicção de que 2004 vai garantir a cada companheiro no Congresso ou na entidade da sociedade civil a certeza de que o Brasil encontrou o seu caminho.

Eu quero aqui agradecer a companheiros ministros, alguns começaram o mandato sem dinheiro, sem sala e sem funcionários, alguns só conseguiram montar o Ministério seis meses depois que nós estávamos empossados e tem muita gente que fala que tem muito Ministério. Olha o pouquinho de Ministério que tem para um país deste tamanho.

Aqui tem companheiros, como a Emília, o Fritsch, o Mares Guia, o Ciro Gomes, o Ministro do Esporte, companheiros que pegaram o Ministério praticamente sem um centavo e nós tomamos uma decisão de que iríamos criar mais um Ministério, que não iríamos aumentar o número de contratação de DAS e que iríamos fazer um remanejamento entre os mais diferentes Ministérios para alocar gente de um Ministério para o outro.

De repente, nós descobrimos que não é tão fácil convencer um ministro a ceder um funcionário para outro ministro. O Guido montou no Planejamento uma cesta de captação de funcionário para poder redistribuir, e toda vez que a gente ia lá, a cesta estava sempre vazia.

Ninguém queria ceder e, às vezes, quem levava o nome de homem mau era o José Dirceu, que tinha que ficar telefonando para ministro pedindo, cobrando, insistindo. E também quero aproveitar aqui para dizer a vocês e, obviamente, ao companheiro José Dirceu, que eu não sei se nós teríamos conseguido fazer o que fizemos na nossa relação com o Congresso Nacional se a gente não tivesse a coordenação de um companheiro como o José Dirceu.

Eu não sei todos os acordos que ele faz no Congresso Nacional, o fato



concreto é que em todos os momentos difíceis o José Dirceu, o presidente Sarney, os nossos líderes, Alda, Luiz, o Mercadante e outros, mais o João Paulo, depois de tanta “choradeira”, me comunicam: “Olhe, foi feito o acordo, vai votar amanhã e vai passar”. E as coisas aconteceram exatamente como foi prognosticado.

Eu acho que isso é importante porque eu disse desde o começo: nós não podemos errar na política. A política é feita com um sensor muito delicado, e se a gente não cuidar da sensibilidade dos interlocutores, por uma coisinha qualquer a gente pode criar um atrito interminável, pode ter uma ferida incurável.

Quero agradecer aos membros do Conselho de Desenvolvimento que, sob a coordenação do Tarso Genro, prestaram um trabalho extraordinário. Muitos de vocês vieram a todas as reuniões, participaram ativamente, participaram dos debates temáticos. E isso nos dava a segurança de que não estávamos sozinhos.

Eu quero agradecer aos funcionários de vocês que, na verdade, sem eles, vocês não seriam o que vocês foram. Muitas vezes as pessoas, no anonimato, trabalham muito e poucas vezes são reconhecidas. E eu sei que tem muita gente no anonimato trabalhando demais neste país.

Quero dizer para vocês que termino este ano infinitamente mais feliz do que comecei. E imaginem, nessa época do ano, como é que estava a minha cabeça. Eu lia nos jornais alguns economistas importantes dizerem: “O Brasil vai quebrar, o Brasil vai afundar, coitado do Lula”. Os meus amigos diziam: “Pôxa, Lula, você pegou uma batata quente, pegou um pepino, isso não tem jeito”. E o povo, na sua sabedoria dizia: “Presidente, vai fundo”. Nós temos consciência de que as mudanças que o Brasil precisa não serão obra de um mandato, de dois mandatos ou de uma década. Quem sabe, seja obra de uma ou mais gerações. O que é importante é que o alicerce feito para essa mudança seja muito sólido, para que a casa não caia com o primeiro vento



forte ou com a primeira chuva.

Eu quero dizer para vocês que vocês podem passar este fim de ano com a certeza de que estaremos juntos no próximo ano, trabalhando mais, fazendo mais e, certamente, colhendo aquilo que nós somos capazes de plantar.

Vocês vão receber o Relatório e vão perceber que nós plantamos muito. Tem muita coisa acontecendo neste país. E essas coisas começam a dar frutos já no próximo ano.

Quero agradecer a todos vocês, a todos os ministros, ao presidente Sarney, ao meu inestimável e leal companheiro José Alencar, à dona Marisa – outra vez, pedindo que continue tendo paciência comigo, porque eu sou filho de Deus e mereço toda a compreensão do mundo. A vocês, jornalistas, tenham paciência comigo, que eu tenho com vocês, e tudo está muito bem este ano.

Muito obrigado, meus companheiros. Feliz Natal, feliz Ano Novo e um futuro melhor para o Brasil em 2004.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de início das obras de construção da Plataforma P-52 e de
lançamento do Programa Nacional de Petróleo e Gás Natural**

Angra dos Reis – RJ, 19 de dezembro de 2003

Meus companheiros,
Minhas companheiras,
Minha querida governadora Rosinha,
Meus companheiros ministros Jaques Wagner e Anderson Adauto,
Minha querida companheira Dilma Rousseff,
Meu caro prefeito de Angra,
Meu caro Carlos Lessa, presidente do BNDES,
Meu caro José Eduardo, presidente da Petrobras,
Secretários de estado,
Deputados federais.
Vereadores,
Dirigentes sindicais,
Dirigentes das empresas que estão aqui presentes,

Eu quero dizer a vocês que estou muito feliz de estar aqui com vocês. Estou feliz porque a construção de uma plataforma, aqui, se deu depois de um debate de muitos meses entre a ex-direção da Petrobras e todos nós que estamos aqui.

Eu me lembro quantas reuniões os engenheiros da Petrobras fizeram para provar que era possível fazer essa obra. Eu me lembro de algumas reuniões que nós fizemos com vários setores empresariais da indústria naval para provar que era possível fazer a obra aqui. Houve quem colocasse matéria paga nos jornais, dizendo que não era possível fazer a obra aqui. E, hoje, foi



assinado o compromisso de fazer essa obra.

Qual é a coisa importante que está acontecendo? O Brasil já teve a segunda indústria naval do mundo. O Brasil só perdia para o Japão, na década de 70. E, hoje, nós temos uma dívida e gastamos por conta de fretes, por ano, praticamente, seis bilhões de dólares.

Um belo dia apareceu um grupo de dirigentes, neste país, que resolveu acabar com a Marinha Mercante brasileira. Ao invés de ter navios brasileiros, com trabalhadores brasileiros, com bandeira brasileira, nós passamos a ter navios estrangeiros, com trabalhadores estrangeiros, com bandeiras estrangeiras, num país que tinha uma indústria naval altamente competitiva como qualquer outra indústria do mundo.

Ora, não era justo que se desmontasse exatamente um dos setores da economia brasileira que funcionavam bem, que era a indústria naval. A intenção de desmontar foi a mesma intenção que levou, nos últimos anos, o Brasil a abrir mão de um extenso patrimônio público de muitas empresas importantes, a troco de poucos benefícios.

De qualquer forma, nós estamos aqui, hoje, apenas confirmando que a indústria naval brasileira veio para ficar, definitivamente, como uma indústria de excelência que, ao invés de importar, passa a exportar aquilo que nós produzimos.

Eu trabalhei na Villares durante 17 anos. E a gente fazia, dentre outras coisas, motor de navio, ponte rolante. De vez em quando, nós recebíamos lotes de peças que vinham do Japão, por exemplo, e eu ficava com os meus companheiros inspetores avaliando as peças. Inegavelmente, o trabalhador brasileiro é imbatível em criatividade e em qualidade neste mundo. As nossas peças eram muito melhores.

Nesses dias, fui à Mercedes Benz. E o Presidente mundial da Mercedes Benz, num discurso na porta da fábrica, disse que a Mercedes tem fábricas em vários países do mundo mas, inegavelmente, era no Brasil que ele tinha os



trabalhadores mais competentes e mais produtivos do mundo.

Isso é motivo de orgulho para um Presidente da República, para um governador, para um prefeito e, sobretudo, para quem trabalha e vê que, lá de fora, tem gente percebendo que não é apenas no futebol ou no carnaval que nós somos bons. Somos bons em muitas outras coisas.

Quando estamos aqui, neste estaleiro – passei perto de uma obra que, no ano passado, estava começando e vejo essa obra quase pronta – eu fico com orgulho de ser brasileiro.

A gente vive dentro do Brasil e tem gente que não dá importância. Tem gente que acha que as coisas de fora são melhores do que as do Brasil. Houve um tempo em que qualquer coisa que tivesse “*made* outra coisa” já era importante. E uma das tarefas que temos é a de, ao recuperar a auto-estima do povo brasileiro, fazer com que o povo brasileiro passe a gostar daquilo que nós mesmos fazemos. Ninguém faz melhor do que nós. Muitas vezes, nós é que não queremos entender o que nós mesmos fazemos.

E, através da indústria naval, poderemos mostrar ao mundo que os nossos irmãos trabalhadores noruegueses são extraordinários, até porque tenho muita relação com o movimento sindical da Noruega; o da Espanha é extraordinário, até porque tenho muita relação com o movimento sindical da Espanha; mas temos que olhar para nós mesmos e dizer: “Olhe, somos amigos de todo mundo mas, na hora de trabalhar, somos mais o povo brasileiro.”

E na indústria naval, me dizia o Carlos Lessa, só neste ano foram gerados, entre Rio de Janeiro e Santa Catarina, 17 mil novos empregos, numa demonstração de que vamos ter que trabalhar muito mais, para gerar muito mais empregos no nosso país. Não são apenas plataformas ou navios encomendados pela Petrobras. Quando criamos o Ministério da Pesca, assumimos o compromisso de fazer também uma recuperação dos nossos barcos pesqueiros. Sabemos que tem navios grandes de pesca oceânica, mas sabemos também que tem pequenos barquinhos de companheiros que eram



metalúrgicos, que estão desempregados e que, muitas vezes, precisam de um financiamento para ter um barquinho para pescar. E nós vamos financiar, através do BNDES, para que essa gente também tenha direito a ter um financiamento.

Estou feliz, porque estou chegando ao final de um ano. Ao final, possivelmente, do ano mais difícil de um governo, porque todos vocês sabem como nós pegamos o Brasil. Todos vocês sabiam da situação. Entretanto, vocês não me viram reclamar em nenhum momento. Eu tomei uma decisão: não lamentar e não culpar ninguém, porque vocês não me elegeram para ficar culpando ninguém. Vocês já me elegeram porque vocês sabiam como é que estava o Brasil. Então, a minha disposição era de fazer com que este país pudesse voltar à tranquilidade.

E, hoje, posso olhar na cara de cada trabalhador, na cara de cada empresário aqui presente, na cara da minha companheira governadora Rosinha, na cara dos meus ministros, dos meus deputados, na cara de cada metalúrgico aqui e dizer para vocês: estou feliz, porque termino o ano com a certeza de que vamos fazer infinitamente muita coisa a mais do que fizemos até agora. Aliás, eu digo sempre: nós temos tudo por fazer ainda. Nós apenas fizemos um alicerce sólido. Nós temos, nesse primeiro ano de governo, o orgulho de olhar na cara de vocês e dizer: mesmo os juros estando altos nós temos, hoje, a menor taxa real de juros dos últimos nove anos do nosso país. E ainda está alto. Imaginem como era antes de nós. Nós tivemos um superávit comercial, neste ano, que vai chegar a 24 bilhões de dólares, se Deus quiser. Depois de dez anos, é a primeira vez que temos superávit de conta corrente de quase 4 bilhões de reais.

Hoje eu assinei, junto com o companheiro Wagner e o ministro Furlan, um plano chamado Modercarga, liberando 2 bilhões de reais do FAT, para que a gente possa renovar a frota de caminhões deste país, que está muito velha, e para que o companheiro caminhoneiro que tiver um caminhãozinho possa



vender e ter um financiamento para um caminhão novo. E aquele que não tem nada e queira comprar um caminhão velho, com até sete anos de uso, também vai ter financiamento para comprar esse caminhão. Mais ainda: ontem, assinei com vários estados a liberação de 1 bilhão e 700 milhões de reais, sete vezes mais do que foi liberado no ano passado, para fazer saneamento básico no nosso país.

E estou convencido, posso olhar na cara de vocês e voltar daqui a um ano para falar: nós vamos fazer muito mais no ano que vem, podem ficar certos de que vamos fazer muito mais. Vamos ter que fazer a economia do Brasil voltar a crescer. Vamos ter que gerar empregos, porque é o emprego que gera renda e riqueza neste país.

Eu digo sempre que é o trabalho que dá dignidade ao ser humano. Eu vim passar, há algum tempo, umas férias aqui em Angra, na época do Natal. Isso aqui estava praticamente fechado. Lembro que parando num bar para tomar uma cerveja, a gente encontrava companheiros e falavam: “Ah, eu sou ex-metalúrgico. Eu trabalhava no estaleiro Velrome. Eu trabalhava não sei onde.” E as pessoas estavam meio tristes.

Hoje, estou vendo a cara de vocês. Estou vendo a cara de vocês e estou dizendo, dentro de mim: quem olhar, aqui, na cara de vocês, vai falar: “esses metalúrgicos conquistaram a sua cidadania. Trabalham, vivem às custas de seus salários e andam de cabeça erguida nas ruas deste país e nas ruas desta cidade.”

Esse projeto que a companheira Dilma anunciou, o Prominp, que a companheira Graça articulou tão bem com a sua assessoria para preparar, talvez seja o programa de maior envolvimento de um conjunto de empresários nacionais, para que possam, governo e empresários, dizer que este país já é grande demais e não pode ficar pedindo licença o tempo inteiro para fazer algumas coisas. Ninguém respeita um governo subalterno, da mesma forma que ninguém respeita um país que age de forma subalterna na sua relação



com o mundo.

Foi por isso que nós fizemos, este ano, uma intensa política internacional, para a gente dizer, nos quatro cantos do mundo: “O Brasil é educado. Vai pedir licença para colocar os pés em cada lugar. Mas, ao mesmo tempo, nós temos direito, queremos andar de cabeça erguida e não queremos viver mendigando espaço no mundo econômico, não. Nós queremos apenas aquilo a que nós temos direito. Não queremos nem mais e nem menos do que ninguém. Mas, também, não queremos ser tratados como se fôssemos um país de segunda categoria, como se fôssemos um país que não merecesse respeito”.

E é isso que estamos fazendo aqui. É por isso que eu estou orgulhoso. Orgulhoso a ponto de chegar na minha casa, poder deitar e dizer: “Mais um dia ganho honestamente”, como vocês dizem todo santo dia, quando encostam a cabeça no travesseiro.

Nós vamos nos encontrar. Podem ficar certos de que nós vamos nos encontrar, porque muita coisa vai acontecer neste país. Nós vamos fazer a reforma agrária que prometemos fazer, e vamos fazê-la com a maior tranquilidade, sem grito e sem briga. Vamos fazer o dever de cumprir os nossos compromissos e, ao mesmo tempo, fazer justiça social no nosso país.

Nós vamos gerar empregos porque entendemos que é o emprego que pode recuperar uma parcela imensa da juventude brasileira que está, hoje, sem perspectiva. Por isso, o companheiro Jaques Wagner criou o Primeiro Emprego.

Nós vamos fazer o Brasil ser mais respeitado no mundo no dia em que a gente conseguir fazer com que o nosso povo tenha qualidade de vida. Durante anos eu ouvia gente dizer: “É preciso fazer a reforma tributária. É preciso fazer a reforma da Previdência, para que não tenha um trabalhador de primeira classe recebendo, às vezes, aposentadoria até de 40 ou 50 mil reais e a maioria do povo trabalhador ganhando uma aposentadoria pequena”.



Fizemos a reforma da Previdência. Foi difícil? Foi. Foi duro? Foi. Fizemos a reforma tributária, tivemos que negociar. Negociamos. Eu não tenho nenhum problema de negociar porque aprendi, desde os 23 anos de idade, como diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, a negociar. Nunca tive medo de cara feia de empresário e muito menos vou ter medo de cara feia de qualquer outra pessoa neste país.

Fizemos a reforma que é necessária para o Brasil. A reforma de que alguns ficaram falando durante 20 anos, nós a fizemos em sete meses, sem ter maioria no Congresso Nacional eleita como base de sustentação.

Construímos a maioria lá, conversando, chamando os deputados a participarem. Com a compreensão dos deputados e dos senadores, hoje eu posso dizer para vocês: temos, finalmente, uma política tributária no Brasil. E temos uma política de previdência para o setor público, que vai garantir que os meus netos, amanhã, possam se aposentar e o Estado ter dinheiro para pagar aos aposentados.

E isso só foi possível fazer por causa da confiança que vocês depositaram em mim. Só foi possível fazer porque em nenhum momento vocês cobraram de mim aquilo que vocês sabiam que não era possível fazer, no tempo em que a gente achava que era necessário fazer.

E por que vocês não me cobraram? Porque a vida de vocês é assim. A vida, dentro da casa de vocês é assim. Quantas vezes um filho de vocês pede um presente e vocês são obrigados a dizer: “Eu não posso comprar o presente, meu filho”. E não é porque você não gosta dele. É porque você é honesto com ele, porque senão seria mais fácil contar uma mentira e prometer um presente maior para o ano que vem, sabendo que não poderia dar. Então, é melhor dizer a verdade, dizer: “Olhe, eu não posso. Não dá para fazer.” Nós vamos fazer aquilo que é possível. Vocês estão lembrados de que comecei dizendo: nós vamos fazer o necessário. Depois, vamos fazer o possível. E, quando menos esperarmos, estaremos fazendo o impossível neste país.



Podem ter certeza de que o Prominp será uma revolução nesse entrosamento, nessa cumplicidade boa entre Estado e empresas. Da mesma forma que quero que vocês tenham certeza de que voltarei aqui, ainda. Eu voltarei. Não sei se pela P-51 ou pela P-90. Sei lá. Não vamos deixar de encontrar petróleo. Portanto, vamos precisar, cada vez mais, construir mais plataformas, porque esse é um sonho nosso, de encontrar cada vez mais petróleo. E, para encontrar cada vez mais petróleo, a gente vai ter que, cada vez mais, cavar buracos. E, como os buracos aqui são cavados no fundo do mar, a gente vai precisar, cada vez mais, de mais plataformas e, cada vez mais, vai se gerar mais empregos.

Por isso, meus companheiros, quero desejar a vocês – da mesma forma que eu, na terça-feira, vou para São Bernardo, passar o Natal com meus filhos – quero que vocês tenham um Natal, junto com a família de vocês, dos melhores que vocês já tiveram. Mas não se esqueçam nunca que a gente tem que ajudar, muitas vezes, aquele que está próximo de nós que não tem emprego, que não vai ter presente de Natal e, quem sabe, nem a tão sonhada ceia de Natal.

Acho que não custa nada cada um de nós, na véspera de Natal, descobrir um companheiro, sei lá, uma companheira que esteja desempregado. E não precisa dar nada, porque as pessoas também não querem, mas pelo menos estender a mão, cumprimentar e dizer: “Meu companheiro, você não está sozinho. Nós, agora, temos um Presidente metalúrgico. Nós, agora, temos um companheiro que conhece a situação que vivemos dentro da fábrica”, e despertar na cabeça desse companheiro a certeza de que 2004 será o grande ano deste nosso querido país.

Muito obrigado. E feliz Natal e feliz Ano-Novo para todos vocês.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no lançamento do programa de Modernização da Frota de Caminhões – Modercarga

Palácio do Planalto, 19 de dezembro de 2003

Eu quero cumprimentar os companheiros. Tenho que pedir desculpas à representação dos trabalhadores e, sobretudo, dos caminhoneiros, porque nós decidimos fazer o lançamento hoje do Modercarga. A semana que vem e a outra não são períodos apropriados para fazer lançamento de absolutamente nada, a não ser festejar o Natal e o Ano-Novo.

Então, hoje é o último dia que a gente tem para fazer o anúncio de uma coisa importante, de um projeto que está sendo discutido há vários meses. Na verdade, essa idéia, Furlan, surgiu muito por conta do Moderfrota. Nós temos uma frota de caminhões com uma idade média muito avançada. Isso causa problemas para quem dirige, causa problemas para outras pessoas que estão na rua, cria problemas para o meio ambiente e para o bolso do caminhoneiro que, com um caminhão velho, gasta muito mais combustível, gasta muito mais para equipar o seu próprio caminhão.

O que nós estamos fazendo é uma coisa que pode beneficiar a indústria automobilística e, conseqüentemente, os trabalhadores da indústria automobilística, mas também pode ajudar toda a cadeia ligada ao setor de transporte no país, porque nós estamos abrindo a possibilidade das pessoas poderem comprar um caminhão novo, financiado com prestações fixas.

Eu acho que a grande novidade é você poder financiar o caminhão usado. Está cheio de companheiros que têm um caminhão do ano de 1999, 2000, que gostariam de ter um novo e não têm quem compre o caminhão dele. Então, com o financiamento, esse companheiro vai poder vender seu caminhão. E isso eu penso dentro do meu otimismo, vocês percebem que eu



ando muito otimista, ultimamente. Eu vou dar um número para vocês, para que vocês saibam porque eu estou otimista.

Quando nós tomamos posse, a meta inicial dos diversos programas do FAT era realizar 220 mil operações de crédito para os trabalhadores autônomos, micro e pequenos empreendedores, na cidade e no campo. Isso era a nossa meta, na verdade. Pois vejam vocês: somente de janeiro a setembro, nós, que pensávamos fazer 220 mil operações, já fizemos 675 mil contratos. Portanto, em nove meses, nós superamos três vezes a meta que nós mesmos tínhamos estabelecido. E isso é utilizar o dinheiro do trabalhador, que é o dinheiro do FAT, para beneficiar o próprio trabalhador, porque esses investimentos, no fundo, têm como expectativa fazer com que haja geração de empregos.

Esse é o nosso objetivo e, sobretudo, o objetivo do companheiro Jaques Wagner, ou seja, é trabalhar para que cada centavo do próprio trabalhador, ao ser investido, possa contribuir para gerar um posto de trabalho, de preferência um posto de trabalho com carteira profissional assinada, como manda a lei.

Eu acho que este é um presente de Natal muito importante para os micro e pequenos empresários do setor de transportes. Acho que é um presente extraordinário para o caminhoneiro autônomo, porque ele vai poder já, a partir de agora, começar a procurar as concessionárias e começar a fazer negócio. E vamos ver, não é Anderson, se a gente vai ter, a partir do próximo ano, uma renovação de frota que nos permita perder menos produtos nossos no transporte, como perdemos hoje, e ao mesmo tempo permita que o caminhoneiro tenha mais conforto e mais tranquilidade.

Eu quero agradecer ao companheiro Furlan e ao companheiro Jaques Wagner, porque se dedicaram durante meses. Eu estou de certa forma gratificado, surpreso até, porque imaginei que era um bilhão só, e vocês já arrumaram dois bilhões, isso significa que dobrou a minha expectativa. E o financiamento de caminhões usados, que era de cinco anos, agora passou



para caminhões com até sete anos, isso significa que vai ajudar muita gente.

Portanto Wagner, eu acho que se você continuar utilizando o dinheiro do FAT... todo ministro anuncia muito dinheiro, mas toda vez que eu vou olhar, o dinheiro vem do FAT; eu acho que o FAT está liberando mais dinheiro do que o Tesouro, viu Palocci... você precisa tomar cuidado, por que daqui a pouco o Wagner vai emprestar dinheiro para você.

Quero parabenizar os ministros Furlan e Wagner. Quero parabenizar os companheiros ministros envolvidos nisso e torcer para que os caminhoneiros do Brasil levem a sério este programa de renovação da frota de caminhões, que a indústria automobilística leve a sério e tente facilitar ao máximo o que puder facilitar, para que a gente possa começar o ano rodando num caminhão novo, neste país.

Muito obrigado a todos vocês. Para aqueles que eu não vou ver mais, porque estamos indo agora para Angra, eu já quero começar a desejar um feliz Natal antecipado. Para a imprensa, eu já desejei feliz Natal ontem, mas vou desejar outra vez para vocês.

Eu não sei se vocês perceberam, essa alegria estampada no meu rosto é a sensação que um ser humano sente de estar cumprindo com as suas obrigações correta e honestamente.

Como nós estamos em época de Natal, eu queria dizer para vocês: felicidade, ou a gente reparte ou a gente perde, porque não é justo a gente ser feliz sozinho.

Muito obrigado e feliz Natal para vocês.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de imissão de posse da Fazenda Maísa**

Mossoró-RN, 20 de dezembro de 2003

Meus companheiros e minhas companheiras do estado do Rio Grande do Norte,

Meus companheiros e minhas companheiras de Mossoró,

Meus companheiros e minhas companheiras aqui da Fazenda Maísa,

Minha cara governadora do estado,

Minha cara prefeita,

Senadores,

Senadoras,

Deputados e deputadas,

Meu querido Rana, minha querida Jacira, que estão, aí, nesse palanque,

Deputados estaduais,

Deputados federais,

Minha companheira Fátima, do Movimento Sem-Terra,

Meu companheiro Manoel, presidente da Federação da Agricultura do estado do Rio Grande do Norte,

Meus companheiros e minhas companheiras,

Primeiro, eu não poderia deixar de pedir desculpas a vocês, porque eu sei que vocês estão aqui desde às 8 e meia da manhã, 9 horas, com fome, tomando na cabeça um sol “desgramado”, um sol muito forte. Eu vi até uma criança, uma menina desmaiar. Vai chegar um dia em que a gente vai aprender: vai colocar o povo na sombra e a gente vai ficar no sol, aí nós vamos fazer as coisas acontecerem com maior rapidez.

Eu estou gratificado. A leitura, pelo Oficial de Justiça, aqui, e a



assinatura do documento foram a razão principal da minha vinda à cidade de Mossoró, para dizer para vocês: A Maísa vai ser utilizada, outra vez, para gerar o pão de cada dia de mulheres e homens deste país que aqui trabalham.

E, como vocês perceberam na fala do Miguel Rossetto, o nosso ministro do Desenvolvimento Agrário, aqueles trabalhadores que trabalhavam na Maísa e que foram mandados embora sem receber os seus direitos, vão receber os seus direitos. E 60% das pessoas que vão ser assentadas, aqui, são pessoas que já trabalharam nesta fazenda.

Portanto, o que nós estamos fazendo é apenas o reconhecimento de uma parcela do povo brasileiro, que a gente vê na cara, que a gente vê na fisionomia de vocês o tempo que se sacrificaram para que esse dia acontecesse.

Aconteceu, eu diria, graças a cada um de vocês, a cada mulher, a cada homem, que souberam ser perseverantes, que souberam reivindicar, que souberam se organizar. E quanto mais organizados vocês estiverem, mais nós vamos fazer por essa parcela sofrida do povo brasileiro.

Quando eu tomei posse disse ao companheiro Miguel Rossetto: “Companheiro Miguel Rossetto, nós não temos que medir a reforma agrária apenas pela quantidade de gente que nós colocaremos no campo”. Porque nós já vimos, na história do Brasil, gente ficar discutindo que colocou 200, 300, 400, 500, mas nunca se discutiu a qualidade dos assentamentos, a qualidade da moradia, as condições de vida das pessoas, a qualidade da educação, se no assentamento tinha posto de saúde, se tinha escola, se tinha agroindústria, se tinha cooperativa.

Eu falei para o Miguel Rossetto: “Vamos nos juntar com a Contag, com o Movimento Sem-Terra, com os sindicatos e vamos começar a pensar um outro jeito de fazer assentamento, para que as pessoas possam ter a terra e tirar dela a dignidade para si e para a sua família”. Ou seja, as pessoas não podem morar num lugar e, depois, ter que estudar a 20 km de distância. É preciso que



a escola esteja perto, que o médico esteja perto, que haja condições para venderem os produtos de vocês. Porque, para vender precisa de mercado. Para ter mercado, é preciso saber se o povo da cidade tem dinheiro para comprar ou quem é que pode comprar. Então, nós vamos pensar nisso com carinho.

O professor Maurício veio no avião me explicando o projeto e eu quero dizer aqui para você, Maurício, e para vocês: contem, hoje, dia 20 de dezembro de 2003. Pois bem, daqui a dois anos, no dia 20 de dezembro de 2005 – eu vou dar dois anos de “colher de chá” para você, Maurício – daqui a dois anos, podem marcar na caderneta de vocês: no dia 20 de dezembro de 2005, eu estarei de volta, aqui, para ver como é que anda este assentamento, para ver o que nós fizemos de certo, o que nós fizemos de errado. Porque nós precisamos atingir a perfeição nesses assentamentos, para que a gente possa, inclusive, mostrar ao mundo o tipo de reforma agrária que nós vamos fazer no nosso governo. Não é apenas dar um pedacinho de terra e um pouquinho de caatinga para o trabalhador, não. Isso, a gente já está cansado.

A gente quer a terra, a gente quer o financiamento, a gente quer assistência técnica, a gente quer se organizar em cooperativa, a gente quer a agroindústria e a gente quer vender o produto que produziu, por um preço. E o governo tem que ajudar, até que as pessoas atinjam a capacidade de andar sozinhas.

É assim que a gente vai fazer, daqui para a frente. E essa fazenda vai ser uma fazenda-modelo. Eu vou ficar fiscalizando o Miguel Rossetto e o Incra; vocês fiscalizam o Maurício e os técnicos que vão vir aqui. Depois, eu vou fiscalizar vocês, e vocês vão me fiscalizar. E é nessa cobrança de cordialidade que a gente vai fazer as coisas acontecerem com a maior perfeição aqui, nesta fazenda em que eu tive o prazer de visitar, em 1994, quando eu fiz uma caravana.

Mas, companheiros, passados 11 meses e 20 dias de governo – faltam



dez dias para completar um ano –, eu poderia dizer para vocês: eu estou vivendo, possivelmente, o melhor momento da minha vida. Primeiro, porque eu nunca me enganei que as coisas fossem fáceis. Eu nunca tive nada fácil na minha vida. Nunca! Nunca me aconteceu nada que eu não tivesse que batalhar. Até para chegar a Presidente eu perdi três vezes, antes de ganhar. Muitos teriam desistido, parados na beira do caminho. Eu falei: “Não, um dia nós vamos chegar”. E chegamos.

E, agora, nós sabemos os compromissos que nós temos com este povo. E quero dizer para vocês uma coisa: eu até brincava com o Palocci: “Ninguém falou mais de juros esta semana”. Sabe por quê? Porque os nossos críticos sabem que quando nós pegamos este país, nem eles acreditavam que era possível este país dar certo. E eu estava tranquilo, porque sabia que se estivesse bom eu não teria ganho. Eu estava tranquilo porque eu sabia que eu só ganhei porque a coisa não estava boa.

E, hoje, eu posso chegar e dizer para vocês: “Hoje, nós temos a menor taxa de juros real dos últimos nove anos deste país”. A menor taxa de juros. Mais ainda: fizemos a maior liberação de dinheiro da história deste país para a agricultura familiar. Foram 5 bilhões e 400 milhões. Até agora, já liberamos 740 mil contratos, 25% a mais do que no ano passado. E já liberamos 73% a mais de dinheiro do que foi liberado o ano passado. E, como o período da safra termina em junho, eu quero que não sobre um centavo na conta do Pronaf, um centavo.

Nós tivemos que enfrentar problemas. A Fátima tem razão quando ela fez uma crítica à burocracia. Porque nós descobrimos que havia companheiros nossos que não estavam mais habituados, no banco, a fazer discussão com o pequeno produtor. As pessoas tinham perdido o hábito de atender o pequeno agricultor. E, isso, nós vamos recuperar, se Deus quiser. E precisa gastar tudo, companheiro Manoel, companheira Fátima, porque se não gastar tudo, não pode pedir mais no ano que vem. Vocês têm que estar atentos, porque se não



gastar os 5 bilhões e 400 milhões, não adianta pedir 6, porque eu vou dar menos. Então, é preciso gastar tudo, mandar os agricultores irem ao banco.

Nós pegamos esse país – eu vou contar uma história para vocês: 80% dos assentamentos brasileiros não tinham licença dada pelo Ibama. Se não tinham licença, não podiam sequer pegar dinheiro, financiamento, pegar o seu crédito. Nós tivemos que começar a regularizar, para que o companheiro pudesse ir ao banco. Porque neste país, muitas vezes, se fala muita coisa bonita, lá para cima, mas se esquece que quem trabalha é quem está aqui embaixo e precisa, muitas vezes, que o país seja governado para esse tipo de gente.

A segunda coisa que eu acho importante dizer para vocês é que, também para a agricultura empresarial, nós fizemos o maior financiamento. E, hoje, graças à força da nossa agricultura, nós vamos bater um recorde de exportação na história do país. É um superávit, ou seja, a diferença entre o que nós vendemos e o que nós compramos é de 24 bilhões de dólares. É a maior quantidade de dinheiro que o país conseguiu ter, de superávit.

E vão acontecer mais coisas. Eu nunca prometi fazer a transposição das águas do rio São Francisco, quando era candidato a Presidente, nunca. Eu duvido que alguém já tenha me feito prometer, em algum momento, que eu ia fazer a transposição das águas. Outros prometeram. Eu não prometi. Porque, antes de dizer que vai fazer, é preciso conhecer a fundo.

Um senador trabalhou um projeto, no tempo do Fernando Henrique Cardoso. Nós estamos trabalhando, e eu vou dizer para vocês: nós vamos fazer a transposição das águas do Rio São Francisco. O nome correto não é transposição. A palavra “transposição” não é correta, politicamente correta.

O que é importante é que nós temos que revitalizar o rio São Francisco primeiro, para depois a gente ver a questão da água. Isso vai acontecer e, possivelmente, mais cedo do que vocês esperam, nós vamos anunciar e mostrar para a sociedade brasileira o projeto.



Da mesma forma, a questão da Transnordestina. Eu não tinha nem cabelo branco ainda e já ouvia falar que era preciso fazer a Transnordestina, colocar ela para funcionar, que ela estava parada. Pois bem, nós vamos fazer. Nós vamos fazer porque acho que essa parte do Nordeste brasileiro, essa parte do Brasil não pode ser eternamente o Nordeste divulgado no mundo, como se fosse a parte pobre deste país.

Nós temos que utilizar a tecnologia, utilizar a nossa capacidade de investimento. Nós já recriamos a Sudene, que foi fechada a pretexto de combater a corrupção. Nós achamos que para combater a corrupção você prende o corrupto, mas não fecha a Sudene.

Então, nós vamos reabrir a Sudene e as coisas vão acontecer. E vão acontecer no seu tempo. Não acontece mais rápido do que a gente pode fazer acontecer. E vocês têm experiência.

A única coisa que eu quero é que vocês tenham a certeza que não tem, na Presidência da República, um companheiro que vocês nunca viram, nem mais gordo, nem mais magro e que chegou lá. Não. Aqui, tem gente que me conhece desde 1980, de andar por esse Nordeste “véio”, com uma Brasília “véia”, tentando descobrir, com vocês, como encontrar uma forma de tornar o Nordeste uma região desenvolvida.

E podem ficar certos: nós vamos fazer. Vai demorar um pouco? Vai. Mas nós vamos fazer. Não tem problema. A gente está cansado de esperar, a gente está cansado de sofrer. O que é importante é que vocês tenham certeza que nós vamos fazer.

Vocês nem se deram conta, mas a governadora e o Graziano assinaram, aqui, um negócio que, na euforia, no calor, vocês nem perceberam. Foi feito um acordo, um convênio para o governo federal comprar 153 mil litros de leite do Rio Grande do Norte, 13 mil só de leite de cabra.

Então, vocês vão perceber que as coisas vão acontecer. Aqui, nesse estado, Governadora, tem 32 cidades, com o estado de calamidade decretado,



por causa da seca, e tem 19 em estudo. Pois bem, das 32 cidades que estão em calamidade, 37% da população dessas cidades já recebem o Bolsa Família que é, em média, 75 reais por mês, contra 30% do Bolsa Renda, que era dado há algum tempo atrás, aqui, na região.

Então, a gente sabe que precisa melhorar. E vocês sabem, também. E nós vamos fazer. Vamos fazer, porque tem uma coisa na minha vida que eu aprendi com a minha mãe analfabeta: “Meu filho, nunca deixe de olhar no olho das pessoas”.

Eu sei que sou Presidente por quatro anos mas, quando eu deixar a Presidência quero me encontrar com vocês, olhar na cara de vocês e falar: “Cumprido com meu dever. Se não fiz mais é porque não pude fazer. Mas fui honesto com os compromissos que eu tenho com vocês”.

Por isso, gente, eu não poderia deixar de vir aqui. E, daqui a 45 dias, 50 dias, vou voltar aqui, lá perto da Serra do Mel. Porque eu passei aqui, em 1994, fui visitar a Petrobras e os engenheiros da Petrobras me disseram, naquela época, que tinham perfurado um poço que tinha dado 300 mil litros d'água de vazão por hora e tinham esperado o governo colocar uma bomba, que não colocou. E, portanto, tiveram que meter cimento no poço.

Eu saí daqui convencido: o dia em que eu for Presidente nós vamos reabrir esse poço e a Petrobras está reabrindo esse poço para que a gente possa levar água para aquela comunidade. Tem uma comunidade lá que recebe, acho, três dias de água a cada 30 dias, só. Então, não é possível que um país que tenha um poço que tem 300 mil litros d'água por hora esteja tampado e o povo morrendo de sede do lado.

Eu vou voltar aqui, dentro de uns 40 ou 50 dias. Era para eu ter ido hoje, não fui porque ainda não abriu o buraco. Mas o buraco vai ser aberto. E, se Deus quiser, vamos tomar um banho, ninguém precisa levar biquíni, não precisa levar short. A gente vai tomar banho do jeito que estiver, lá. Mas a gente vai fazer esse poço jorrar água, para levar para o povo.



No mais, eu queria dizer para vocês, gente... tem muita cidade que continua do mesmo jeito, não dá para ir a todas as cidades do Brasil. Mas, através de vocês nós vamos a muitas cidades, através da Governadora, através dos prefeitos, através dos deputados.

Eu só queria dizer para vocês, para terminar, o seguinte: nós vamos fazer a reforma agrária da forma que eu acho que tem que ser feita, de acordo com os trabalhadores. A gente tem é que colher o resultado disso. Podem ficar certos que, com a mesma coragem que eu tive de ir ao encontro dos Sem-Terra e da Contag, em Brasília, eu quero participar de encontros, olhar na cara de vocês. Na hora que eu puder dizer sim, eu digo sim. Na hora que eu precisar dizer não, eu vou dizer não. Porque eu digo não para o meu filho.

O que é importante é que a gente seja honesto. O que é importante é que a gente seja sincero. O que é importante é que a gente seja companheiro. E eu tenho certeza que eu só sou Presidente por causa de vocês. Eu tenho certeza disso e jamais faltarei com os compromissos históricos que eu tenho com o nosso querido Nordeste brasileiro.

Por isso, Prefeita, Governadora, deputados, senadores, ministro José Dirceu, ministro Palocci, ministro Graziano, eu quero dizer que vocês ainda vão ouvir muitas notícias do Presidente da República andando por este país, assinando acordos, para que a gente faça, definitivamente, a melhor reforma agrária já feita neste país.

Muito obrigado. Que Deus abençoe cada um de vocês.

E eu quero, Gilberto Carvalho, você que é meio meu “pai”, que você venha cá. Eu acho que a gente deveria pedir para o Crispiniano ler um poema que ele fez para mim. Mas eu quero que todo mundo, de mãos dadas, agora – o Bispo está aí, cadê o Bispo? O Bispo de Caicó está aqui? Dom Jaime está aqui. Então, Dom Jaime, para que esse nosso querido povo tenha mais força, eu quero que todos nós, de mãos dadas, terminássemos esse evento rezando um Pai Nosso, puxado pelo senhor.



Vamos ouvir, agora... Eu cheguei aqui, me deram um papelzinho de um poema que o Crispiniano tinha feito. Vamos lá, Crispiniano, eu quero ver se é bom mesmo o poema.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura do Estatuto do Desarmamento**

Palácio do Planalto, 22 de dezembro de 2003

Quero cumprimentar os ministros aqui presentes,
Os deputados e os senadores que participam deste ato,
O presidente do Senado, senador José Sarney,
O meu vice, José Alencar,
E o Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça,

Antes, eu quero dizer a vocês que estamos terminando este ano e, na minha modesta opinião, todos têm muita razão, e razão de sobra, para deitar a cabeça no travesseiro e dormir o sono dos que cumpriram seus compromissos em 2003.

Vocês são deputados e senadores há muito tempo, alguns, pela primeira vez. Mas eu acho que o Congresso Nacional, este ano, trabalhou para fazer inveja a qualquer crítico do Parlamento brasileiro.

Acho que nós conseguimos construir uma harmonia e uma relação, mostrando a independência de cada poder mas, ao mesmo tempo, mostrando o compromisso que ambos os poderes têm com o povo brasileiro e, sobretudo, o respeito, votando todas as matérias que foram consideradas importantes e imprescindíveis para o país.

Ainda hoje temos que fazer um ato do Código Civil, mas eu acho que essa Lei do Desarmamento, esse Estatuto, certamente, não será a solução para tudo, mas é um passo excepcional que vai poder nos dar, durante doze meses, até a realização do referendo, o grau de maturidade que o povo brasileiro tem para enfrentar esse problema, que é um dos problemas mais graves.



Eu quero dar os parabéns tanto ao Senado, quanto à Câmara, nas pessoas dos dois relatores: na Câmara, o companheiro Luiz Eduardo Greenhalgh que, certamente, com esse Estatuto, realizou uma parte dos sonhos que acalentou a vida inteira, lutando contra a violência neste país. E o senador César Borges, que também deu uma contribuição excepcional para que esse projeto fosse aprovado com a rapidez com que foi aprovado e com o atendimento daquilo que eram as aspirações das pessoas que lutaram a vida inteira para que um projeto como esse fosse aprovado.

E ao sancioná-lo, poucos dias antes do Natal, eu acho que nós estamos dando um presente a milhões de brasileiros e brasileiras que, no anonimato, têm brigado, têm lutado, têm dedicado parte da sua vida para que a gente possa ver a violência diminuir no nosso país. Peço a Deus que estejamos todos certos e que essa Lei possa ter a eficácia que nós imaginamos que ela teria, quando votamos a Lei.

Nada é mais urgente diante da violência do que construir a paz. E nada é mais eficiente, para evitar a violência, do que fortalecer a paz. A paz, portanto, é o ponto de partida e de chegada é a linha demarcatória que baliza a trajetória e o destino de qualquer sociedade.

Sabemos que a desigualdade social desfigura essa marcha solidária. Por isso repito, aqui, o que disse na abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro deste ano: é preciso dar à paz seu verdadeiro nome – justiça social.

Preservar a integridade física de todos os seus cidadãos é a primeira obrigação de um Estado democrático. Sem o direito à vida todos os outros direitos humanos se dissipam e perdem sentido.

Reafirmar a prerrogativa da paz como instrumento de construção social é o sentido profundo deste Estatuto do Desarmamento que estamos promulgando hoje.



Ele representa o desfecho de um enorme esforço político realizado pelas duas casas do Congresso Nacional, que trabalharam incessantemente para que sua tramitação fosse rápida e consensual.

O fato de o Estatuto do Desarmamento ser promulgado às vésperas de uma das datas referenciais da comunhão humana, que é o Natal, não é apenas uma feliz coincidência.

Esse simbolismo expressa a vontade unânime da sociedade brasileira de cortar a espiral de violência que nos inquieta e nos constrange perante a humanidade e a civilização.

Meus amigos e minhas amigas,

A cada 12 minutos uma pessoa morre assassinada no Brasil, segundo dados da Organização Mundial de Saúde. Trata-se de um recorde funesto que nos distingue, negativamente, em todo o Planeta. Na década de 90, 404.348 pessoas foram assassinadas no país. O principal alvo desse tiroteio ensandecido é a nossa juventude. A epidemia da violência atinge dramaticamente os homens com até 24 anos de idade.

Por isso, o Estatuto do Desarmamento, cuja proposta encaminhada pelo Executivo teve seu espírito mantido na lei aprovada pelo Senado, inclui também uma cláusula que eleva de 21 para 25 anos a idade mínima para pleitear a aquisição e o porte de arma.

O Estatuto limita a emissão de registro de arma apenas àqueles que, de fato, reunirem condições para mantê-la sob sua responsabilidade em sua residência.

E, mesmo assim, terão que comprovar a necessidade efetiva da posse; apresentar certidões de antecedentes criminais, bem como de ocupação lícita e residência certa e, ainda, de capacitação técnica e aptidão psicológica de manuseio.

Sem esses requisitos fica impossível, a partir de agora, obter a autorização federal para adquirir uma arma de fogo no Brasil. Quem já a possui



terá que registrá-la na Polícia Federal ou, em caso de arma de uso restrito, no Comando do Exército.

Como regra geral, porém, o porte está proibido em todo o território nacional, com exceção aberta apenas para os responsáveis pela segurança pública, integrantes das Forças Armadas, policiais, agentes de inteligência ou agentes de segurança privada.

A nova Lei extingue o porte estadual e as taxas cobradas para a emissão federal foram fortemente reajustadas, como recurso para dificultar ou mesmo impedir novas permissões.

O mesmo rigor contempla a criação de penalidades inovadoras para coibir o comércio ilegal e o tráfico internacional de armamento. Criamos medidas mais severas contra práticas anteriormente punidas apenas como contrabando ou descaminho.

Reafirmo o que disse aqui o ministro Márcio Thomaz Bastos. A população brasileira pode ter a certeza de que esse Estatuto não visa apenas coibir a circulação e a posse individual. Queremos interromper as fontes de abastecimento do crime organizado. E, para tanto, o Estado atuará de forma incisiva.

Um primeiro passo será integrar os registros do Departamento de Fiscalização, do Comando do Exército, com as listagens da Polícia Federal.

Significa dizer que vamos fechar o cerco em torno das quadrilhas organizadas que atuam na receptação de armamento ilegal e abastecem a delinqüência comum.

O Congresso Nacional decidiu, ainda, convocar a população brasileira em outubro de 2005 para decidir, em referendo popular, sobre a proibição definitiva do comércio de armas de fogo no país.

Nós acreditamos que o Brasil pode vencer seus desafios de maneira firme, pacífica e corajosa.



Para isso, é preciso que continuemos a agir de forma cada vez mais vigorosa e preventiva contra o crime e a violência.

Eu quero terminar agradecendo a cada um dos deputados e senadores, às pessoas que ajudaram a construir essa Lei, esse Estatuto, e dizer para vocês: mais do que em qualquer outro momento da vida política de vocês, merecem, mas muito de verdade, um feliz Natal e um feliz Ano-Novo por tudo que vocês fizeram este ano.

Muito obrigado.

/rss